

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO INFÂNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE

**MENINOS E MENINAS DO RIO: INFÂNCIA URBANA, MUNDO
NATURAL E EXPERIÊNCIAS AO AR LIVRE NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

FERNANDA ELISA PONDÉ BRITO

M

2021





MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DOMÍNIO DE ESPECIALIZAÇÃO INFÂNCIA, FAMÍLIA E SOCIEDADE

MENINOS E MENINAS DO RIO: INFÂNCIA URBANA, MUNDO NATURAL E EXPERIÊNCIAS AO AR LIVRE NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

FERNANDA ELISA PONDÉ BRITO

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizado sob orientação da Professora Doutora Manuela Ferreira.

Porto, Novembro de 2021

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na seção de referências bibliográficas. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

RESUMO

A presente dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, domínio Infância, Família e Sociedade, se propõe a compreender as experiências socioculturais de um grupo de crianças moradoras do Centro Histórico do Porto, Portugal, em especial a tradicional brincadeira de saltar no rio.

Apoiada numa perspectiva teórico-conceitual multireferenciada aos contributos da Sociologia da Infância, dos Novos Materialismos, da Antropologia Ecológica bem como da Geografia e Antropologia Urbanas assume-se a construção da noção da infância como um fenómeno complexo e reconhece-se a agência das crianças e das materialidades na inter-relação cotidiana, enquanto dinâmicas relacionais significativas de corpos, espaços e tempos urbanos e ribeirinhos.

A pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, com crianças/jovens de 5 a 16 anos, suas famílias, atores diversos da comunidade e entidades outras não-humanas, e a análise de conteúdo de notas de terreno, entrevistas-conversa, fotografias e fontes documentais escritas e audiovisuais, apontam que i) as experiências do estar e ser criança nesta comunidade são construídas a partir das suas agências na construção das espacialidades, temporalidades e materialidades vividas no seu contexto atual e multifatorial de zona histórica impactada pela gentrificação e investimento turístico; ii) através de processos de geracionalização, meninos e meninas do rio participam nas tradições de sua cultura local, agindo como aprendizes e mestres na circulação de saberes e fazeres dentro da sua comunidade de forma inter e intrageracional; iii) as experiências das crianças/jovens com o rio e com outras vivências ao ar livre co-existem numa teia relacional multifatorial atravessada pelas culturas mediáticas e tecnológicas e que leva a construção de uma identidade com ressignificações da cultura local, mas também nacional e globalizada; iv) os espaços abertos e públicos das cidades são importantes nos processos de educação não formal das crianças/jovens e no exercício das suas competências de auto/heteroconhecimento da realidade humana e não humana envolvente; v) o usufruto das ruas da cidade é um direito de todos/as e deve ser alvo das políticas públicas construídas, inclusive, através da participação e escuta das próprias crianças.

Palavras-chave: Infância Urbana. Espacialidades. Materialidades. Geracionalização. Sociologia da Infância

SUMMARY

This dissertation, carried out within the scope of the Master in Educational Sciences, domain of Childhood, Family and Society, aims to understand the sociocultural experiences of a group of children living in the Historic Centre of Porto, Portugal, especially the traditional play of jumping into the river.

Based on a theoretical-conceptual perspective multi-referenced to the contributions of the Sociology of Childhood, New Materialisms, Ecological Anthropology as well as Urban Geography and Anthropology, it is assumed the construction of the notion of childhood as a complex phenomenon and the agency of children and materialities in the daily interrelation, as significant relational dynamics of bodies, spaces and urban times and riverside dwellers.

The qualitative, ethnographic-inspired research *with* children/youths aged 5 to 16, their families, diverse actors of the community and other non-human entities, and the content analysis of fieldnotes, conversation-interviews, photographs, and written and audiovisual documental sources underline that i) the experiences of being/becoming a child in this community are built from their agencies in the construction of spatialities, temporalities and materialities experienced in their current and multifactorial context of a historic zone impacted by gentrification and tourist investment; ii) through generationalization processes, boys and girls from the river participate in the traditions of their local culture, acting both as learners and masters in the circulation of knowledge and practices within their community in an inter/intra-generational way; iii) the experiences of children/youths with the river and other outdoor experiences coexist in a multifactorial relational web crossed by media and technological cultures and which leads to the construction of an identity with reinterpretations of the local, but also national and globalized cultures; iv) open and public spaces in cities are important in the non-formal education processes of children/youths and in the exercise of their self/hetero-knowledge skills of the involved human and non-human reality; v) the usage of the streets in the city is everyone's right and should be the target of public policies through the participation and listening of the children themselves.

Keywords: Urban Childhood. Spatialities. Materialities. Generationalization. Childhood Sociology

RESUMÉE

Cette thèse, réalisée dans le cadre du Master en Sciences de l'Éducation, domaine Enfance, Famille et Société, propose de comprendre les expériences socioculturelles d'un groupe d'enfants vivant dans le centre historique de Porto, Portugal, en particulier le traditionnel jeu de saut dans la rivière.

Soutenue par une perspective théorico-conceptuelle multi-référencée aux apports de la Sociologie de l'Enfance, des Nouveaux Matérialismes, de l'Anthropologie Écologique ainsi que de la Géographie et de l'Anthropologie Urbaines, la construction de la notion d'enfance comme phénomène complexe est assumée et l'action des enfants et des matérialités dans l'interrelation quotidienne est reconnue comme des dynamiques relationnelles significatives des corps, des espaces et des temps urbains et côtiers.

La recherche qualitative, d'inspiration ethnographique, auprès d'enfants/jeunes de 5 à 16 ans, leurs familles, des divers acteurs communautaires et autres entités non humaines, et l'analyse de contenu de notes de terrain, entretiens-conversations, photographies et sources documentaires écrites et audiovisuel, indiquent que i) les expériences d'être enfant dans cette communauté sont construites à partir de ses instances dans la construction de spatialités, temporalités et matérialités vécues dans son contexte actuel et multifactoriel d'une zone historique impactée par la gentrification et l'investissement touristique ; ii) à travers des processus de générationnalisation, les garçons et les filles de la rivière participent aux traditions de leur culture locale, agissant comme des apprentis et maîtres dans la circulation des savoirs et des pratiques au sein de leur communauté de manière inter et intragénérationnelle ; iii) les expériences des enfants/jeunes avec la rivière et autres expériences de plein air coexistent dans un réseau relationnel multifactoriel traversé par les cultures médiatiques et technologiques et qui conduit à la construction d'une identité avec des resignifications de la culture locale, mais aussi nationale et mondialisée ; iv) les espaces ouverts et publics dans les villes sont importants dans les processus d'éducation non formelle des enfants/jeunes et dans l'exercice de leurs compétences d'auto-connaissance/hétéro-connaissance de la réalité humaine et non humaine environnante ; v) l'usufruit des rues de la ville est un droit de tou(te)s et doit être la cible de politiques publiques construites, y compris, à travers la participation et l'écoute des enfants eux-mêmes.

Mots-clés: Enfance urbaine. Spatialités. Matérialités. Générationnalisation. Sociologie de l'enfance.

AGRADECIMENTOS

Nas muitas linhas que aqui escrevo para esta dissertação não poderiam deixar de estar o meu agradecimento para tantos que me ajudaram direta ou indiretamente nesta jornada.

Em primeiro lugar ao ‘povo da Ribeira’, meninos e meninas do rio, e adultos da comunidade que abriram espaço para a minha entrada, algumas vezes em suas casas e me permitiram perambular curiosa e admirada por tantos becos e vielas, construindo em mim imenso afeto e admiração por sua história, representada, inclusive, na grandiosa agência do Rio Douro na vida de tantos/as. Em seguida agradeço à minha filha, Maya, que amorosamente esteve ao meu lado todo este tempo e com imensa paciência pôde entender as minhas ausências por horas a fio na frente do computador. Logo em seguida à minha família, em especial meus pais, que me incentivaram com amor de diferentes formas. Não posso deixar de falar dos meus colegas da faculdade, alguns desses que viraram amigos e com quem pude partilhar discussões, angústias, alegrias e algumas festinhas, em especial, Viviane, Livia, Fábio e Luiza. Um agradecimento cheio de amor vai também para as minhas queridas Bia e Bel, que na nossa teia de amizade, sonhos e trabalho me acolheram com tanto afeto e me foram alicerce nesta trilha. Aos meus amigos do Brasil, onde encontrei incentivo traduzidos nas chamadas de vídeo cheias de carinho e saudade e a Luciano e Paterson, colaboradores nesta reta final. À Nia, amiga querida, e ao Kurumi, escola nascida do meu coração e construída com tanto respeito pelas crianças. Sem a existência dessa escola na minha vida, não sei se teria chegado até aqui.

Por fim, agradeço à minha orientadora Manuela Ferreira, por quem tenho profunda admiração e gratidão pelos desafios e ferramentas oferecidas nas nossas conversas e que foram fundamentais na construção dos caminhos dessa pesquisa, sem esquecer do quanto amorosamente conduziu momentos de orientação, com acolhimento às minhas angústias vividas neste fazer pesquisa em plena pandemia mundial e longe do meu país. Deixo ainda um agradecimento final à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, por ter tido a oportunidade de conhecer tantos professores/as que agregaram, sem dúvida, no meu processo formativo enquanto pesquisadora e que pretendo que aqui não se encerre.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Percursos que me levaram ao tema	2
1.1. Provocações introdutórias	2
1.2. Os caminhos até o tema	3
2. Justificação e pertinência do estudo	4
2.1. Perguntas de partida	5
3. Estrutura da dissertação	6

CAPÍTULO I

Infância urbana, experiências socioculturais de construção das espacialidades: enquadramento teórico

	8
1. Infância contemporânea e as crianças como atores sociais – contributos da Sociologia da Infância	8
1.1. Crianças e infância: do reducionismo à ideia de um fenómeno complexo	8
1.2. A Sociologia da Infância e os Novos Materialismos	10
1.3. Estudos Críticos da Infância e os estudos feministas	12
2. O espaço e a construção da noção de espacialidades – uma perspectiva abrangente e corporificada	13
3. Experiências infantis, processos de socialização e geracionalização	17

CAPÍTULO II

“- Olha ela de novo!” - fundamentos e análise crítica dos processos ético-metodológicos

	20
1. Coordenadas epistemológicas, metodológicas e éticas da pesquisa	20
2. A investigação no terreno - caminhos percorridos	24
2.1. A escolha do contexto	24
2.2. A entrada no terreno - negociações do consentimento informado com as crianças e seus responsáveis	25
2.3. A recolha dos dados	29
2.3.1. Pesquisa documental escrita e audiovisual	29
2.3.2. Observação participante em espaços públicos abertos	31
2.3.3. Entrevistas-conversas e entrevistas semi-diretivas	37
2.3.4. Notas de terreno e registos fotográficos	40
2.4. Análise dos dados recolhidos - análise de conteúdo qualitativa	41
3. Principais limitações e caminhos alternativos encontrados	43

CAPÍTULO III

Meninos(as) do rio - caracterização do contexto e seus atores

	45
1. Uma breve contextualização da cidade do Porto	45
2. “Bairredo - um bairro com muitos enredos”	46
2.1. A zona da Ribeira, seus lugares e suas fronteiras entre discursos oficiais e locais	48
2.2. A chegada do turismo e o processo de gentrificação	50
3. Os atores – perfil sociográfico	52
3.1. Crianças entrevistadas	52
3.2. Adultos/as entrevistados/as	54
3.3. A comunidade	55

CAPÍTULO IV

O rio, a Ribeira e a cidade: processos de corporificação das espacialidades, temporalidades e materialidades pelas crianças ribeirinhas contemporâneas

	56
1. Espacialidades, temporalidades e mobilidades infantis	56
1.1. A Ribeira e o rio	56
1.2. Ribeira urbana	59
1.3. A cidade	63
2. A circulação de saberes, práticas e sentires ribeirinhos - a tradição de saltar ao rio e as suas releituras	65
2.1. “Sina das tartarugas” – a tradição de saltar ao rio como um traço da cultura local	65
2.2. Inter e intrageracionalidade nas “continuidades” e renovações da tradição	69
2.3. A importância de outros e da cultura mediática na construção de imaginários locais	76
3. Entre a tradição, os desafios contemporâneos e as expectativas futuras	79
3.1. Um sentido de comunidade	79
3.2. Convivência em comunidade na Ribeira contemporânea e com outros atores	82
3.3. O turismo e suas ambiguidades	83
3.4. Entre ficar e partir	85

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice I – Consentimento informado aos adultos participantes	i
Apêndice II – Consentimento informado aos responsáveis pelas crianças e jovens participantes	ii
Apêndice III – Guião da entrevista - adultos	iii
Apêndice IV – Guiões da entrevista - crianças	v
Apêndice V - Exemplo de Nota de Terreno	vii
Apêndice VI - Procedimentos de recolha de dados, crianças/jovens por género e sua relação com a comunidade	xi
Apêndice VII – Procedimentos de recolha de dados, adultos por relação de parentesco e relação com a comunidade	xii
Apêndice VIII – Processos de pesquisa no tempo vs metodologia	xiii
Apêndice IX – Eixos de Análise	xiv

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Relação participantes criança e/ou jovem, tipo participação e sua relação com comunidade	27
Quadro 2 - Relação participante adulto, tipo participação e sua relação com crianças e comunidade	27
Quadro 3 – Crianças/jovens entrevistados(as): por idade, escolaridade, residência e género – dados de caracterização	52
Quadro 4 – Crianças/jovens entrevistados(as): núcleos familiares de moradia/parentesco – dados de caracterização	53
Quadro 5 – Adultos/as entrevistados/as: idade, escolaridade, profissão e género - dados de caracterização	54

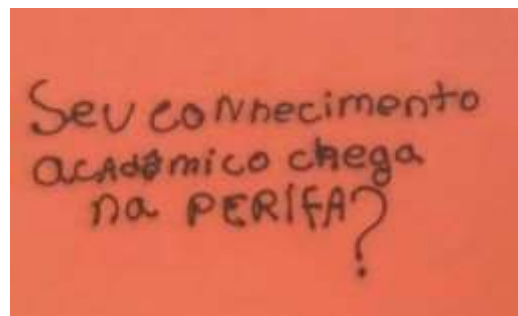
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Crianças/adolescentes na Ribeira vazia a jogar a bola – Praça da Ribeira	33
Foto 2: Praça da Ribeira ocupada pelas esplanadas dos bares e restaurantes – Largo da Ribeira	33
Foto 3: Meninos na rua a jogar a bola - próximo da Praça da Ribeira	60
Foto 4 Meninos na rua a jogar a bola, próximo Rua Nova da Alfândega	60
Foto 5: Depois do banho de rio, meninos a lancharem na escadaria do Cais da Ribeira	60
Fotos 6: Imagens do filme Aniki Bobó, Manuel de Oliveira (1944)	66
Foto 7: Familiar da Rita nas escadarias à margem do rio - pai encoraja o filho a se banhar	71
Foto 8: Familiares da Rita encorajam os filhos/as a tomar banho e mergulharem no rio	71

Foto 9: Familiares da Rita saltam à água	71
Foto 10: Pedro mostra como saltar aos primos mais novos	71
Foto 11: Trajetória saltos – rampa	73
Foto 12: Trajetória saltos – escada	73
Foto 13: Trajetória saltos – muro	73
Foto 14: Trajetória saltos - rampa mais alta	73
Foto 15 e 16: Trajetória saltos – castelo [em duas perspetivas]	73
Foto 17: Meninos e meninas no barco do Alípio	81
Foto 18: Pesquisadora e família da comunidade no barco do Alípio	81
Foto 19: Nova Mc Donald's construída no antigo largo de jogar a bola	84
Fotos 20, 21, 22: Meninos a saltar da ponte	85
Foto 23: Registo familiar de Alice de meninos a saltarem da ponte	85
Foto 24: Turistas aguardam salto do jovem	85
Foto 25: Cais da Ribeira vazio	89
Foto 26: Meninos a brincarem com correntes dos barcos	93
Foto 27: Meninos transitam entre barcos para pegar bola caída na água	93
Foto 28: Meninos/a deitados/a no chão do cais a tomarem sol	93
Foto 29: Meninos ocupam banco Cais Ribeira	93
Foto 30: Meninos ocupam escadas para pousar seus objetos e irem ao banho	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Delimitação geográfica das freguesias do Porto, com destaque às freguesias beira-rio do Centro Histórico do Porto	46
Figura 2: Zona da Ribeira: Espacialidade significativas no percurso da pesquisa	48
Figura 3: Ribeira – Delimitação da área abrangida pela pesquisa e locais relevantes	49
Figura 4: O Cais da Ribeira	51
Figura 5: Zona da Ribeira: Espacialidades nomeadas pelas crianças	74



(autor/a desconhecido/a)

INTRODUÇÃO

1. Percursos que me levaram ao tema

1.1. Provocações introdutórias

Começamos esta dissertação com a imagem/frase de autor/a desconhecido/a e grafitada¹ nos muros de uma cidade do Brasil, pois ela consegue representar o nosso ponto de partida para a escrita desta dissertação em dois sentidos: no de quem escreve essa frase e no porque ele/a a escreve. E é sobre isso que dedicaremos algumas palavras nessas nossas provocações introdutórias.

Embora possa parecer ininteligível trazer uma frase/indagação de autor/a desconhecido/a do Brasil para o início das reflexões que aqui abordamos, entendemos em primeiro lugar, que esta representa a escuta daqueles sem cara, das pessoas da “perifa” (redução da palavra periferia) da sociedade, ou seja, à margem desta, e, portanto, de diferentes formas, excluídos do sistema maior. No entanto, tal qual o grafite num muro, expressão de um ato transgressor de quem faz essa pergunta e que em termos de grupo social (com as devidas diferenças enquanto realidades históricas) se assemelha ao grupo em que aqui mergulhámos na nossa investigação por estarem à margem, entendemos que haverá sempre formas de se encontrarem brechas, maneiras de expressão, provocações e agência nas construções das suas realidades. A resistência ao sistema, muitas vezes percebida quando se trabalha com grupos econômico e socialmente desfavorecidos, é uma realidade que os fazem seguir ressignificando suas

¹ Fonte: redes sociais

experiências e atuando no mundo de forma ativa. E aqui falamos de adultos, mas também de crianças. Em segundo lugar nos toca a pergunta (da imagem) em si, pois o espaço de estudo e conhecimento acadêmico a que tive o privilégio de acessar, e que culmina com essa dissertação: para quê e para quem serve? Qual a responsabilidade das universidades de Portugal, do Brasil ou de qualquer parte do mundo, se não for a de pôr luz em discussões em busca por uma melhoria da qualidade de vida dos nossos povos? Nesse sentido me inspiro nas palavras de Santos (2007), quando nos convoca a pensar universidades mais plurais, nos saberes e nas pessoas, comprometidas com uma produção de conhecimento “contra-hegemônica”; pensamento este, ratificado nas palavras do professor José Alberto Correia, quando afirmou em palestra² na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto que “o modelo hegemônico afeta a produção científica das Ciências da Educação, e que não é possível fazer ciência seguindo essa lógica.”

É através destes pensamentos, reflexões e afirmações que pauto aqui a minha visão de mundo: refletida na lente em que a realidade foi estudada ao falar de processo educativo de forma ampliada, diversificada e ética, assumindo o desejo de combater a hegemonia do modelo único, construindo ecos para os pensamentos fundantes do novo modelo pós-moderno que propõe o fim da dicotomia e a assunção da realidade como uma teia complexa, multifatorial, onde incluem-se conhecimentos não formais práticos, construídos no dia a dia das pessoas nas suas comunidades, e em que, através de uma imersão etnográfica, nos aproximamos de ficar a conhecer um pouco mais.

1.2. Os caminhos até o tema

Partindo desse pressuposto inicial, da importância de trabalhos acadêmicos com temáticas que nos levem a uma problematização crítica do modelo de sociedade atual em que vivemos, trazendo temas que ponham em destaque uma população mais “excluída”, passamos agora a situar o contexto complementar neste caminho de escolha do tema.

Formada em Psicologia numa universidade pública do Brasil, meus caminhos dentro desta área me levaram a uma Psicologia com dedicada atuação em projetos

² Palestra realizada em 09/12/2019 como parte integrante da disciplina Análise Crítica das Teorias da Educação.

ligados à educação e emancipação social. Assim conclui meus estágios em Psicologia Escolar após 2 anos de atuação numa escola pública do Centro Histórico de Salvador da Bahia, zona turística que nesta época (por volta dos anos 2000) já passava por processos de gentrificação e retirada da população local, em que parte desta comunidade escolar vivia, a sua maioria, em condições sociais e econômicas de absoluta precariedade. De seguida a este trajeto inicial, atuei em dezenas de projetos sociais em comunidades periféricas de Salvador que me levaram a ganhar certa experiência no contato com crianças no ambiente da rua. Em paralelo a tudo isso, e sempre sensível à temática da sustentabilidade, outros estudos me levavam a direcionar especial olhar para a relação das crianças com ambientes do mundo natural.

Com este percurso construído e muito desejo de ir além das minhas “certezas prévias”, o interesse pelo mestrado chegou, mesmo depois de tantos anos longe do mundo acadêmico. Em busca pela definição de um tema, desde o início desejava algo que pudesse contemplar as experiências da criança na relação com os espaços de ambiente natural e ar livre. Neste caminho descubro o rio Douro e seus meninos/as e um novo mundo descortina-se. Vejo ali uma confluência de temáticas mobilizadoras minhas do passado, e agora do presente, que me levam a um desenho de pesquisa amplificadora do meu olhar para as vivências das crianças com a cidade. Então, assim, rio e cidade pareciam se misturar de tal modo neste fenómeno escolhido que a decisão estava tomada.

2. Justificação e pertinência do estudo

Os tempos atuais em que vivemos, e que, segundo alguns teóricos, não podem ser considerados como a pós-modernidade, tendo em vista o não cumprimento das promessas da modernidade, é, aqui, por nós também reconhecido como 2ª modernidade. Esta fase, marcada pela emergência de riscos diversos e diretamente ligados ao processo de modernização, tem vindo a caracterizar a sociedade em que vivemos como ‘sociedade de risco’³: “Em outras palavras, o risco social, inerente à 2ª modernidade, resulta do modo como a sociedade capitalista não somente evoluiu e se

³ Termo utilizado por U. Beck (1992), cit. em Sarmento (2008)

expandiu, mas de como se transformou numa ameaça global de destruição.” (Sarmiento, 2008: 7). Com efeito, o imenso crescimento urbano decorrente deste modelo de sociedade atual impacta diretamente e profundamente a vida das crianças urbanas, causando constrangimentos de diversas ordens, o que inclui a sua relação com o mundo natural e usufruto de experiências em espaços ao ar livre, públicos e abertos, impedindo, portanto, o pleno exercício de muitos dos seus direitos, como previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (1948).

Dentro deste contexto surge esta investigação com o intuito de melhor conhecer os impactos desta temática na vida das crianças urbanas moradoras da zona da Ribeira, Porto, Portugal, e regiões próximas, que, inseridas no contexto socio-histórico, devem ser vistas como atores sociais e protagonistas na construção da cultura. Assim, através de suas vozes, na maioria das vezes ainda silenciadas, elas puderam nos contar acerca das suas experiências no mundo social e natural, contribuindo para a ampliação da produção de um conhecimento a partir de perspectivas mais pluralistas e menos adultocentradas. Revelam-se ainda como forma de contribuição no repensar modos de apropriação, ressignificação e de participação das crianças na cidade, e de reivindicação de políticas urbanas que atentem a espaços públicos para si.

Desse modo, o presente estudo se constitui como uma forma de produzir conhecimentos a partir de uma realidade socioeducativa de carácter informal e segundo uma perspectiva capaz de reconhecer valor às vozes das crianças, reconhecendo-as como atores sociais e participantes ativos, assim procurando colmatar a escassez de estudos acerca da infância em espaços-tempo não escolares na realidade portuguesa.

2.1. Perguntas de partida

No decorrer de 1 ano realizamos uma investigação de inspiração etnográfica com crianças/jovens de 05 a 16 anos e adultos, familiares e outros membros de uma comunidade da Zona Ribeira, Porto, Portugal, tendo como objetivo central, compreender como crianças/jovens que vivem na cidade do Porto, e que participam da tradicional brincadeira de saltar no Rio Douro durante o verão, se interrelacionam com o mundo natural e vivem outras experiências ao ar livre no seu dia a dia.

Para contribuir na construção dessas respostas perseguimos a compreensão de algumas questões orientadoras:

- O que representa a tradição da brincadeira de saltar no rio na vida dessas crianças?
- Quais as interrelações construídas no/com o mundo natural e ao ar livre no dia a dia dessas crianças?
- Como se sentem, o que pensam e como agem as crianças quando estão em contacto com o mundo natural?
- Que linhas unem ou afastam o brincar e as outras atividades das crianças contemporâneas das crianças de outrora?

À luz dos contributos da Sociologia da Infância Crítica que se caracteriza de suma relevância para firmar a legitimidade das vozes das crianças na produção de conhecimento acerca das suas experiências, trata-se de compreender os significados daquelas vivências a partir do ponto de vista das crianças de hoje, enquanto infância urbana contemporânea, tomando como ponto de partida a tradicional brincadeira de saltar no rio, e em constante diálogo com as memórias e experiências das crianças de outrora, adultos/as familiares e outros membros da comunidade.

3. Estrutura da dissertação

De modo a melhor explicitar a nossa compreensão acerca da temática, esta dissertação organiza-se em 5 capítulos e mais as nossas considerações finais.

No **capítulo I - Infância urbana, experiências socioculturais de construção das espacialidades: enquadramento teórico** – apresentamos a perspectiva teórico-conceitual utilizada para melhor compreender a temática. Para isso nos apoiamos nos contributos da Sociologia da Infância, dos Novos Materialismos e da Antropologia Ecológica que nos deram suporte no entendimento da infância enquanto fenómeno complexo e com agência na construção dos seus cotidianos. Além da Geografia e Antropologia Urbanas que ampliam a perspectiva do tempo e espaço como construções relações e dinâmicas.

O **capítulo II “- Olha ela de novo!”- fundamentos e análise crítica dos processos ético-metodológicos** – explicita e fundamenta as opções ético-metodológicas escolhidas ao longo do processo investigativo através de uma análise reflexiva das

peculiaridades da pesquisa com crianças em espaços públicos, abertos e situadas no tempo e espaço.

O **capítulo III - Meninos(as) do rio - caracterização do contexto e seus atores** – dá a conhecer o contexto macro e microsocial onde a pesquisa foi realizada, com o intuito de melhor situar as características históricas e culturais dos atores da investigação, e de melhor destacar as materialidades envolvidas na construção do fenômeno estudado.

O **capítulo IV - O rio, a Ribeira e a cidade: processos de corporificação das espacialidades, temporalidades e materialidades pelas crianças ribeirinhas contemporâneas** – analisa as experiências trazidas pelas crianças ribeirinhas contemporâneas, mas em constante diálogo com as crianças ribeirinhas de outrora, com o intuito de compreender a circulação de saberes e aprendizagens socioculturais proporcionados por esse cotidiano de proximidade com o rio e incursões na/pela cidade.

As **considerações finais** – apresenta os nossos contributos para repensar as infâncias contemporâneas destacando aquilo que as afeta e que é afetado por elas, e a forma como são capazes de ressignificar muitos constrangimentos das suas experiências, revelando-se atores resistentes, dinâmicos, criativos e construtores atuantes da sua história. Sublinhamos a importância de políticas públicas participativas que repensem os espaços abertos e públicos para os processos de educação das crianças/jovens a partir da interação com a pluralidade da realidade humana e não-humana envolvente.

CAPÍTULO I

Infância urbana, experiências socioculturais de construção das espacialidades: enquadramento teórico

Com o intuito de melhor compreender as experiências socioculturais das crianças nas suas inter-relações com as materialidades presentes no seu cotidiano urbano e ribeirinho, e nos processos de corporificação envolvidos na construção das noções de espacialidades e temporalidades, apresentamos neste capítulo uma perspectiva teórico-conceitual multireferenciada para o desenvolvimento das nossas reflexões acerca do tema. Para isso nos apoiamos nos contributos da Sociologia da Infância, dos Novos Materialismos e da Antropologia Ecológica na construção da noção da infância como um fenômeno complexo e com agência na construção dos seus cotidianos, além da Geografia e Antropologia Urbanas que, através do conceito de espacialidade instigam a compreender acerca de espaço e tempo como construções relacionais e dinâmicas que vão muito além de seus entendimentos como entidades físicas, externas, estática. e atemporal, tendo em vista suas condições históricas e sazonalidades.

1. Infância contemporânea e crianças como atores sociais – contributos da Sociologia da Infância

Para iniciar a reflexão aqui proposta, tendo por base que estamos a falar de uma infância contemporânea, torna-se primordial esclarecer acerca de que conceito de crianças e de infância pautamos esta fala. Para isso avançamos nos subtópicos seguintes explicitando nossa perspectiva e referencial teórico que foram suporte nessa construção.

1.1. Crianças e infância: do reducionismo à ideia de um fenômeno complexo

Ao olharmos o percurso que veio sendo construído pela Sociologia da Infância ao longo do tempo, nos deparamos com grandes mudanças na compreensão dos conceitos de crianças e de infância dantes assumidos de formas reducionistas e essencialistas e fortemente pautados num paradigma médico-psicológico para, a partir de então,

começaram a serem enxergadas como fenômenos muito mais complexos. A Sociologia da Infância, surgida entre as décadas de 1980/1990, problematiza a visão construída na modernidade acerca das crianças como seres incapazes, em déficit e, por isso, subjugados por completo ao universo adulto, para reconceituar seu lugar na estrutura social (Corsaro, 2011), reconhecendo a existência das culturas da infância e sua forma particular de atribuir significados às suas experiências no mundo.

A partir desta perspectiva, a Sociologia da Infância considera as crianças como atores sociais inteligentes e com poder de agir, e de modos diferentes, socialmente competentes e com vozes para falarem, a seus modos, sobre si e sua vida com os outros humanos e o mundo circundante. Neste sentido, o conceito de reprodução interpretativa proposto por Corsaro (2011), reconfigura a ideia determinista e funcionalista da concepção de socialização infantil como uma simples reprodução do modo de vida adulto, para incluir os “aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade” (p. 32); ou seja, na reprodução interpretativa que as crianças realizam do mundo adulto em que se inserem destaca-se a sua compreensão como seres ativos nos processos de apropriação seletiva da realidade, reinterpretação de significados e, com isso, de reinvenção do mundo adulto. Neste processo destaca-se, entre outros elementos, “a natureza interactiva do brincar das crianças (...) como um dos primeiros elementos fundacionais das culturas da infância” (Sarmiento 2003, p. 12), pois, através do brincar, as crianças se relacionam com o mundo, se apropriam de regras e princípios de ação, ressignificando-os em função dos seus interesses e desejos junto ao seu grupo de pares (Ferreira, 2002).

A pluralidade da ordem doméstica (Lahire *in* Lopes, 2019), característica básica das sociedades da segunda modernidade, associada a uma super institucionalização da infância, permite sublinhar o facto de que as crianças estão agora “sujeita(s) a um feixe de forças e princípios socializadores bem mais heterogéneo do que uma visão defasada poderia supor, dadas as recomposições de papéis e modelos familiares, dada a porosidade cada vez maior do “lar” face ao exterior” (idem: 11), inclusive, através da terceirização dos serviços de educação e cuidados básicos. Acrescem ainda outros fenómenos como a produção cultural para a infância presente nos mais variados bens de consumo, desde a mediatização da vida doméstica e o papel da TV na socialização

das crianças, criando referências culturais partilhadas pelas infância à escala global, ao uso precoce das tecnologias.

E é neste cenário inter relacional mais complexo e nem um pouco linear que os estudiosos da infância passam a compreender que as crianças contemporâneas constroem suas referências, produzem e atuam no mundo através da participação em uma série de culturas de pares (Corsaro, 2011), onde afetam e são afetadas através da inserção nesta teia relacional em que se incluem família, escola, comunidade, espaço nacional e global, e aqui destacamos os seres humanos incluídos nestas esferas mas também os não humanos ali presentes que, através das suas materialidades afetam toda a dinâmica relacional.

1.2. A Sociologia da Infância e os Novos Materialismos

Apoiando-nos em Spyrou (2018), entendemos, portanto, que “a infância é fundamentalmente um fenômeno complexo, semiótico material constituído por meio de emaranhados de materiais heterogêneos que incluem humanos, não humanos e forças tecnológicas; é real em sua materialidade e discursivamente constituído, ao mesmo tempo”⁴ (p. 5). A partir do entendimento da realidade como uma multiplicidade ontológica, proposta pelos Novos Materialistas, assumimos aqui o complexo emaranhado de relações que dão origem às múltiplas realidades possíveis, entendendo inclusive que, “porque nós fazemos parte dos mundos que procuramos descrever, também somos parcialmente responsáveis pelas realidades que ajudamos a representar através de nossa atividade emaranhada com tudo que está ocorrendo nesses mundos” (idem: 6). Estamos aqui, portanto, assumindo a perspectiva de uma ontologia relacional, ou seja, na busca por uma compreensão de mundo a partir da relacionalidade das forças materiais e discursivas que, enredados, afetam um ao outro (*idem*). Neste sentido avançamos com o olhar não para o essencialismo das coisas e sim para os encontros relacionais que fazem das coisas, coisas, o que nos leva ao entendimento de que “as entidades não preexistem às suas relações” (Barad *in* Spyrou, 2018: 23-24), afinal elas são o que são por conta das relações ali estabelecidas.

⁴ Livre tradução de citações de língua estrangeira são da responsabilidade da autora desta dissertação.

Nesse sentido, os estudos críticos da infância vão ainda mais além do discurso da Sociologia da Infância ao destacarem a necessidade de enfrentar a desestabilização da ideia de infância moderna, assumindo-a agora como um fenômeno contemporâneo complexo e ambíguo. É, portanto, a partir dessa abordagem que nos propomos aqui a construir um olhar para a infância de modo mais interdisciplinar, buscando perceber a forma como os discursos e materialidades envolvidos no ser e devir das crianças, as constroem, ao mesmo tempo em que afetam e constroem o mundo ao seu redor. Nesse sentido, propomos aqui um alargamento da nossa compreensão através do entendimento de que “qualquer identidade humana ou não-humana é então criada a partir de encontros entre o material e o discursivo, encontros contínuos entre matéria, coisas, corpos, ideias, teorias” (Motta, 2020: 24), poderosos fluxos de pessoas, informações e produtos que os penetram e os atravessam (Prout, 2011: 10). Os fenômenos sociais passam então a ser compreendidos como entidades híbridas, onde a cultura e a natureza se misturam de tal modo que se torna impossível compreendê-los enquanto entidades puras (somente natural ou somente cultural) e como afirma Spyrou (2018),

A infância não deve ser vista como "natural" nem "cultural", mas como uma multiplicidade de "culturas da natureza", que é uma variedade de híbridos complexos constituídos de materiais heterogêneos e emergentes ao longo do tempo. É cultural, biológico, social, individual, histórico, tecnológico, espacial, material, discursivo... e muito mais. A infância não é vista como um fenômeno unitário mas um conjunto múltiplo de construções emergentes da conexão e desconexão, fusão e separação desses materiais heterogêneos. (pp: 65-66)

É, portanto, a partir deste chão teórico que propomos olhar para a infância, entendendo-a dentro da pluralidade das suas existências que as tornam, por outro lado, singulares enquanto realidades situadas. Este outro olhar descarta, portanto, a visão positivista da realidade com sua perspectiva linear e dualismos clássicos que nos têm (in)formado em nossas diferentes versões de adultos e crianças, assumindo a realidade em toda a sua complexidade e ambiguidades, tecida a partir do fluxo de elementos heterogêneos nos quais estamos inseridos (Prout, 2011), e que só podem nos levar ao entendimento de que o conhecimento é algo “fragmentário, contingente, parcial e situado, e como um resultado das relações de poder” (Spyrou, 2018: 19).

1.3. Estudos Críticos da Infância e os estudos feministas

Avançando ainda mais nesta discussão acerca dos conceitos de criança e infância a que nos propomos, embora os estudos críticos da infância assumam a noção de infância na perspectiva universal enquanto uma posição estrutural na ordem geracional, reconhece-a também enquanto fenômeno singular diante da “variedade de infâncias que emergem no local, em particular contextos, uma vez que são restringidos de diferentes formas por forças estruturais e vivenciados de variadas maneiras pelas próprias crianças, dependendo de características sociais e circunstâncias biográficas” (Spyrou, 2018: 8). Vale acrescentar ainda que, mesmo enquanto categoria geracional, a visão aqui proposta passa longe da perspectiva dicotômica adulto vs criança, tendo em vista a compreensão ontológica anteriormente citada acerca da pluralidade e heterogeneidade na constituição de cada um destes e das inúmeras forças materiais que as perpassam dando origem a uma pluralidade de modos de ser adulto e ser criança. Referenciam-se as ideias de Alanen & Mayall (2001), que entendem a geracionalização como processos relacionais complexos onde as categorias, adultos e crianças se constituem mutuamente através de uma relação que envolve o conceito de agência mútua.

A partir desta perspectiva mais abrangente, relacional e plural, não podemos falar de criança, mas sim de crianças e, de tal maneira avançamos na consideração da existência de infâncias vivenciadas de maneiras distintas e muitas vezes em condições de desigualdade, o que nos leva a assumir a não pretensão de falar a respeito de uma infância universalizante nem totalmente local afinal, os produtos das culturas mediáticas e tecnológicas globalizadas seguem ano após ano, cada vez mais partilhados pelas culturas da infância de todo o mundo. Nesse sentido, estamos, portanto, a falar de um fenômeno híbrido, ou seja, uma infância situada dentro de uma rede de forças locais e globais que as fazem existir como tal e que se interseccionam, inclusive, por relações de classe, gênero e proveniência étnica (Sarmiento, 2003). Situar a criança no seu contexto de classe, gênero e etnia, ainda que possa significar limitá-la a constrangimentos múltiplos, particulares da sua realidade, de forma alguma as reduzem no seu potencial de ação, visto que estas sempre encontrarão modos de estarem ativas na sua relação com o mundo e, portanto, saberão sempre como prosseguir (Lopes, 2019).

Neste caminho de desconstrução da universalidade do conhecimento e da ideia de verdade, chamando a atenção para as realidades situadas, bem como para as relações de poder na construção do conhecimento, nos apoiamos também nos estudos feministas que destacam a infância como grupos oprimidos e excluídos e que precisam ter as suas experiências elucidadas a partir de suas próprias perspectivas (Greene and Hogan *in* Spyrou, 2018). Esta nova perspectiva busca destacar a “necessidade de estudar os mundos sociais e as culturas infantis a partir das próprias perspectivas das crianças, destacando suas vozes na pesquisa e reconhecendo seu papel ativo e agente na vida social” (James & Prout *in* Spyrou, 2018: 15). Nesse sentido, os estudos feministas chegam ecoando nesta direção ao entenderem que é preciso buscar “um ponto de vista das crianças” (Mayall *in* Spyrou, 2018: 23) ao reconhecer que, “devido à sua localização na estrutura social, as crianças têm perspectivas únicas sobre o mundo e sua posição nele” (*idem*: 23).

Neste caminho de ir ao encontro do “ponto de vista das crianças” torna-se condição essencial reconhecer as desigualdades de poder existente na relação entre adultos e crianças, e entre crianças também, de modo a problematizar até que ponto as ‘vozes das crianças’ são legitimamente das crianças, ou até mesmo se isso é possível, tendo em vista o atravessamento do lugar do adulto pesquisador enquanto mais um elemento atuante naquela rede de forças, sendo este responsável pelas assemblages escolhidas para a sua análise. Tomando esse lugar do adulto como ponto central de cuidado e reflexão, destacamos ainda que, ao invés de uma busca idealizada das vozes das crianças que podem ser, inclusive, os seus silêncios, é preciso levar em conta que estas nunca surgirão como a sua verdade absoluta, tendo em vista que os significados dessas vozes serão sempre o resultado de uma multiplicidade de fatores que a tornarão sempre um discurso situado no tempo, no espaço e no fluxo das matérias e discursos ali presentes.

2. O espaço e a construção da noção de espacialidades – uma perspectiva abrangente e corporificada

No seguimento desta busca por uma compreensão mais ampliada e complexa no que tange à infância urbana e suas relações com a cidade (e as múltiplas materialidades

humanas e não-humanas que a compõem), o presente tópico se propõe a tratar dos conceitos de espaço envolvidos na construção das noções de espacialidades e temporalidades como processos socioculturais encarnados e, portanto, corporificados e significativos para os atores envolvidos no estudo.

A discussão sobre espaço, por muito tempo privilégio da Geografia, passa a ganhar destaque em outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas, como a Antropologia e a Sociologia, que propõem a reflexão acerca deste conceito assumindo novos olhares através de perspectivas mais simbólicas e relacionais. Nesse sentido, pretendemos aqui ampliar o olhar através das múltiplas lentes possíveis acerca do tema, o que entendemos ser bastante apropriado dentro de um estudo nas ciências humanas que se propõe numa perspectiva mais complexa e não fragmentada.

Para pensar os cotidianos e espacialidades dos atores envolvidos na pesquisa, buscamos refletir acerca do espaço urbano ocupado e co-criado por estes, associado à realidade que envolve, inclusive, a íntima relação com o rio. Nessa construção, uma das nossas referências está nas epistemologias ecológicas que desafiam a reflexão pelo deslocamento da perspectiva antropocentrada, a partir da desconstrução da ideia da “grande divisão que institui a natureza e cultura como dois reinos ontológicos antagônicos” (Carvalho, 2014: 72). Para isso encontramos na antropologia ecológica e nos novos materialismos novas possibilidades para a leitura sobre a relação da infância com o mundo, ao reconhecerem a agência do lugar e dos objetos nessa construção. (Procter & Hackett, 2017).

Deste modo, o referencial teórico aqui apresentado propõe a atribuição de uma maior centralidade à vida, as paisagens e aos materiais nas experiências das crianças, em conformidade com o pensamento fenomenológico, que busca afirmar-se na compreensão de que “viver no mundo não é ocupar um lugar em meio a um ambiente povoado de objetos, mas ao contrário, é juntar-se ao processo de formação e permanente transformação das coisas vivas, humanas e não humanas (Carvalho, 2014: 76). Para Ingold (2000) o ambiente está em constante transformação e, “unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas, como nós, em uma matriz de movimento” (p. 219).

A antropologia urbana, de porte das contribuições dos estudos da etnografia nas cidades, propõe uma leitura acerca da questão espacial situando-a na sua dimensão

simbólica através da apropriação dos espaços pelos grupos sociais. Magalhães (2020), referenciando Harvey (2012), vai apontar que o espaço pode ser considerado sob três dimensões: o espaço absoluto, que aponta para sua dimensão física e imóvel; o espaço relativo, que vai destacar o ponto de vista do observador e levar em consideração a dimensão do tempo; e espaço relacional, que vai considerar as experiências vividas pelos sujeitos no espaço. Dentro dessas dimensões, entendemos que é através do ponto de vista relacional que poderemos construir um diálogo mais rico no entendimento do tema, destacando os aspectos simbólicos na construção de significados pelos atores sociais neles envolvidos, afinal “espaço é uma relação, fundada na ação” (Turra Neto, 2019: 3).

Nessa tessitura de múltiplas lentes destacamos dentro do campo da Sociologia, a “perspectiva socioespacial” de Lefebvre (2013 [1974]), que propõe olhar para a dimensão espacial como parte integrante e determinante na construção das relações e produções sociais (Ramos, 2021). Para Lefebvre (*idem*), quando falamos de espaço, levamos em conta o seu aspecto concreto, externo, mas também o seu aspecto relativo e subjetivo, pois é somente na relação com este, que sedimentamos nossos imaginários, percepções e experiências e o tornamos real e corpóreo. É a partir dessa compreensão que Ramos (2021), mobilizando as ideias de Lefebvre vai afirmar que

“o espaço não é simplesmente uma externalidade ao sujeito, ou seja, uma entidade conhecida, mas é vivido e praticado, se desenvolve no movimento da sociedade incorporando passado e presente, lutas e solidariedades, recuos e avanços” (p.8).

Nesse sentido, “uma paisagem geográfica não é tão somente mental ou tão somente material” (Ramos, 2021: 7), pois isso seria fragmentar o conhecimento e ignorar a experiência de quem a vive (*idem*). Nesse sentido, aqui consideramos a interação entre sujeito e objeto como a forma de inteligibilidade do mundo, considerando que a experiência de quem vive a paisagem também a produz dentro de um contexto material e histórico, a partir de fluxos dinâmicos feitos de contradições e justaposições (*idem*). Deste modo, aqui partimos do pressuposto de que “o espaço inclui, em sua produção e como parte de sua constituição, a vida social, não apenas as ações que se externalizam e os sistemas de objetos, mas também as crenças, imaginários e ideologias daqueles que produzem e praticam espacialidades” (*idem*: 8).

Neste caminho de compreensão do espaço enquanto relações, Lefebvre (2013 [1974]), vai afirmar que, não sendo possível pensar no espaço como uma entidade externa e absoluta, e de forma a dar-lhe mais concretude, atribuindo-lhe a qualidade de construção histórica e social, destaca a necessidade de o corporificar. E sobre esse aspecto, ratifica Turra Neto (2019), ao afirmar que “o corpo se espacializa e se historiciza em relação com as coisas e os outros” (p. 3). É neste processo de corporificação que vai ser possível surgir espacialmente compreensões acerca de centro e periferia, dentro e fora, interações, distâncias, contornos, assumindo o corpo vivo como uma entidade orgânica e social e, portanto, capaz de criar formas e conteúdos ao mesmo tempo em que essa sua produção é capaz de moldar-lhe o corpo (Lefebvre, 2013 [1974]):

Antes de producir efectos en lo material (útiles y objetos), antes de producirse (nutriéndose de la materia) y antes de reproducirse (mediante la generación de otro cuerpo), cada cuerpo vivo es un espacio y tiene su espacio: se produce en el espacio y al mismo tiempo produce ese espacio. Es una relación notable: el cuerpo, con sus energías disponibles, el cuerpo vivo, crea o produce su propio espacio; inversamente, las leyes del espacio, es decir, las leyes de discriminación en el espacio, gobiernan al cuerpo vivo así como el despliegue de sus energías (p. 218).

A produção de um espaço social, no sentido atribuído por Lefebvre (2013 [1974]), contudo, nunca será um produto acabado, mas sempre integrado ao desenvolvimento histórico das relações sociais e, portanto, susceptível a um tempo social e passível de codificações, conflitos e contradições. Desse modo, como afirma Ramos (2021), “produzir espaço é produzir a própria sociedade e suas diferenças” (p. 10) e, referenciando-se em Lefebvre (*idem*), vai afirmar que “nenhum espaço desaparece completamente, mas são continuamente transformados (metamorfoses), sofrem transferências, substituições, justaposições e interpenetrações” (Ramos, 2021: 10).

Estas transformações se dão de forma corporificada e em três dimensões: singular, que destaca aquilo que é percebido (no nível dos corpos, sensível e prático); particular, onde se produzem percepções de identificação ou diferenciação com outros espaços e grupos sociais; e universal, onde códigos são impostos, divisões, ordens, ideologias e abstrações. No entanto, vale ainda ressaltar que neste modelo de pensamento acerca do espaço social, este é concebido e está todo o tempo num

processo triádico e dialético que envolve o singular, o geral e o particular num movimento entre o espaço percebido, o espaço vivido e o espaço concebido (*idem*).

Nessa discussão acerca das espacialidades construídas nas dinâmicas relacionais dos espaços públicos de uma cidade, nos interessa aqui trazer em destaque as crianças e suas experiências socioculturais nas vivências destes espaços e os processos de significação e agência possíveis nesta inter-relação, ou seja, como se dá o espaço vivido pelas crianças. Conforme nos aponta Sennett (2014 [1943]), no que se refere à relação criança e espaço urbano, é importante remontar que esta separação conhecida hoje entre o universo adulto e o infantil remonta ao modelo moderno-industrial, típico das sociedades ocidentais, que passou a separar vida pública, domínio do homem, e vida privada, destinada à mulher e à criança. Esta separação, portanto, vai dar origem à criação de espaços e objetos especialmente destinados às crianças (Lansky *et al*, 2014).

A criança urbana progressivamente tornou-se uma das principais vítimas da segregação socioespacial nas metrópoles modernas, resultando em casos de confinamento e/ou controle excessivo para alguns grupos e marginalização para outros. As condições de acesso e uso dos espaços públicos (no caso de sociabilidade e lazer) são definidas tanto a partir das políticas estatais, quanto pelas diferenças socioeconômicas e culturais no desenvolvimento de uma sociabilidade urbana. (*idem*, p. 719).

Contudo, apesar da tentativa de marginalização das crianças no seu direito aos seus espaços públicos, é possível perceber que estas, enquanto sujeitos sociais e dotados de agência, encontram formas singulares de relacionarem-se com a cidade, sendo esta uma potente fonte de educação informal e não formal. Conforme aponta Lopes (2019), “o espaço público, na sua radical definição, exige a multiplicação de possibilidades de conhecimento e confronto da diversidade (de classe, de gênero, de etnia, de estilos e modos de vida), no jogo da indeterminação, da aleatoriedade e da surpresa” (p. 17), tornando-se, portanto, um espaço de “fecundo confronto das diferenças, tendo em vista a hibridação das culturas” (*idem*: 17).

3. Experiências infantis, processos de socialização e geracionalização

As cidades, como um corpo vivo que são, podem e devem ser entendidas com um espaço de educação não formal, e as crianças, sujeitos sociais, vivem suas

experiências neste espaço de forma singular, atribuindo-lhe significados próprios, a partir de diferentes dimensões da sua identidade, e entre estas, a dimensão geracional. Conforme aponta Farias & Müller (2017), a cidade

não pode ser entendida apenas como um lugar de passagem, mas de interação, de comunicação e de encontro de seus habitantes, e destes com o meio. Tal premissa é válida não só para adultos, mas também para crianças, que a partir de ações cotidianas podem experimentar, explorar e aprender no e com o meio urbano (p. 262-263).

As autoras acima, referenciando-se nas ideias de Ward (1978), Jacobs (2000) e Tonucci (1996), vão afirmar que as crianças que vivem uma relação com os espaços públicos não especializados, como aqueles “para a infância”, têm a oportunidade de entrar em contato com uma variedade de experiências de forma autônoma e livre das predeterminações de como devem ou não reagir às experiências. Nesse sentido, a rua é aqui entendida como lugar de pluralidade e diferenças, da descoberta e da convivência.

Conforme já sinalizado, embora acompanhemos o processo crescente e cada vez mais globalizado de confinamento das crianças a espaços especializados e, com isso, o seu afastamento das ruas e dos espaços públicos e de socialização espontânea, levando-se em conta a diversidade de infâncias no mundo. Nas palavras de Farias & Müller (2017),

a afirmativa de que crianças de zonas urbanas vivenciam menos os espaços públicos não é universal, mas pode variar de cidade para cidade, de bairro para bairro, a depender dos grupos sociais que ali habitam (p. 263).

Nessa mesma perspectiva, o espaço público nem sempre deve ser entendido como lugar de perigo (Farias & Müller, 2017; Nogueira *et al*, 2018); afinal, é neste que as crianças têm, muitas vezes “a oportunidade de conviver com a comunidade e, ao mesmo tempo, serem assistidas por aqueles que ocupam o mesmo espaço. Tal atitude convoca os adultos a assumir responsabilidade pública pelas crianças, mesmo que não as conheçam” (Farias & Müller, 2017: 275).

A partir do entendimento que aqui assumimos das crianças como actores sociais, e cujo quotidiano se faz na intensa relação com o seu grupo de pares, além das interações com as materialidades humanas e não-humanas ali presentes, destacamos a compreensão acerca da socialização

como um processo de múltiplos sentidos, como trabalho colectivo de construção e apreensão do mundo, como realidade social inter-significante e, portanto, inter-subjectiva que faz existir os indivíduos de uns para os outros - adulto-criança, adultos-adultos, e criança-criança - em que todos se constituem como sujeitos, actores e agentes sociais (Ferreira & Rocha & Vilarinho, 2000: 5).

CAPÍTULO II

“- Olha ela de novo!”- fundamentos e análise crítica dos processos ético-metodológicos

Neste capítulo nos dedicamos a fundamentar e a explicitar as opções ético-metodológicas escolhidas ao longo do processo de investigação através de uma análise reflexiva das peculiaridades da pesquisa com crianças em espaços públicos abertos e situadas nas dinâmicas do tempo e espaço do terreno escolhido. Seguidamente, relatamos e refletimos acerca do percurso desde a entrada no terreno às mudanças de rotas pensadas inicialmente e os novos caminhos descobertos.

1. Coordenadas epistemológicas, metodológicas e éticas da pesquisa

Com o intuito de responder às questões de investigação que buscam entender como um determinado grupo de crianças ribeirinhas experienciam o mundo natural e vivem outras experiências ao ar livre no seu dia a dia, com famílias e outros atores que fazem parte da Zona da Ribeira, centro histórico e turístico da cidade do Porto, realizamos um estudo de caso exploratório, situado numa perspetiva qualitativa fenomenológica-interpretativa.

Através dos estudos de caso é possível, “por um lado, a focagem dos fenómenos a estudar dentro de um contexto (social, cultural, institucional, temporal, espacial, etc.), e, por outro, o objetivo de explicar/compreender o que lhe é específico, de algum modo, determinado pelo contexto” (Amado, 2013: 143). Isso significa que a investigação realizada pretendeu se aproximar da ‘realidade’ em questão buscando aproximar-se dos significados dos fenómenos atribuídos pelos sujeitos, ou seja, pela perspetiva dos participantes, pois, segundo Amado (*idem*: 40), este modelo de investigação busca

a compreensão das intenções e significações - crenças, opiniões, percepções, representações, perspetivas, conceções, etc - que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem. Procura-se o que, na realidade, faz sentido e como faz sentido para os sujeitos investigados.

Significa também que, assumindo o viés da racionalidade complexa, a investigação se propõe a um olhar holístico e situado num contexto histórico, socioeconômico e cultural, analisando o fenômeno através de processos inferenciais e indutivos, de forma situada e recorrendo a múltiplas técnicas de recolha e análise de dados de modo a traduzir essa mesma complexidade (Amado, 2013).

Ao nos apoiarmos no novo paradigma da Sociologia da Infância não só como referencial teórico, mas como uma forma de investigar que reconhece as crianças como atores sociais competentes e construtores de cultura, pautamos a nossa recolha de dados também a partir da legitimação das vozes das crianças. Afinal, partimos do pressuposto do direito destas serem reconhecidas como sujeitos de conhecimento, ainda que, com uma forma de expressão diferente do modelo habitual adulto (Ferreira, 2002). É importante sinalizar, contudo, que os pontos de vista das crianças devem ser reconhecidos como *standpoints*, ou seja, pontos de partida para a análise e não descrições simplistas baseadas apenas nas palavras ditas por estas (James, 2008). A autora chama a atenção, ainda, para que estas vozes sejam reconhecidas dentro das suas particularidades e contextos, e com o devido cuidado às suas generalizações.

Além dos aspectos apontados anteriormente, adotar uma postura reflexivo-metodológica no trabalho de escuta de crianças se faz de forma ainda mais necessária tendo-se em conta que são os adultos que escrevem os textos e, portanto, a escuta destas vozes serão sempre transversalizadas pelo entendimento adultocentrado e, portanto, devem ser alvo da nossa constante atenção e interrogação acerca da sua autenticidade (*idem*).

Nesse sentido, a orientação metodológica recaiu na etnografia com crianças porque permitia reconhecê-las na sua expressão subjetiva e “documentar toda a sua inteligibilidade e acreditar as suas próprias vozes nas compreensões que elaboram dos mundos em que vivem” (Ferreira, 2004: 250). E com isso, buscamos garantir, conforme aponta Corsaro (2011), que as crianças serão “vistas como atores sociais em seu próprio direito, e os métodos (...) adaptados e refinados para melhor ajuste às suas vidas.” (p. 57).

Contudo, a opção pelo estudo etnográfico das crianças, requer que, na dimensão espaço-tempo, se construa, pouco a pouco, uma maior familiarização com estas e com

os adultos participantes da investigação, aguçando o olhar para as singularidades daquela realidade e dos seus modos de agir. Mas, como afirma Ferreira (2009),

isso só é possível apenas na medida em que o observador em presença não dissocie a sua interpretação do conteúdo subjetivo da interação e esteja simbolicamente implicado nela. Só assim pode aceder e partilhar o significado que dá sentido às ações observadas. Daí que a escuta sensível (BARBIER, 1993) seja reafirmada como uma nova atitude epistemológica: mais do que olhar para examinar é preciso escutar para compreender o que as crianças dizem, a partir da sua voz” (p. 154).

Realizar uma pesquisa etnográfica com crianças é deixar-se ‘ser afetado’, ou seja, exercer esta condição como uma modalidade central e uma vertente crítica do trabalho de campo (Rosa & Ferreira, 2019). “Ser afetado significa, nos termos de Favret-Saada (2005) que os(as) etnógrafos(as) se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os demais para que um certo tipo de relação se possa estabelecer” (idem: 252). É assumir uma postura de alteridade em que se reconhece a incompletude adulta na compreensão e reconhecimento do Outro-criança, propondo-se a observar o mundo de forma descentrada e reconhecendo a imprescindibilidade desta postura no plano epistemológico a que se propõe (Ferreira & Nunes, 2014).

Um tal posicionamento epistemológico e eticometodológico significa ainda que quando as crianças são os *sujeitos* e não os *objetos* da pesquisa, ou seja, quando realizamos uma pesquisa *com as crianças*, ao invés de *sobre as crianças*, nos propomos a ter ainda mais atenção a questões éticas de poder e representação (James, 2008). Não se pode perder de vista que, por mais que haja um enorme esforço do investigador em minimizar as suas interferências biosociais na coleta de dados, é preciso assumir que a interação na dimensão adulto-criança já traz, por si só, nuances que interferem na comunicação (Spyrou, 2018). Assim, com fim de minimizar esta comunicação deturpada pelos nossos vieses pessoais e adultos, buscamos uma aproximação com a “experiência etnográfica” (Clifford, 2008 cit. em Rosa & Ferreira, 2019: 252), numa postura atenta e reflexiva que buscou, conforme Magnani (2009 cit. em Rosa & Ferreira, 2019: 252),

compreender os sentidos intersubjetivos da multivocalidade e polifonia num reconhecimento mútuo - uma luta contra o adultocentrismo no seio de uma dialogicidade marcada pela sua própria estranheiridade e estranhamento em relação a quem e ao que se quer conhecer, mediante a sua própria cultura”.

É preciso, portanto, assumir essas nuances como objeto de atenção para sempre se questionar se aquilo que entendemos foi mesmo dito ou é apenas um reflexo das nossas interpretações de mundo. Com isso, não temos a ilusão de alcançar uma postura neutra nesta coleta e interpretação dos dados, mas sim, de assumir uma postura ético-metodológica de reflexividade crítica de modo a pôr sempre em causa aquilo que interpretamos, assumindo o lugar de pesquisa situada através de um olhar específico de quem investiga e de quem tem o “poder” de escolher os caminhos por onde seguir na investigação mas se propõe ao exercício constante de sair deste lugar, na busca por sentidos intersubjetivos construídos nas experiências vividas entre pesquisador e pesquisados, numa atitude de cuidado e consciência participativa que vai além da superficialidade do que é ‘falar sobre’ alguém ou alguma coisa (Vasconcelos, 2000). É refletir sobre sua posição dentro do fenômeno observado, sendo capaz de produzir conhecimento de forma mais crítica e ética (Spyrou, 2018).

Em sua forma crítica, então, reflexividade é assumir que, até certo ponto, as respostas encontradas na pesquisa são influenciadas pela nossa presença, pela imagem que o outro constrói acerca do(a) pesquisador(a), no meu caso, uma mulher parda, estrangeira e brasileira, e que influencia, de algum modo, nas respostas encontradas. Assim, por fazermos parte dos mundos que procuramos descrever, assumimos que a realidade é múltipla e não singular - afinal pela relação que criamos no processo da pesquisa, somos parcialmente responsáveis pelas realidades que ajudamos a representar através de nossa atividade (Spyrou, 2018).

Ainda sobre a dimensão ética dessa investigação, e principalmente por estar situada no campo da educação e referenciada à sociologia da infância crítica, compreendemos que os fins da pesquisa devem ser de responsabilidade social, ou seja, deve dar visibilidade às peculiaridades e modos de vida do grupo social em questão, que no nosso caso são as crianças ribeirinhas e moradoras de uma zona histórica da cidade do Porto, de modo a promover um espaço para reflexão que leve sempre à transformação e melhoria das condições de vida destes indivíduos e da sociedade de um modo geral (Amado, 2013). Assim, o trabalho foi sendo costurado a cada dia, partindo de um rascunho de desenho de pesquisa, mas que possuía, como condição fulcral, a característica da flexibilidade, ou seja, sem regras e nem procedimentos rígidos, mas sim, num seguir do fluxo daquilo que é encontrado no terreno (Burgess, 1997).

2. A investigação no terreno - caminhos percorridos

2.1. A escolha do contexto

Diante da escassez de estudos acerca da infância em espaços-tempo não escolares na realidade portuguesa, e na busca de produzir conhecimentos a partir de uma realidade socioeducativa de caráter informal e urbana, iniciamos o processo de escolha do contexto da pesquisa em julho/agosto de 2020, através da assunção de uma postura de abrangência do olhar para a cidade do Porto, na tentativa de encontrar crianças a brincarem ou perambularem de forma livre pelas ruas. Alertada previamente sobre esta difícil tarefa, tendo em vista a institucionalização da infância portuguesa e consequente escassez de crianças a brincarem livremente em espaços abertos e públicos da cidade, a curiosidade pelo fenómeno parecia crescer dentro de mim.

Diante do curto tempo para tomada de decisão sobre o contexto da pesquisa, associada à reduzida mobilidade que eu tinha nos percursos naturais do meu dia a dia, acionei vários colegas para que ampliassem esse olhar junto comigo, informando-me sempre que vissem crianças pelas ruas, de modo que eu pudesse ir construindo um mapeamento de locais possíveis na cidade. Neste movimento, uma colega portuguesa e moradora há tempos no Porto, sinaliza que as únicas crianças que ela lembrava de ver pelas ruas, eram os meninos e meninas que saltavam da Ponte Luís I - importante símbolo turístico da cidade. Desconhecedora, até então, desta brincadeira, passo a me interessar por estes miúdos e a tentar observar a tal cena mais de perto.

A partir desse momento, finais de agosto, diante da raquítica coleta de informações vindas dos colegas acerca de outras crianças em diferentes sítios da cidade, e, nessa altura, eu já encantada com a possibilidade de pensar na relação entre esses miúdos e o rio, junto à Ribeira, outro dos principais pontos turísticos do Porto, consolidamos a escolha daquele contexto. Afinal, ali parecia ser possível encontrar o mesmo grupo de miúdos com certa regularidade, viabilizando a realização da pesquisa.

No início de setembro de 2020, quando tento oficializar a entrada no terreno, surpreendo-me com o sumiço das crianças. Vou alguns dias à beira do rio e já não as encontro como antes. A mudança do tempo, com o final do verão, que passa a dar espaço aos dias mais frios e chuvosos, junto com a volta às aulas, balançam a minha certeza sobre a escolha feita para a investigação, e na busca por alternativas à situação,

“decido ir à Ribeira aos finais de semana pois teria a certeza de que os miúdos não estariam na escola” (NT: 27 de setembro de 2020).

Assim, diante do limite de tempo disponível para permanência no terreno, e das intercorrências advindas de uma pesquisa realizada num mundo em pandemia, o que veio a limitar ainda mais o acesso às pessoas participantes, consideramos que a investigação que foi possível desenvolver foi de inspiração etnográfica: nos limites do alcance do convívio com os sujeitos da pesquisa, a perambulação contínua da pesquisadora pela Zona da Ribeira, embora espaçada no tempo de 1 ano, aliada às entrevistas realizadas e à pesquisa de fontes documentais, permitiu, ainda que de forma lenta, diante da situação de pandemia e confinamento vividos na maior parte do tempo da pesquisa, o adentrar num quotidiano de acções daquela comunidade.

2.2. A entrada no terreno - negociações do consentimento informado com as crianças e seus responsáveis

É então num domingo à tarde que, ao chegar à beira do rio, me deparo com uma Ribeira completamente cheia de turistas sentados nos bares e restaurantes ou a caminhar pelas vielas, feira de artesanatos, vendedores ambulantes e artistas de rua de variados tipos (músicos, dançarinos, estátuas vivas, etc) a fazerem suas performances em busca da atenção e dinheiro daqueles que por ali passavam. Não vejo crianças no rio e sigo caminhando um pouco no meio dos turistas. Depois de caminhar no meio da multidão e constatar que no rio não havia crianças a brincar, me aproximo do mesmo garçom da outra vez e pergunto se ele viu os meninos. Ele disse que viu alguns passarem, sim, mas ao olhar para a rua tentando identificá-los não os encontra. O garçom diz que estão sempre por ali pois muitos moram naquelas proximidades. É, então, nesse momento, que percebo, um pouco à frente, um menino a tentar andar de bicicleta no meio da multidão de turistas à beira do rio e a pedir licença para que pudesse pedalar sem bater em ninguém. Pergunto ao garçom se aquele miúdo faz parte do grupo que brinca no rio e ele confirma que sim. Me afasto do garçom e sigo a observá-lo um pouco de longe (...). Ele vai em direção oposta à ponte, mas sempre à beira do rio. Vou atrás e quando começa a voltar, resolvo falar com ele. Quando me aproximo e apresento a proposta da pesquisa, aquele miúdo de 10 anos, morador da Ribeira e há pouco introduzido na brincadeira de saltar no rio, é muito simpático, bastante receptivo a mim e logo começa a me contar suas histórias. (NT: 27 de setembro de 2020)

Naquele momento conheço Pedro⁵, aquele que vem a ser um articulador essencial na minha entrada no terreno pois, daquele momento em diante, este mesmo miúdo facilita o meu acesso a muitos outros, adultos e crianças, informantes da

⁵ Nome fictício escolhido de modo a proteger a identidade dos participantes

pesquisa. Ou seja, Pedro torna-se o meu gatekeeper (Burguess, 1997), abrindo-me as portas para o processo de ganhar acesso aos atores no/do terreno:

ganhar acesso é uma fase essencial do processo de investigação. Porque o acesso é um pré-requisito, uma condição prévia para que a pesquisa se realize. Em segundo lugar, o acesso influencia a fiabilidade e a validade dos dados que o investigador obtém subsequentemente (Idem, p.48).

À medida que vou conhecendo outros miúdos com a ajuda de Pedro, faço a apresentação da proposta da pesquisa e, entre algumas risadas do meu jeito “brasileiro” de falar, perguntas de quem sou eu, se ganhariam algo em participar, todos, ao menos, verbalmente, concordam em contar suas histórias:

Chego à Ribeira, mas não vejo nenhuma criança. Procuo o Pedro onde encontrei da outra vez, mas nada. De longe, avisto uns meninos perto do castelo e vou até lá. Me apresento e eles concordam em falar um pouco comigo. São três meninos e dois deles com bicicleta. Quando me apresentei e expliquei a ideia da pesquisa, um deles perguntou: "E o que ganhamos com isso?" Mas imediatamente disse, "Não precisa ser dinheiro..." E o outro completou: "Seguidores?" (referindo-se às redes sociais). Mas na sequência, um deles falou: "Pode perguntar que a gente responde..." (NT: 03 de outubro de 2020)

A partir destes primeiros contactos e da anuência verbal das crianças dou prosseguimento à identificação dos respectivos responsáveis de modo a formalizar a pesquisa e coletar os consentimentos informados. Neste movimento de ir conhecendo um a um eu ia tendo acesso a outros que eles mesmos indicavam ou as famílias contactadas, como que numa bola de neve. Assim, na maioria das vezes, foram as próprias crianças que me levaram aos seus responsáveis, o que me parecia indicar um desejo em participarem efetivamente, além de me possibilitarem localizar onde moravam e iniciar o entendimento espacial de onde estavam e quem eram aquelas famílias.

A pesquisa contou com a participação de 26 atores, 9 adultos(as) e 17 crianças, sendo destas, 8 crianças/adolescentes que participaram das entrevistas-conversa, conversas informais e observações cotidianas; 9 crianças/adolescentes, com participações através de conversas informais e observações na sua cotidianidade das ruas (Quadro 1) e mais 6 adultos entrevistado(as)s e 3 participantes apenas através das observações e conversas informais. (Quadro 2).

Quadro 1: Relação participantes criança e/ou jovem, tipo participação e sua relação com comunidade

Participante	Tipo participação	Relação crs/comunidade
Pedro	Entrevista / conversa informal / observação	Morador
Vasco	Entrevista / conversa informal / observação	Morador
Miguel	Entrevista / observação	Morador
Patrícia	Entrevista / conversa informal / observação	Moradora
Henrique	Conversa informal / observação	Morador
Sergio	Entrevista / conversa informal / observação	Morador
Isaac	Entrevista / conversa informal / observação	Morador
Dinis	Entrevista / conversa informal / observação	Morador
André	Conversa informal / observação	Morador
Gustavo	Conversa informal / observação	Visitante assíduo
Vicente	Conversa informal / observação	Morador
Nuno	Conversa informal / observação	Morador
Sofia	Entrevista / conversa informal / observação	Visitante – avô morador local
Martim	Conversa informal / observação	Morador
Xavier	Observação	Morador
Filipe	Conversa informal / observação	Morador
Francisca	Conversa informal / observação	Visitante pontual

Quadro 2: Relação participante adulto, tipo participação e sua relação com crianças e comunidade

Participante	Tipo participação	Relação crs/comunidade
Rita	Entrevista / conversa informal / observação	Mãe e moradora Ribeira
Ana	Entrevista / conversa informal / observação	Mãe e moradora Ribeira
Filipa	Entrevista / conversa informal / observação	Mãe e moradora Ribeira
Alice	Entrevista / conversa informal / observação	Mãe e moradora Ribeira
Irene	Conversa informal / observação	Mãe e moradora Ribeira
Moisés	Conversa informal / observação	Pai e morador Ribeira
Claudio	Conversa informal	Pai e morador Ribeira
Alípio	Entrevista / conversa informal / observação	Morador comunidade
Manuel	Entrevista / conversa informal	Ex-morador da comunidade e salvador

Nesta etapa inicial de obtenção do Consentimento Informado (cf. Apêndices I e II), o acesso às pessoas, adultos e crianças aconteceu, a maior parte das vezes, no espaço público e aberto da rua. O contacto inicial foi com as crianças após a minha abordagem espontânea ao encontrá-las nas ruas e, após o seu consentimento verbal, levaram-me aos seus familiares para que eu pudesse explicitar a proposta da pesquisa.

A primeira criança contactada, o Pedro, após eu ter explicado a proposta da pesquisa, enquanto eu conversava com outras crianças, foi até a sua casa sem que eu percebesse a sua saída. Quando voltou até mim foi para dizer que a mãe havia

concordado em me receber na casa dela. Para mim foi uma feliz surpresa a rápida disposição e autonomia daquele miúdo em levar-me até sua casa e família pois já lá estavam a me esperar. Ao chegar a casa fui muito bem recebida por 3 mulheres que lá estavam sentadas na sala, a conversarem alegremente. Esta é a casa do Pedro, onde se encontravam a sua mãe, Rita, com a irmã (participante apenas da conversa preliminar neste dia) e mais a Ana, mãe do Vasco. Sento-me na sala com estas mulheres e após explicar a proposta da pesquisa, por lá permaneço mais que 1 hora a escutar as muitas histórias que elas tinham para contar sobre as suas experiências pessoais com o rio, seja como miúdas que um dia foram, seja como mães de miúdos que seguem a tradição. Este foi o meu primeiro contacto com adultos familiares nativos da Ribeira/centro histórico e assim os caminhos começaram a se abrir ainda mais em direção à minha entrada no terreno e aceitação da minha presença.

Deste modo, das 5 crianças/adolescentes entrevistados(as), o contacto com os adultos(as) responsáveis deu-se através delas que me levaram até as suas casas, com exceção de uma que, por morar fora da Ribeira, concordou em levar o documento para a mãe assinar depois que eu fizesse contacto via telefone para explicar a proposta.

Todos os adultos(as) contactados foram bastante receptivos quanto à proposta, aceitando prontamente a participação de seus filhos(as)/netos(as) e, no caso de alguns, quando se aplicava à pertinência para o estudo, a sua própria participação como entrevistado(a). Para as 3 outras crianças/jovens entrevistado(as)s, o movimento foi contrário: primeiro eu conheci as mães, apresentado a proposta e obtendo o consentimento, para em seguida ir em busca do consentimento das crianças. Todos esses contactos, bem como a maior parte do meu período em terreno, aconteceram aos finais de semana, período em que, tanto adultos quanto crianças estavam disponíveis.

As outras crianças/adolescentes participantes através de conversas informais e observações foram informados/as acerca da pesquisa e sobre a minha presença ali a observá-los(as) e, apesar de darem-me um consentimento verbal para que eu pudesse estar ali por perto a observá-los(as) e com conversas informais, não cheguei a obter o consentimento formalizado em papel - afinal, em se tratando de uma investigação em ambiente público e aberto de rua, algumas especificidades e desafios são postos no sentido de que nenhum controle se há nas idas e vindas deles(as) pelas ruas, o que me

levou a limitar os consentimentos informados assinados apenas às crianças/jovens entrevistados(as).

Penso que o facto da brincadeira de saltar da ponte ter sido tema de uma curta metragem premiada, realizada por um cineasta espanhol em 2017 e, periodicamente, na altura do verão, ser alvo da atenção dos canais de tv, fez com que o meu interesse pelo tema não causasse estranhamento por parte das crianças e nem mesmo dos adultos(as) locais, o que de algum modo, facilitou o meu acesso ao terreno.

2.3. A recolha dos dados

O processo de recolha de dados se iniciou em agosto de 2020 e finalizou em agosto de 2021, sendo que neste período de 1 ano se deu de forma espaçada – com idas ao terreno sobretudo aos finais de semana e com algumas interrupções em razão das restrições impostas pela situação pandêmica mundial - e através do uso dos diferentes instrumentos considerados os mais apropriados conforme as ocasiões, de modo a tentar usar o tempo disponível e as limitações no acesso ao terreno, de forma mais produtiva possível (cf. Apêndice VIII).

2.3.1. Pesquisa documental escrita e audiovisual

Embora a análise documental já se constituísse como uma etapa primordial de exploração inicial da nossa temática, como o momento de análise do estado da arte, este foi um recurso que acabou por ganhar um maior destaque com o caminhar da investigação, nos sendo muito útil como recurso complementar aos outros métodos utilizados - foi usado, portanto, ao longo de grande parte da investigação e sob diferentes fontes documentais escritas e não-escritas (Duffy, 2004).

Para isso contámos com documentos escritos oficiais, como o material disponibilizado acerca da história local no site da Câmara do Porto; bem como não-oficiais, tais como a análise de reportagens promovidas pela imprensa local portuguesa no formato em papel e *online*, além das fontes não-escritas como os registos audiovisuais advindos de plataformas audiovisuais como *youtube*, *vimeo* com partilhas de produções de cinema e vídeos disponibilizados de forma pessoal por turistas diversos; imagens vindas das fotografias dos acervos pessoais das famílias entrevistadas; bem como mapas disponibilizados em sites oficiais do governo português; além das

fotografias advindas de *blogs* abertos ao público e disponibilizados na internet. Uma outra fonte não-escrita e de fundamental importância na nossa recolha de dados se deu através de fontes orais não registadas através do encontro com testemunhos vivos da história e tradição estudada.

Os constrangimentos encontrados nas primeiras etapas da pesquisa com o início do outono/inverno e consequente diminuição da presença das crianças na rua, além do estabelecimento do recolher obrigatório pelo governo nos finais de semana a partir das 13:00h, em função da pandemia, colaboraram para que fosse forçada, por um tempo, a dedicar maior atenção ao tema através de fontes *online*. Um dos primeiros documentos que tive acesso foi o filme *Aniki Bobó* (1942), de Manoel de Oliveira. O filme que se passa nos anos 40 retrata o cotidiano de um grupo de crianças moradoras da Ribeira/Cais de Gaia e suas brincadeiras livres pelas ruas da cidade e no rio. Ali vê-se, talvez, pela primeira vez, um registo da tradicional brincadeira das crianças com o rio, retratando que esta é uma relação já secular.

Ainda em registos cinematográficos, passo a conhecer um curta metragem feita em 2014, pelo jovem cineasta espanhol, Javier Macipe, com o nome: *Os Meninos do Rio*. Mais de 80 anos separam ambos os filmes, mas que se encontram no interesse em retratar as crianças e sua relação com esse cenário, por vezes, romantizada, por vezes, trágica. E este é um dos aspectos encontrados nas pesquisas *online* também. O rio e a ponte são muito conhecidos por serem o local escolhido para muitos suicídios. Este passa a ser um aspecto sobre o rio bastante inesperado para mim.

Ainda em fontes *online* é possível encontrar inúmeras reportagens para canais portugueses e também vídeos de turistas, onde a tradicional brincadeira de saltar no rio é alvo de interesse de muitas pessoas, que aplaudem os(as) meninos(as) e oferecem dinheiro para os(as) ver saltar. E esse fato vai se confirmando à medida que a pesquisa avança, a ponto de serem chamados pelos repórteres de “meninos empreendedores”⁶.

Além da análise documental de filmes e vídeos diversos em que a Zona da Ribeira aparecia em destaque, conforme já citado anteriormente, constituíram outras fontes documentais os recursos à sites oficiais como o da Câmara do Porto, além de

⁶ Ver *Meninos empreendedores saltam por amor... e não só* (ANÁLISE DOCUMENTAL <https://www.youtube.com/watch?v=ch3ETSgRA8M>)

jornalísticos locais, como o Correio da Manhã e Público, além do *blog* pessoal Olhar D'Ouro.

A análise documental realizada ampliou o meu olhar para a relação dos(as) meninos(as) com o rio de variadas maneiras, como essa perspectiva da brincadeira como um negócio, um show para turista ver, além das tantas notícias de suicídio da ponte e que aqueles meninos(as) era testemunhos. Estes conteúdos, portanto, passaram a ser tratados nas conversas com as crianças e adultos participantes a fim de aprofundar a compreensão da experiência deles com estes temas. Favoreceu ainda a identificação do nome de um representante político local que foi importante para me levar até um outro informante chave adulto, dentro da comunidade que, posteriormente, pôde contar a sua história de vida na Ribeira ao longo dos 70 anos de existência e, ainda mais, trazendo a história da chegada dos seus antepassados àquele local.

Os diversos dados documentais recolhidos, analisados e comparados entre si, acerca da Ribeira, sua população e modos de vida, juntamente com as observações e escuta ativa e sensível daqueles testemunhos vivos de uma história que se fez e se faz a cada dia foram importantes contributos para elaborar uma melhor caracterização do contexto através da confrontação de diferentes fontes, além de enriquecer a nossa análise através dos diferentes olhares internos e externos ao fenómeno estudado.

2.3.2. Observação participante em espaços públicos abertos

Realizar uma pesquisa de inspiração etnográfica através da observação participante com crianças, em espaços abertos de um contexto urbano, nos transforma em um “catador ou uma catadora de pistas” (Monnet, 2014) em busca por descobrir por onde perambulam, quais as rotinas naqueles espaços e como se relacionam com todos os elementos que dali fazem parte, sejam eles humanos e não-humanos. Neste processo de encontrar as crianças, melhor compreender o contexto onde vivem e qual o sentido que dão às suas experiências, foi preciso assumir muitas vezes a atitude de flâneur⁷, a passear à beira do rio ou pelas vielas da Ribeira, seguindo os fluxos do acaso de modo a observar tudo e todos que por ali passavam (*idem*:2014).

⁷ Figura popularizada por Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire e depois Walter Benjamin

Diferente do final de semana também com restrição de circulação, em que fui à Ribeira, dessa vez acho que há muitas pessoas pelas ruas, sentadas nas esplanadas dos cafés nesse percurso. Ao chegar ao Largo da Ribeira já noto também que há um movimento maior do que da outra vez... embora em número menor que nos dias normais, hoje há muitas mesas nos seus lugares de costume e algumas pessoas sentadas. Não vejo crianças e sim alguns ciclistas a passar, como de costume, alguns turistas a fotografar, namorados sentados nos bancos em frente ao rio, dois pescadores no rio (ouço um deles comentar quando eu passo: “até os peixes estão de quarentena”). Sento-me no banco para observar um pouco mais o movimento e aproveito para tirar algumas fotografias. Passo alguns minutos ali sentada, mas logo resolvo seguir até à casa da Rita pois, para obedecer às normas impostas, preciso ter tempo de voltar para minha casa até às 13:00 (NT: 28 de novembro de 2020).

Nesse meu “flanar- a observar em movimento enquanto transita pelos lugares, na procura da melhor maneira de compreender o que busca conhecer” (Rosa; Ferreira, 2019:254) - tentei me concentrar, algumas vezes, nas percepções mais sensoriais daquele lugar, como os sons e os cheiros que preenchem e servem de pano de fundo para tudo o que ali acontece, abrindo em mim um espaço para entendimento que fosse além do plano mental. Por outro lado, foi preciso levar em consideração também que, a partir do momento que participava plenamente daquele espaço, já o estava interferindo e, portanto, busquei estar atenta aos impactos que a minha presença causava, assumindo um lugar de “observadora incorporada” (Monnet, 2014) à transformação do fenómeno observado.

A abertura para entrar e permanecer no terreno esteve todo o tempo diretamente atrelada à construção de relações com os atores da investigação, e isso foi objeto da minha atenção durante todo o processo, desde o primeiro dia em que comecei a observar as crianças, ainda ao longe e à distância, até chegar à conversa com elas, porque só as conseguia encontrar ao fim de semana. Com efeito, ao longo de um ano de visitas àquela zona (espaçadas no tempo), pude observar o cotidiano em dias de semana, mas essencialmente nos finais de semana, em tempos mais chuvosos e frios e outros mais ensolarados e quentes, em momentos de confinamento geral ou dias de folga nessa restrição, em dias de Ribeira cheia ou ruas e vielas vazias (cf. Fotos 1 e 2).



Foto 1: Crianças/adolescentes na Ribeira vazia a jogar a bola – Praça da Ribeira (NT: 28 de março de 2021)



Foto 2: Praça da Ribeira ocupada pelas esplanadas dos bares e restaurantes – Largo da Ribeira (NT: 28 de julho de 2021)

Em muitas destas idas ao contexto pude simplesmente observar os participantes, ora a circularem pelas ruas, ora sentados em bancos ou escadarias dos espaços públicos de rua, ora dentro ou na porta das suas casas, em outras fui então conversando com eles/as, construindo, assim, a possibilidade de “ser aceite no grupo e adquirir *status* de participante” (Corsaro, 2011:63). Ou seja, de ir reduzindo a posição de exterioridade e de estrangeira daquela cultura.

Realizar uma observação participante em espaço aberto e com crianças que se deslocam o tempo todo por sua conta, bem como dos efeitos da sazonalidade da minha presença no terreno, pelos motivos já relatados anteriormente, além do próprio movimento espacial e temporal nas rotinas das crianças que começo a conhecer, tornaram a legitimação da minha presença um caminho lento e desafiador. Sobre isso podemos afirmar que, encurtar distâncias espaciais e sociais de modo a criar certa confiança com os atores da investigação foi um processo de ir “remando conforme a maré”, ou seja, sempre atenta e flexível ao encontro das brechas que ora me permitiam assumir posições de chegar mais perto, *observando e agindo com* eles, ora assumindo um lugar mais distante de apenas *observar sobre* eles.

Nestes deslocamentos imprevisíveis como observadora que quer ganhar o estatuto de observadora participante revelaram-se estratégias importantes uma certa regularidade da minha presença no contexto, o seguir atrás das crianças e os reencontros com elas, o que pode ser visto através do excerto abaixo do diálogo entre a investigadora e Pedro em dias diferentes de ida ao terreno:

Eu e Pedro continuamos nossa conversa e eu conto a ele que também tenho uma bicicleta, mas que a minha anda fazendo um barulho nas marchas e ele me conta que isso tá acontecendo na dele também. Peço para ver e digo que ele precisa regular as duas marchas juntas, ele faz um teste de mudar e dá certo, o barulho pára. Eu digo que outro dia tentei andar de trotinete mas não consegui ligar e ele diz que sabe e que pode me ensinar (NT: 27 de setembro de 2020).

E algumas semanas depois:

Olhando ao redor, logo reencontrei Pedro. Ele lembra de mim e imediatamente diz: “A minha bicicleta não está mais fazendo aquele barulho”. Digo “que bom e que pelos vistos aquela minha dica tinha dado certo mesmo” (NT: 11 de outubro de 2020).

Na continuidade da minha tentativa de redução do sentido da minha posição de exterioridade, através de uma sequência de dois contactos numa curta distância de tempo em que tive com o Filipe, podemos ver um pequeno *flash* de reconhecimento da minha presença, conforme aparecem nos trechos abaixo:

Enquanto estamos falando, ele avista um outro menino de bike e chama para me apresentar. O menino para, eu me apresento e depois que falo do meu interesse ele diz que eu procure no youtube ‘Meninos do rio’ que eu vou achar vídeos com muitas informações, e em seguida vai embora na sua bike. (NT: 27 de setembro de 2020).

E no nosso segundo encontro, em situação similar e já demonstrando saber quem sou, reage ao convite de André para falar comigo, dizendo:

Quando o menino me vê diz, “meninos do rio!”, num tom de “olha ela de novo!”, e vejo que é o mesmo garoto que o Pedro quis me apresentar no outro dia. Mas assim como no outro dia, ele está andando de bike e não demonstra interesse em parar para conversar. (NT: 03 de outubro de 2020)

Levar a cabo a observação participante em espaços públicos abertos e com elevada mobilidade dos atores, implicou da minha parte, muitas vezes, uma postura mais ativa, tentando me aproximar da comunidade nos pequenos acontecimentos do seu dia a dia, procurando sempre oportunidades de conversas, na imensa maioria das vezes iniciadas por mim. Nessas estratégias, nem sempre conseguia aproximação com eles, pois numa pesquisa a “célula aberta” estive sempre em relação direta com a liberdade dos participantes em irem e virem, além das imensas imprevisibilidades possíveis de acontecerem.

Assim que chego, vejo André, Vicente e Nuno perto do castelo brincando de bicicleta. Cumprimento o Nuno, mas logo em seguida eles sobem a escada em direção à ponte e somem da minha vista (NT: 31 de outubro de 2020).

Chego até o local combinado (a casa da Rita) mas encontro tudo fechado. Toco a campainha e ninguém atende. Sento e espero um pouco. Ligo para Ana, que também não atende. Vou até a casa dela mas ninguém atende. Resolvi sentar nos bancos em frente ao rio e esperar. Quase duas horas depois resolvo ir embora e quando começo a subir a ladeira vejo elas duas chegando com os filhos, Pedro e Vasco, carregando sacolas de compras. Me olham envergonhadas e com cara de que tinham esquecido. Me aproximo e Ana disse: Não lembrei. Em seguida a Rita justifica: Só temos o final de semana para fazer tudo! Digo que entendo e pergunto se ainda estariam dispostas a fazer a entrevista hoje. Dizem que aquele horário já não dá e a Rita sugere para o dia seguinte, domingo. Confirmamos o horário e me despeço. (NT: 12 de dezembro de 2020)

Assim, contanto com os desafios pertinentes ao modelo escolhido, sempre que chegava à Ribeira e começava a perambular em busca de rostos já conhecidos e até mesmo de novos que me sugeririam serem famílias locais acompanhadas de crianças, estive sempre atenta a encontrar formas de aproximação. Sentei-me perto de crianças a brincarem para encontrar momentos mais apropriados para cumprimentá-las e de alguma forma estabelecer um contato; caminhei atrás de pessoas para entender se eram moradoras nativas locais e possíveis participantes da pesquisa:

Assim que chego ao Cais, percebo uma mulher a caminhar na mureta superior (em frente ao rio) e percebo que há crianças com ela. Resolvo seguir com o olhar essa senhora para tentar identificar se seria uma moradora local e a ver se reconheço os miúdos. Depois de observar um pouco, me aproximo dela e me apresento como pesquisadora. Para minha alegria, nesse momento conheço a Filipa, mais uma mulher nascida na Ribeira e que, quando criança, brincava de saltar no rio. Ela diz que seus filhos mais velhos saltam também, e que um deles já foi destaque na festa dos Dragões. (...) Digo a Filipa que eu estaria muito interessada em ouvir as histórias dela e dos filhos para a pesquisa e pergunto se teria interesse em participar. Ela diz que sim e agendamos a entrevista (...). Ela me passa o telemóvel para contacto e combino de ligar antes para avisar que estou a caminho. Agradeço, reforço que esta contribuição será muito importante para a pesquisa da universidade e registo da história do Porto. Ela sorri, concorda e nos despedimos. (NT: 09 de janeiro de 2021)

Na relação com as crianças/adolescentes e adultos participantes, na maioria das vezes foi a pesquisadora quem tomou a iniciativa de ir conversar com elas. No entanto, com o passar do tempo e legitimação da pesquisadora como menos “estrangeira” daquele espaço, houve outros momentos em que foram estes que tomaram a iniciativa

da conversa, e que pode ser visto neste encontro inesperado com o Pedro no dia em que a pesquisadora estava na Ribeira a fazer a entrevista com o senhor Manuel:

[Enquanto entrevisto Manuel, Pedro me vê de longe e vem até mim].

Fernanda - Olá Pedro, boa tarde! Tô conversando com o senhor Manuel e ele tá me contando sobre quando era criança e saltava no rio.

(Ao perceber que o senhor Manuel não o conhecia, explico que aquele é um miúdo que brinca no rio, e que ele já conversou um pouco comigo também para contar as histórias dele).

- Tudo bem? Tá vindo da rua? - volto a falar com o Pedro.

Pedro - Tô vindo da minha tia, fui buscar um rato para o computador.

Fernanda - Boa. Tá fazendo aula, não é, pelo computador?

Pedro - A minha professora foi ao hospital e eu tive das 9:00 às 10:10/10:30 e depois tive das 14:00 às 14:40.

Fernanda - Tá bem! Valeu, tchau, tchau. (ENT MANUEL: 19 de fevereiro de 2021)

E também neste outro dia com a Alice:

Estou na rampa e quando olho para cima, vejo a Alice (mãe do Sergio) sentada no chão, à beira do rio, a fumar um cigarro. Na mesma hora ela me acena com um tchau e sorri. Sorrio para ela e aviso que estou por ali a observar as brincadeiras. Ela pergunta se já acabei a pesquisa e eu aviso que estou na parte final, aproveitando os dias quentes para ir ver eles saltarem (...) Subo, sento-me ao lado dela e enquanto conversamos vejo passar com o barco o Alípio, como da outra vez, cheio de miúdos a passear com ele. (NT: 28 de julho de 2021)

Embora o meu lugar de estrangeira (brasileira) fosse alvo muitas vezes de sorrisos por parte das crianças pelo meu jeito “brasileiro” de falar, penso que isso foi gerador de aproximações junto de crianças e adultos, e que o facto de ser mulher e ocupar um estatuto de pesquisadora da universidade favoreceram a abertura de espaço de aproximação e de confiabilidade junto dos adultos. Por outro lado, não posso deixar de levar em consideração que a minha história prévia de aproximação com esta modalidade de pesquisa, vivida nas minhas experiências anteriores no Brasil em trabalhos diversos dentro de comunidades e em ambientes públicos, e que me demandaram uma postura similar de espontaneidade para uma aproximação sem ser, em princípio, convidada, favoreceu imenso na construção dessa pesquisa.

Pode então dizer-se que, como procedimento metodológico da observação participante adotamos a interação direta da pesquisadora com as crianças e os adultos participantes, sem a mediação de qualquer instituição, através de encontros espontâneos com estes no dia a dia da Ribeira, bem como em outros momentos

agendados previamente para entrevistas-conversas nas casas deles ou em algum sítio público próximo, à escolha do/a entrevistado/a. Neste movimento, “buscou-se experimentar as possibilidades de interação, suas expressões e demarcação espacial, as zonas de fronteira, bem como as interdições, barreiras e conflitos, construindo uma brecha ou espaço de interstício (Lansky; Gouvêa; Gomes, 2014:722).

2.3.3. Entrevistas-conversas e entrevistas semi-diretivas

Segundo Amado & Ferreira (2013: 212) “a conjugação de métodos de investigação permite ajuizar da coerência ou incoerência dos resultados e validar os dados obtidos (...)”, nos dando suporte para lidar com alguns dos constrangimentos causados na recolha dos dados e que desafiam o sentido de imersão etnográfica. Com efeito, situada neste meu lugar de pesquisadora em contexto pandêmico mundial vivido, a pesquisa aliou à observação participante entrevistas-conversas com crianças (nossos informantes primários), adultos familiares e outros adultos representativos da comunidade (como informantes secundários).

No caminho de reconhecimento dos responsáveis e agendamento dos encontros para entrevistas, tive muitos agendamentos desmarcados, longas esperas após a hora combinada e promessas de conversas não realizadas. Isso aconteceu com alguns miúdos(as), que, apesar de num primeiro contato terem concordado em participar, acabaram por não terem realizado as entrevistas-conversa, embora em muitas das observações feitas tenham a presença deles, e de certa forma, isso também aconteceu com alguns adultos(as) contactados. A persistência e a paciência foram grandes aliadas nesse percurso; afinal, aquelas pessoas estavam ali imersas nos afazeres do seu dia a dia e nem sempre disponíveis de imediato para uma conversa. E por isso fui muitas vezes à Ribeira, cumprimentava-os de longe, sinalizava que estava disponível para agendarmos a conversa quando fosse melhor para eles(as), no intuito de me fazer sempre presente e ir construindo, pouco a pouco, uma presença menos estranha e mais familiar. Nesse sentido, conforme aponta Rosa & Ferreira (2019),

ganhar acesso prevê observar o terreno de perto, numa postura atenciosa das formas como estes dizem, sentem e vivem a sua comunidade (...) Assim sendo, ganhar acesso e ser capaz de o garantir ao longo da pesquisa, é moroso, exige um trabalho cuidadoso, insistente, paciente e permanente na busca por “brechas”

(Lansky, 2012) para que, por meio do diálogo, possa ser construída uma relação de intimidade com o Outro. (p. 256)

Assim, entre encontros e desencontros, à medida em que fui conhecendo as crianças, suas famílias e outros representantes da comunidade, as entrevistas-conversas foram aos poucos se realizando, algumas vezes no imediato momento em que conhecia a pessoa e esta se disponibilizava a participar, mas na maioria, através do agendamento prévio.

Uma outra importante estratégia na realização dessas entrevistas se deu através de pequenos núcleos de conversas entre pessoas amigas, como foram os casos das entrevistas com o núcleo de crianças, Sergio, Isaac e Dinis; Pedro e Vasco, e no núcleo de adultos, Rita e Ana. Quanto a estes últimos, podemos destacar o clima de descontração e acolhimento para a realização da entrevista, como segue no excerto abaixo registrado em Nota de Terreno, e que parecem demonstrar receptividade e confiança na pesquisadora, que é autorizada, inclusive, em certo momento, a realizar a entrevista com as crianças num quarto da casa, “longe” dos olhos, mas nem tanto dos ouvidos, das mães:

Chego à casa da Rita e toco a campainha. Rapidamente Pedro atende e abre a porta para mim. Subo as escadas e quase ao chegar à porta ouço a Rita falar: Pode entrar! Ao chegar na sala da casa encontro os meninos de pijama assistindo tv, a Ana no telemóvel e a Rita organizando o pequeno almoço. Em seguida, Pedro começa a ajudar ela e Ana e o filho também. Sento e aguardo. Me oferecem e de forma muito espontânea seguem comendo, conversando, vendo vídeos no telemóvel e sorrindo juntos. Momento de muita descontração de todos. Como elas ainda comiam e os meninos já haviam terminado, pergunto se haveria algum outro espaço que eu pudesse ir começando com os meninos enquanto elas terminavam com calma. O Pedro prontamente diz que tem o terraço, mas a Rita diz que estará muito frio e em seguida ela oferece o quarto da mãe. Nos dirigimos ao quarto da mãe (que não está em casa), o Pedro traz uma cadeira para mim e eles dois sentam na cama. Posiciono os gravadores de áudio e vídeo e iniciamos. (NT: 13 de dezembro de 2020)

Das figuras masculinas familiares, com quem tive contato, apenas se colocaram disponíveis para entrevista no discurso, pois, na prática, nunca foi possível conseguir agendar a entrevista de fato, sempre havendo impossibilidades de agenda. Assim, os adultos masculinos entrevistados foram apenas de representantes da comunidade e sem nenhuma relação de parentesco com os miúdos participantes, embora um deles, conviva com muita frequência com os miúdos entrevistados.

As entrevistas foram construídas a partir de um guião norteador para as crianças e outro para os adultos, com base em 3 eixos temáticos principais para cada entrevista, que se organizaram da seguinte forma:

- Entrevistas crianças: eixo I - zona da ribeira e relação com o rio / eixo II - vivência das crianças na cidade e brincadeiras ao ar livre / eixo III - brincadeiras no rio.
- Entrevistas adultos: eixo I - zona da ribeira e relação com o rio / eixo II - zona da ribeira e memórias de infância / eixo III - vivência das crianças na cidade. (cf. Apêndices III e IV).

Uma característica importante no uso desse instrumento na pesquisa em espaço público aberto, esteve diretamente vinculado à certa “naturalidade” em que puderam acontecer, no sentido de que, muitas vezes ocorreram no ambiente público, apesar de estarmos sempre sujeitos às imprevisibilidades de um dia a dia comum, como a passagem de vizinhos que os cumprimentavam, amigos que se sentavam ao lado e emitiam alguma opinião sobre o que falávamos, etc. Estas entrevistas aconteceram sempre num tom de conversa, onde tentei deixar fluir as falas dos participantes, indo por caminhos que nem sempre estavam atrelados ao roteiro inicial.

Nesse sentido, embora por vezes fosse importante focar na conversa que estávamos a ter, pois eram muitos os fatores de dispersão, pensamos que o contexto da informalidade da rua tenha mais favorecido do que desafiado a expressão do que tinham a dizer, e nos seus próprios termos, pois, parecia nos aproximar do contexto vivido pelos participantes no seu dia a dia, fornecendo mais elementos importantes à pesquisa.

[Enquanto entrevisto Miguel, chega o irmão dele, Henrique, e o amigo Vasco - (...) eles falam entre eles mas não dá para ouvir). Até esse momento eu não sabia que eles eram irmãos...]

F - Ahh, contigo que eu conversei rapidamente outro dia também, na porta da casa de Ana, não foi? - pergunto ao Henrique.

H - Foi!

F - E tu vai topar fazer a entrevista comigo também?

H - Não!

F - Não precisa ser agora, pode ser em outro momento.

H - Não! Minha mãe não deixa.

F - Sua mãe não deixa? Ahh, eu falo com ela, pergunto antes se pode...

H - Minha mãe não tá cá!

F - Claro que pode... (É neste momento que descobro que Filipa, mãe do Miguel, era também a mãe do Henrique) (ENT MIGUEL: 04 fevereiro de 2021)

[Enquanto entrevisto Alice chega uma mulher conhecida dela e senta perto de nós um tempo]

A - Não é, Nocas? Tô aqui a dizer à menina, que tá a fazer uma entrevista pra faculdade... das crianças a atirarem-se da ponte com 6 anos... tá a ficar admirada... (ENT ALICE: 28 de março de 2021)

Se estas interferências no contexto da pesquisa podem ser vistas como um ponto positivo por entendermos que conservávamos um mínimo de espontaneidade no ambiente, também a liberdade de entrada e saída nas conversas o tempo todo de quem ali estivesse facilitou o acesso, por vezes, de algumas mães de crianças entrevistadas, com falas que aparentemente tinham um intuito de complementar o que o filho dizia. No entanto, por vezes, acabava por explicitar a relação de poder adulto-criança, respondendo por estas, silenciando-as de falarem por si próprias:

F- Por quê? Por que mesmo as gerações de hoje, que já mudou tanto, não é... continuam achando essa brincadeira fixe? Por que você acha?

M- Ahh... sinceramente, não sei.

Fi - Já nasce com nós... nós nascemos com o rio, desde pequenos. Tanto é que se você for aos bairros, ao Aleixo, ou à Pasteleira... esses bairros não sentem o rio como nós e nem têm tanta confiança no rio como nós aqui da Ribeira. (ENT MIGUEL: 04 de fevereiro de 2021)

[Enquanto entrevisto Pedro e Vasco e, as mães chegam ao quarto]

R - O que tanto falas, oh miúdo? Tu fala por ti e por ele!!

F- Não... ele fala!

P - Eu tenho que falar por ele...

R - Por que?

P - Olha ele, olhe ele... a senhora perguntou: Por que que vocês acham pra continuar a coisa... e ele... ah, ah... e eu: é pra continuar a tradição!!

R - Claro!

P- Porque a professora... a senhora perguntou: vocês quando tiverem filhos vão deixar eles saltarem no rio?

R- Claro!

A - Meu netinho com um ano e meio vai ser batizado no rio!! (ENT PEDRO E VASCO: 13 de dezembro de 2020)

2.3.4. Notas de terreno e registos fotográficos

A recolha de dados no terreno foi sendo feita através da observação do espaço vivo e das conversas etnográficas, depois registadas nas notas de terreno escritas no computador, no primeiro momento em que a pesquisadora voltava para casa, e com o apoio de registos fotográficos (cf. Apêndice V).

Inicialmente um pequeno caderno foi o suporte para o registo *in loco* das notas, mas depois de um tempo, ainda no início do processo, e após uma fala de um dos miúdos observados, deixei de me sentir confortável com o uso do caderno e passei a fazer pequenos registos de áudio no gravador do telemóvel, de falas em que pensava ser importante registar exatamente como haviam sido ditas

O Gustavo ao me ver com o caderninho na mão pergunta se eu sou polícia, eu digo que não, que sou pesquisadora e mostro meu caderno a ele, onde anoto os nomes deles, idades, nome da escola onde estudam, etc. Explico novamente para todos eles sobre a minha pesquisa e mais uma vez pergunto se eles aceitam participar e me ter por perto por um tempo. Eles dizem que sim, e eu digo que preciso pedir autorização às mães deles. (NT: 11 de outubro de 2020)

Nesse processo os registos fotográficos também ganharam cada vez mais espaço como complementares às notas escritas e quanto a este instrumento senti-me muito confortável tendo em vista o ambiente turístico e favorável de se ter o tempo todo muitas pessoas a fotografarem.

A escolha pelo registo oficial, de maneira discursiva e cronológica da maior parte do que havia sido observado a cada dia de ida ao terreno, implicou em confiar na minha memória, mesmo reconhecendo pra já, as limitações e possíveis falhas desse registo, tendo em conta, inclusive, o filtro estabelecido pelo meu olhar já, inconscientemente, cheio de interpretações. Um outro ponto importante desses registos diz respeito às limitações das línguas, tanto no registo do que havia sido dito, em que, na maioria das vezes, traduzi ao modo “abrasileirado” de falar, assim como, nas pequenas não compreensões de pequenas palavras ou expressões ditas no Português de Portugal.

2.4. Análise dos dados recolhidos - análise de conteúdo qualitativa

Com o intuito de melhor compreender as intenções e significações do fenómeno, através de processos inferenciais e indutivos sobre os dados recolhidos por via das notas de campos, entrevistas-conversas e entrevistas semidiretivas, utilizamos como recurso metodológico a transcrição de todas as entrevistas (previamente gravadas em áudio), garantindo assim abarcar os silêncios, bem como tudo o que foi dito pelos/as entrevistados/as e na forma original em que havia sido dito. Os nomes dos participantes da pesquisa foram modificados e a estes atribuídos nomes fictícios, de modo a cumprir o nosso compromisso ético de confidencialidade acerca das identidades dos

participantes da pesquisa. Após esta etapa de transcrição, as entrevistas passaram, portanto, por um processo de análise de conteúdo. Tratou-se de um exercício criterioso de percepção do ponto de vista do outro, atentas à reflexividade metodológica e ao impacto que a presença da pesquisadora causava na co-construção daquilo que éramos capazes de aceder através dos discursos dos participantes. Por isso, assumindo que o conhecimento produzido será sempre situado, limitado e parcial (Spyrou, 2018).

Através da análise de conteúdo fomos em busca dos sentidos escondidos por trás do discurso aparente, realçando o sentido que se encontra em segundo plano (Bardin, 1977), accionando processos de construção de categorias mistos: ora tomando como referência os três grandes eixos previamente pensados para explorar os dados encontrados nas entrevistas-conversas e entrevistas, e estendendo-os à análise das notas de campo; ora procurando fazer emergir os sentidos subjetivos contidos nos diferentes textos em análise. Iniciámos o processo através de uma pré-análise, numa leitura flutuante dos dados recolhidos, e já realizando aqui um primeiro recorte do texto em unidades de contexto. Neste caminho de análise fomos destacando os índices encontrados e que se referiam a um tema relevante dentro dos objetivos gerais traçados na pesquisa (Bardin, 1977). Foi, portanto, através dessa análise temática dos dados recolhidos nas notas de terreno, entrevistas-conversa e pesquisa documental que pudemos codificar o seu conteúdo. Embora longe de apontar algum esgotamento na possibilidade de aprofundamento, esta primeira análise possibilitou lançar luz sob aspectos importantes encontrados nos discursos ditos e não ditos dos participantes, se configurando em quatro grandes categorias finais. Para Amado (2013),

o aspeto mais importante da análise de conteúdo é o facto de ela permitir, além de uma rigorosa e objetiva representação dos conteúdos ou elementos das mensagens (discurso, entrevista, texto, artigo, etc.) através da sua codificação e classificação por categorias e subcategorias, o avanço (fecundo, sistemático, verificável e até certo ponto replicável) no sentido da captação do seu sentido pleno (à custa de inferências interpretativas derivadas ou inspiradas nos quadros de referência teóricos do investigador), por zonas menos evidentes constituídas pelo referido 'contexto' ou 'condições' de produção (p.304/305).

Num segundo momento, aprofunda-se o processo de inferências, regressando à análise do material já codificado de modo a identificar subcategorias, fazendo emergir camadas de significações que nos levaram a melhores interpretações acerca de

questões sobre as espacialidades, temporalidades e aprendizagens vividas pelas crianças na sua relação com o rio, com a Ribeira e com a cidade; sobre a tradição da brincadeira de saltar e a circulação de saberes na comunidade; sobre a participação das crianças na relação com a Ribeira e a cidade, e, portanto, a uma outra compreensão da complexidade da realidade em estudo.

3. Principais limitações e caminhos alternativos encontrados

Ver uma pesquisa de mestrado nascer em plena pandemia, sendo a pesquisadora uma estudante estrangeira, mãe e sem referências familiares locais, tornou todo o contexto da investigação bastante complexo em muitas dimensões. Uma complexidade que abrangeu fatores externos aos sujeitos da pesquisa, como a gerência das emoções da própria pesquisadora diante dos medos advindos da pandemia, como o medo de ficar doente estando sozinha num outro país, mas também fatores diretamente envolvidos com estes sujeitos, diante, dentre outras coisas, do decreto de recolhimento obrigatório às 13 horas, imposto em 14 de novembro de 2020 para os finais de semana, o que inviabilizou por bastante tempo a observação participante das crianças nas suas perambulações mais espontâneas pela beira do rio e vielas da Ribeira.

Depois de inúmeras visitas realizadas foi possível constatar que, se durante a semana os miúdos(as) estavam nas escolas (e nesse período de confinamento, nas suas aulas *online*) e aos finais de semana, durante o turno da manhã costumavam dormir até mais tarde, não vindo à rua, a limitação de estar nas ruas apenas até às 13:00, imposta pela confinamento obrigatório dos finais de semana, era um grande problema para a pesquisa tendo em vista que impediu, por bastante tempo, que a recolha de dados e imersão num quotidiano mais espontâneo da perambulação destes miúdos, fosse viabilizado.

Tendo em vista que a proposta inicial da pesquisa visava recolher o máximo de informações possíveis através da observação participante de modo a buscar uma construção de significações que iriam além do discurso verbal e mais apoiada nas suas acções livres, por entendemos que é na convivência que vai se tornando possível compreender a acção desses sujeitos “como modos de lerem, interpretarem, comentarem e se situarem no mundo e de como se modificam, são suprimidas ou

reconstruídas na interação com o grupo de pares e adultos com quem quotidianamente convivem” (Ferreira, 2002: 50), foi necessário encontrar caminhos outros para ultrapassar esse constrangimento da limitação dos tempos de observação participante durante grande parte do período de recolha de dados, dando maior ênfase às entrevistas agendadas com adultos e crianças referenciados.

Neste período também passamos a dar uma maior importância à recolha e análise documental, percebendo a imensidão de materiais audiovisuais sobre o tema disponíveis na rede, e percebendo que embora o tema tivesse holofotes virados a ele, estávamos interessadas em escutar os não ditos, o que estava por trás do glamour do *show* televisionado daqueles “miúdos empreendedores”.

Um outro ponto importante e desafiador na pesquisa se refere ao cuidado necessário na escuta, registo e interpretação dos dados no que tange a compreensão mútua da linguagem usada entre pesquisadora e pesquisados. Apesar de ambos falarmos português, as diferenças de muitas palavras e sentidos a estas atribuídas precisaram ser alvo de nossa atenção. Ao longo do percurso fui tentando aprender acerca da linguagem dos informantes (Burgess, 1997), passando a utilizá-las em alguns momentos de modo a melhor me aproximar destes, clarificando e minimizando possíveis ruídos na nossa comunicação.

CAPÍTULO III

Meninos(as) do rio - caracterização do contexto e seus atores

Neste capítulo buscamos dar a conhecer o contexto macro e microsocial onde se realizou a pesquisa, situando o olhar dentro das características históricas e culturais dos atores da nossa investigação, entrando em linha de conta com uma breve história da cidade do Porto e da Zona da Ribeira e com as características sociográficas do grupo de crianças e suas famílias, bem como de outros representantes da comunidade. Neste intuito de melhor situar o contexto da pesquisa e nele destacar as materialidades envolvidas na construção de um modo de vida local, como a peculiar e tradicional brincadeira de saltar no rio Douro, trazemos referências imagéticas daquelas espacialidades segundo o modelo gráfico formal em que se encontra dividida geograficamente.

1. Uma breve contextualização da cidade do Porto

A cidade do Porto, sede de concelho e de distrito, com uma área em torno de 40 km², segunda maior cidade de Portugal, é considerada uma cidade global, devido a sua importância na economia mundial. Construída à margem do rio Douro e nas proximidades da sua foz é, historicamente, uma cidade portuária e que muito se dedicou ao comércio marítimo com o norte da Europa. A sua geografia condicionou diretamente a sua história e desenvolvimento pois tinha no rio o seu vetor econômico e eixo de comunicação, tendo sido o centro de eventos e lutas determinantes na formação do próprio país e cultura portuguesa. Com uma paisagem e arquitetura envolvente, o Porto possui uma identidade própria, resultado das imensas vivências de seu povo ao longo da história de construção do país⁸.

Constituída por 7 freguesias, sendo 3 delas consideradas "Unições" de freguesias, resultantes da reforma administrativa de 2013⁹, aqui destacamos a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, perímetro este

⁸ https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/10372

⁹ In site da Câmara do Porto - <https://www.cm-porto.pt/municipio/freguesias> (acesso a 28 agosto 2021)

considerada Centro Histórico do Porto, e onde se encontra a Zona da Ribeira, contexto do nosso estudo, conforme figura 1:

Figura 1 - Delimitação geográfica das freguesias do Porto: freguesias beira-rio do Centro Histórico do Porto



Fonte: https://porto.taf.net/dp/htmltaxonomy_menu/1/311.html

2. “Bairredo - um bairro com muitos enredos”

Juntaram as palavras e puseram Ribeira/Barredo, Bairredo, não é fácil encontrar de onde deriva este nome, eu penso ter vindo de bairro mais enredo, um bairro com muitos enredos, não é? Este era um bairro antigo e rico, mas depois tornou-se num bairro muito pobre. (ENT Manuel, 19 de fevereiro de 2021)

Iniciamos este tópico com a fala do senhor Manuel (70 anos), nascido na região, durante uma entrevista para a pesquisa na qual partilha suas histórias pessoais de vida e suas impressões acerca do nome Bairredo/Barredo¹⁰ (cf. Figura 2), onde faz questão de afirmar a imensa riqueza cultural e histórica do seu povo naquela zona. E é a partir dessa perspectiva que avançamos, caracterizando a Zona da Ribeira dentro da sua história passada até os tempos atuais.

Nos finais do século XIX e primeira metade do século XX, o centro histórico do Porto, onde inclui-se a zona da Ribeira, passa por grande alteração na sua estrutura socioeconômica, em razão da expansão da cidade e mudança dos polos industriais e

¹⁰ Dava-se o nome de Barredo um perímetro específico dentro da Ribeira, também conhecido como o coração da Freguesia de São Nicolau. Com o passar do tempo esses limites foram se perdendo e, de modo generalizado, grande parte da zona passou-se a chamar Ribeira.

comerciais desta região para outras mais próximas da malha ferroviária, além do declínio dos portos do Porto e de Gaia com a abertura do porto de Leixões, que trazem grande impacto. Junto, e em decorrência deste cenário, os grupos de maior poder econômico, antes moradores da região histórica, deslocam-se para outras zonas da cidade em busca de melhorias habitacionais e também para estarem mais perto dos novos centros econômicos da cidade. Em paralelo a este fluxo, a Ribeira vai sendo ocupada por grupos de população advindos do Norte e Centro do país em busca de trabalho, num movimento de êxodo rural da época que veio a reconfigurar a região e que passa agora a se destacar num cenário de degradação e pauperização (Queiroz, 2013).

Em conjunto com a ponte Luiz I e o mosteiro da Serra do Pilar, a zona da Ribeira, integrante do perímetro denominado de Centro Histórico do Porto, passa a estar inscrita, a partir de 1996, na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. No entanto, antes de receber este título de destacada importância, esta região não foi substantivamente alterada com os planos urbanísticos de modernização das décadas de 40 e 50, estando ali localizados os mais acentuados índices de pobreza da região, com a maioria das casas a carecer de saneamento e com uma densidade populacional que chegava a 10 pessoas vivendo no mesmo pequeno apartamento. Contrariando a política vigente, o arquiteto Fernando Távora defende uma reabilitação local (Costa, 2014) e, assim, nos anos seguidos à Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, período de valorização do meio cultural e com uma população que reivindicava melhores condições habitacionais, criou-se o CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo) - um projeto de renovação desta zona com o intuito de valorizar o seu patrimônio urbanístico e resolver o problema do realojamento, recuperando os quarteirões mais degradados e melhorando as condições de vida da população local (*idem*: 2014). Sobre este tema, pudemos contar com o relato de uma testemunha viva desse processo:

As casas foram reabilitadas e ainda bem. Alguém tinha pensado em demolir isto tudo, para fazerem nascer aqui a cidade moderna. Mas quando o arquiteto Fernando Távora foi incumbido de fazer o Estudo da Renovação Urbana da Ribeira/Barredo, depois de ver e apreciar a beleza deste local, disse logo que não se podia destruir esta jóia antiga da memória da cidade. A intenção deles era fixar aqui a elite da cidade, os arquitetos, engenheiros, advogados, médicos, escultores, com as suas habitações, ateliês, consultórios e escritórios. Só que o arquiteto Fernando Távora

defendeu sempre a fixação da comunidade genuína, dizendo que o casco antigo e histórico é bonito, mas só tem interesse nacional e internacional com a continuidade da população genuína residente, já que foi ela que viveu e fez a Ribeira/Barredo que é hoje. (ENT Manuel, 19 de fevereiro de 2021)

2.1. A zona da Ribeira, seus lugares e suas fronteiras entre discursos oficiais e locais

A popularmente conhecida Zona da Ribeira é caracterizada hoje, de forma generalizada, pelas ruas beira rio e suas proximidades, e onde se concentra um grande centro turístico do Porto, estando oficialmente configurada dentro do perímetro geográfico inserido na Freguesia de São Nicolau, onde inclui-se a área denominada Barredo e que tem como fronteiras oficiais as freguesias da Sé, Santo Idelfonso e Miragaia (cf. Figuras 1 e 2):

Figura 2: Zona da Ribeira: Espacialidades significativas no percurso da pesquisa



Fonte: Google Maps com marcações espaciais feitas pela pesquisadora manualmente
Legenda

- | | | |
|-------------------------|-------------------|------------------------------------|
| 1 Rua Nova da Alfândega | 4 Rua do Barredo | 7 Pilares da Antiga Ponte Suspensa |
| 2 Largo do Terreiro | 5 Cais da Ribeira | 8 Ponte Luiz I |
| 3 Praça da Ribeira | 6 Rio Douro | 9 Funicular dos Guindais |

Quando olhamos agora para todo o espaço geográfico desta zona, identificamos como Centro Histórico do Porto, Sé, Miragaia, Vitória e S. Nicolau. Mas antigamente isto não era assim, existiam muitos Centros Históricos e só quem morava no conjunto de quarteirões aqui atrás no Barredo e na frente deste Muro, é que era da Ribeira, mais ninguém. Quem morasse ali naquela rua (ele aponta para o largo da Ribeira) já era da Fontaurina, quem morava na Rua de S. João, era dessa rua, mesmo ligadas já não eram consideradas pessoas da Ribeira. Agora é tudo da Ribeira, foi alargado o âmbito dessa identificação. Mas aqui existiam muitas identidades, o terreno era quase disputado palmo a palmo, e veja isto, quando fui para escola o professor perguntou: De onde és? Sou do Barredo, do Barredo disse ele, vai para beira da porta

e lá para trás. Tu de onde és? Sou do Infante. Vai para a beira da janela e para a frente. Nós já éramos discriminados porque só o Barredo era conotado como a Ribeira, as outras ruas não. Mesmo para arranjar emprego se soubessem que éramos da Ribeira/Barredo já não nos davam trabalho (...). A cidade estava de costas voltadas para este lugar e para as pessoas desta comunidade. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

O relato acima nos aponta para as bem delimitadas zonas de fronteiras geográficas dentro do centro histórico, em tempos remotos e que muito falavam sobre um sentimento de bairrismo vivenciado na construção de espacialidades determinantes na vida da sua população e da sua relação com o rio:

Só esta comunidade tinha realmente uma relação de amor e familiar com o rio, não existia mais nenhuma que estivesse tão ligada ao rio como nós. Por exemplo, Miragaia tinha um parque de diversão para as suas crianças onde tinha os baloiços e uma série de coisas, mas os meninos da Ribeira/Barredo não podiam entrar. Eles tinham um parque e nós tínhamos o Rio Douro. As crianças das Fontainhas também tinham um bom parque, mas também não deixavam entrar. Eles tinham o parque deles e nós tínhamos o rio, por isso mesmo, quando eles vinham para aqui, também tinham que marcar passo, o rio era nosso. Nós tínhamos um grande sentimento de posse em relação ao rio, às casas, e até mesmo ao espaço das ruas. (ENTR Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

A mudança sofrida (de maneira extra-oficial), mas também em parte oficial, quando é decidido colidir as 6 Freguesias do Centro Histórico numa única área administrativa, hoje a União de Freguesias do Centro Histórico; sendo agora “tudo”, popularmente, denominado Ribeira, revela-nos uma alteração das zonas de fronteiras, antes mais bem delimitadas.

Figura 3 – Ribeira: delimitação da área abrangida pela pesquisa e locais relevantes



Fonte: Google Maps com marcações espaciais feitas pela pesquisadora manualmente

Esta mudança atual parece nos dar pistas para alguns dos processos de homogeneização (enquanto um grande Centro Histórico do Porto) que o espaço vem sofrendo hoje, mas que, nas suas delimitações antigas, muito determinaram na construção das identidades locais de quem lá viviam. Aqui nesta pesquisa perambulamos e conversamos com moradores da então, generalizada Zona da Ribeira, mas que aqui sub-delimitamos espacialmente como área dos Guindais, Barredo, Cais da Ribeira, Largo do Terreiro e Rua da Reboleira, e portanto, sempre no perímetro de maior proximidade com o rio (cf. Figuras 2, 3).

Perceber essas alterações nos espaços de fronteira anteriormente vivenciados e nas novas configurações que hoje se impõem a partir das releituras dos novos moradores locais em direta interação com o fenômeno do crescimento turístico, são aqui alvo do nosso interesse e reflexão pois nos dá pistas acerca das transformações espaciais, sociais e econômicas vivenciadas pelos atores da pesquisa, e que muito nos conta acerca das novas e complexas forças mobilizadoras que impactam a cultura, tradição e identidade da população local ribeirinha.

2.2. A chegada do turismo e o processo de gentrificação

O processo de reabilitação das casas do centro histórico fez com que muitas famílias fossem realojadas em outros pontos da cidade com a promessa de que voltariam quando as obras fossem finalizadas. Porém, a subida dos preços dos arrendamentos e o baixo poder econômico daquela população fez com que a maioria não voltasse (Alves, 2021).

Com a reabilitação local e a capacitação da Ribeira como zona de interesse turístico, a região passa a ter investimentos com medidas de promoção turística, passando por um processo de gentrificação onde a maioria das residências locais foram compradas por grandes corporações que as transformaram em hotéis e alojamentos locais. Face a esta nova configuração local, os moradores nativos, agora em número muito reduzido, passam a viver entre a dor e a delícia de ver as suas ruas e vidas agora inseridas na complexa teia do desenvolvimento turístico, que afeta as suas condições de vida, reconfigurando a cultura local:

F- Sim. O senhor então concorda com essa quantidade de turistas, como a forma com que...

A- Olha... concordo com isto num ponto. Que veio dar, veio aumentar, quer dizer, veio (...) enriquecer isso. Mas só não concordo porque tiraram-se daqui os moradores e hoje não se vê ninguém. É isso. (ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020)

Esta fala do senhor Alípio nos dá “dicas” acerca da complexidade com que deve ser analisado o processo de transformação da zona da Ribeira em centro turístico, pois, ao mesmo tempo que incentivou investimentos financeiros na região, trazendo inegáveis melhorias habitacionais e econômicas, quando este não é bem equacionado - e que nos parece o caso - começa a descaracterizar a comunidade de tal modo que coloca em risco a identidade local.

Atualmente, do ponto de vista do espaço, a zona da Ribeira tem como área principal e mais frequentada pelos turistas a rua à beira do rio, conhecido como o Cais da Ribeira, o local onde ficam aportados os barcos turísticos de passeio pelo rio e toda a área pedonal ocupada pelas esplanadas dos bares e restaurantes, com toldos, mesas e cadeiras (cf. Figura 4):

Figura 4 - O Cais da Ribeira



Fonte: <https://invictadeazulebranco.pt/ribeira-porto/>

Como já afirmado, todo o período da coleta de dados decorreu no contexto da pandemia, que impactou fortemente a presença dos turistas na cidade. No entanto, ainda assim, em diversos dias de menor ou sem restrição de circulação, foi possível

perceber o quanto a movimentação turística é tão intensa que ocupa toda a área beira rio, criando sérias dificuldades a quem quer, por exemplo, andar de bicicleta (sendo esta uma rota comum a vários ciclistas, além de ser uma atividade praticada por muitos dos miúdos/as entrevistados/as), dado o tamanho do fluxo de pessoas a caminhar ou sentadas em cadeiras e mesas das esplanadas.

3. Os atores – perfil sociográfico

3.1. Crianças entrevistadas

O perfil sociográfico dos atores da pesquisa, construído com base nas informações coletadas durante as entrevistas, observações do terreno e conversas informais, tornou possível perceber que o grupo de crianças participantes partilham de grande homogeneidade na formação da sua estrutura familiar, no perfil socioeconômico e experiências com o rio, sendo todos/as eles/as participantes no passado e/ou no presente dos banhos ao rio. Assim, os/as miúdos/as entrevistados/as, num total de 8, têm entre 5 e 16 anos, havendo, na sua maioria meninos, 6 rapazes e apenas 2 raparigas (cf. Quadro 3):

Quadro 3 – Crianças/jovens entrevistados(as): por idade, escolaridade, residência e gênero – dados de caracterização

Nomes	Idades	Escolaridade	Residência	Gênero/total
Isaac	10 anos	5º ano	Ribeira	6 Meninos
Pedro	10 anos	4º ano	Ribeira	
Vasco	11 anos	5º ano	Ribeira	
Dinis	12 anos	7º ano	Ribeira	
Sergio	13 anos	7º ano	Ribeira	
Miguel	16 anos	Equivalente 8º ano	Ribeira	2 Meninas
Patrícia	5 anos	Educação Pré-escolar	Ribeira	
Sofia	16 anos	Equivalente 9º ano	Vila Nova de Gaia	
				<u>8 crs/jovens</u>

Embora no discurso dos/as participantes e numa primeira observação feita logo no início das idas ao terreno, em agosto de 2020, exista a presença das meninas no banho ao rio, predominou sempre uma presença masculina destacadamente maior, sendo que apenas uma delas também salta da ponte. Estes dados nos revelam que

embora não pareça haver um enquadramento da brincadeira de saltar ao rio genderizado *a priori*, os praticantes dos saltos da ponte são sobretudo rapazes.

No que se refere às origens sociofamiliares das 8 crianças/jovens entrevistados/as, as configurações familiares são diversas, embora a maioria viva com a mãe, avó e irmãos, e outras em que entram pai, padrasto e avô. Nenhuma criança/jovem é filho/a único/a, todos têm irmãos, embora nem sempre residam na mesma casa, havendo um caso de irmãos entrevistados e mais um caso em que os dois miúdos eram primos.

Quadro 4: Crianças/jovens entrevistados(as): núcleos familiares de moradia/parentesco – dados de caracterização

Nomes	Núcleo familiar	Parentesco entre entrevistados
Isaac	Mãe, pai, irmão	Primo Sergio
Pedro	Mãe e avó	-
Vasco	Mãe, tio e avó	-
Dinis	Avô e irmão (sazonal casa mãe)	-
Sergio	Mãe, pai, avó e irmão	-
Miguel	Avô e avó (sazonal mãe e irmãos)	Irmão Patrícia
Patrícia	Mãe e irmão	Irmã Miguel
Sofia	Mãe, padrasto e irmão (sazonal avô)	-

A figura feminina adulta foi muito referenciada nas entrevistas das crianças enquanto que o pai apareceu muito pouco. Em razão disto acabamos por não obter com clareza acerca do perfil de escolaridade das figuras masculinas, embora tenhamos percebido nas mães entrevistadas um baixo nível de escolaridade, com a maioria tendo abandonado os estudos antes de concluir.

Embora todos/as as crianças/adolescentes frequentem o Jardim de Infância ou a escola, parte destes/as já demonstra certa defasagem entre idade/ano escolar, o que significa que já reprovaram, pelo menos uma vez. As escolas/Jardim de Infância que frequentam localizam-se na sua maioria (5) dentro da União de Freguesias do Centro Histórico, sendo 2 outras localizadas em Vila Nova de Gaia e 1 na Freguesia do Bonfim.

A quase totalidade das crianças/jovens (7) vivem na Ribeira, embora espalhados espacialmente em diferentes ruas que vão da região dos Guindais até Miragaia (cf. Figuras 3 e 4) - e aqui já usamos a expressão Ribeira na sua forma genérica, sem delimitação das pequenas fronteiras existentes internamente. Apenas uma vive em

Gaia, mas o avô vive na Ribeira, sendo na casa deste que permanece aos finais de semana do verão, indo ao banho ao rio.

3.2. Adultos/as entrevistados/as

Os/as adulto/as entrevistados/as, num total de 6, têm entre 33 e 70 anos, sendo de se destacar a presença feminina e, de entre a sua representatividade 4 mães das crianças/jovens entrevistados/as, e 2 sujeitos masculinos sem relação familiar com as crianças (cf. Capítulo II, pt 2.3.3). Quanto aos adultos homens entrevistados, 1 não completou os estudos e o outro conquistou o diploma de conclusão através da escola de oportunidades.

Quadro 5 – Adultos/as entrevistados/as: idade, escolaridade, profissão e gênero - dados de caracterização

Nomes	Idade	Escolaridade	Profissão	Gênero/total
Ana	33 anos	7º ano	Desempregada	4 mulheres /mães das crianças
Filipa	35 anos	6º ano	Vendedora de artesanato	
Rita	37 anos	5º ano	Cuidadora idosos	
Alice	49 anos	4º ano	Mulher a dias	
Alípio	69 anos	4º ano	Reformado	2 homens / representantes da comunidade
Manuel	70 anos	9º ano escola oportunidades	Reformado	
				6 adultos

Uma vez que a maioria das entrevistadas eram mães das crianças, reitera-se a caracterização já efetuada – parte delas casadas, com filhos, baixa escolaridade e com empregos pouco qualificados. Algumas destas mulheres e mães mantêm relações de amizade e vizinhança entre si – como é o caso da Rita e Ana e Ana e Filipa; embora pareça haver entre as crianças e entre estas e os adultos a prática de se reconhecerem como parentes afetivos, conforme excertos abaixo:

Me dizem que a maioria dos meninos que brincam no rio são todos parentes. Eles se apresentam, os três desse dia, como irmãos (descubro depois que não é verdade) e quando conto que conheci o Pedro, eles dizem que são primos dele (NT: 03 de outubro de 2020).

F- Quem é que te iniciou, que te convidou a vir?

L- Foram as minhas tias.

F- As irmãs do seu pai, no caso...

L- Não, as minhas tias... não são minhas tias, mas eu considero como se fossem...

F- Ahh, sim. Mas são o quê... vizinhas?

L- Eram amigas do meu pai. (ENT Sofia: 12 de junho de 2021)

Em relação aos sujeitos masculinos adultos, destaca-se a sua elevada idade, estando na condição de casados/viúvos com filhos/as e já reformados, embora bastante ativos, inclusive na vida da comunidade da Ribeira.

3.3. A comunidade

Em se tratando de uma pesquisa num contexto público, aberto e não formal, e visando a compreensão do contexto e todas as materialidades envolvidas nas interações e construção do fenômeno estudado, damos destaque também a outros atores humanos e não humanos presentes e envolvidos/as no cenário da observação participante de diferentes formas e, portanto, bastante referenciados nas notas de terreno e em algumas imagens recolhidas.

Alguns(umas) desses sujeitos participantes da comunidade são outros miúdos e miúdas que vão ao banho ao rio, mas com quem não chegamos a realizar entrevistas, apenas conversas informais, e, dentro destes, os/as moradores/as da Ribeira e os/as moradores/as que vinham de fora, de outros locais, para banhar-se. Destacamos também a presença de muitos turistas, vendedoras da feira de artesanatos, pescadores, empregados de mesa dos restaurantes locais, senhorinha moradora da vizinhança, trabalhadores do turismo local, bem como famílias diversas que iam ao banho ao rio.

Além dos participantes humanos desta comunidade, e pautando mais uma vez a nossa abordagem em perceber a influência das dinâmicas envolvidas em toda a materialidade presente no contexto do estudo, destacamos aqui a presença de elementos não-humanos do mundo natural, em especial, o protagonismo do rio, suas marés e peixes, com destaque às tainhas, tantas vezes ressaltada no discurso dos meninos/as, mas também de aves como as gaivotas e pombos que fazem parte daquele cenário desde tempos muito remotos, conforme conversa informal com o senhor Manuel. Toda essa diversidade de agência das diversas materialidades envolvidas no contexto da investigação são reveladores da complexidade que abarca a construção da ação dos miúdos/as no convívio daquela zona e brincadeira do banho ao rio e que aqui buscamos analisar.

CAPÍTULO IV

O rio, a Ribeira e a cidade: processos de corporificação das espacialidades, temporalidades e materialidades pelas crianças ribeirinhas contemporâneas

A Ribeira, enquanto zona urbana à beira do rio, tecida no tempo e espaço ao longo de centenas de anos (cf. Capítulo III), reflete a complexidade das suas peculiaridades nos modos de ser criança, quer nas vivências territoriais locais, quer relativamente à cidade mais ampla – esse é o foco deste capítulo em que se analisam as experiências trazidas pelas crianças ribeirinhas contemporâneas, mas em constante diálogo com as crianças ribeirinhas de outrora, os/as adultos, seus familiares, amigos, ou outras pessoas da comunidade (cf. Cap II, pt 2.3) e de fora dela. Procura-se assim avançar um pouco mais na compreensão acerca da circulação de saberes e aprendizagens socioculturais contidas nas experiências cotidianas com as espacialidades, temporalidades e materialidades diversas que envolvem a “livre” circulação dos miúdos das diferentes gerações com a zona da Ribeira, a sua íntima proximidade com o rio, e as suas incursões na/pela cidade. Ao mesmo tempo, busca-se compreender como esses processos são corporificados nos modos de ser e viver das crianças contemporâneas ribeirinhas e são, portanto, reveladoras das identidades dos grupos que compõem esta comunidade.

1. Espacialidades, temporalidades e mobilidades infantis

1.1. A Ribeira e o rio

O rio ocupa um lugar central na vida do “povo da Ribeira” (cf. Capítulo III). Uma narrativa recorrente ao longo das conversas e entrevistas, principalmente com os/as adultos/as, mas também com as crianças/jovens, esteve na afirmação de que os meninos e meninas da Ribeira não têm e, praticamente, nunca tiveram outras opções de lazer que não fosse o rio, e esta condicionada aos meses de sol e calor do ano. Qual a agência das crianças na construção das espacialidades e temporalidades e que impactam nas vivências das mobilidades do seu cotidiano?

F - O que você gosta dessa zona?

I - De ir ao rio. (...)

F - Porque que você gosta de morar aqui?

S - Por causa do rio. Tenho meu melhor amigo aqui perto, que é meu vizinho. Fica perto do meu primo e do outro primo também... pronto. (ENTR Sérgio e Isaac: 28 de março de 2021)

Estes são apenas dois exemplos das cem por cento de respostas positivas das crianças/jovens da Ribeira, quando indagados/as sobre gostar ou não de viver na zona da Ribeira e o porquê. Entre possibilidade de andar pelas ruas com os amigos, jogar a bola, andar de bicicleta, viver próximo de primos e tios, o rio apareceu como a principal razão para tornar a zona um lugar mais especial. Esta valorização é reforçada pela mãe de uma criança, também ela ex-miúda do rio:

Fi - Já nasce com nós... nós nascemos com o rio, desde pequenos. Tanto é que se você for aos bairros, ao Aleixo, ou à Pasteleira... esses bairros não sentem o rio como nós e nem têm tanta confiança no rio como nós, aqui da Ribeira.

F - Entendi. O rio faz parte da vida?

M - É!

Fi - É! Faz parte da vida do povo daqui. (ENTR Miguel com intervenção de Filipa, mãe: 04 de fevereiro de 2021)

O rio aparece, portanto, como uma entidade central na vida desta comunidade, sendo revelado ao longo das nossas observações, conversas e entrevistas como a principal atividade de lazer vivenciada pelas crianças e jovens e famílias de hoje e de outrora. Apesar de terem surgido algumas referências a outras atividades de lazer, nos chama a atenção a clara preferência por brincadeiras ao ar livre em detrimento das atividades em ambientes fechados representados pelos gostos por jogar *playstation* e dormir, especialmente nos períodos do inverno. E este foi um assunto explorado - os gostos e preferências associados às temporalidades diárias e anuais para o fazerem.

Sendo a cidade do Porto situada numa zona temperada do hemisfério norte, com estações do ano bem definidas e com inverno “rigoroso”, foi unânime por todos, miúdos/as e adultos/as familiares, a escolha do verão como o melhor momento do ano para as atividades de lazer no rio, mas também diretamente ligadas ao desejo de estar em ambientes externos da rua e, portanto, ao ar livre.

F -. Como é viver à beira do rio?

V - É fixe!

P - De manhã, não! De manhã não é... frio.

V - Às vezes é!

P - Se já tivesse o sol à mostra... ainda dava, mas... se não tiver, se tiver tudo tapado, não tiver sol, tiver frio... mas é fixe! Porque assim é só descer as escadas, a correr, virar e subir em frente e chegar lá ao muro e mandar-se.

F - (risos) Então é bom viver à beira do rio porque vocês saltam no rio? É isso?

P - É só ir a correr. Eu, é! Eu, é! Ele não, ele já tem que descer o muro. Eu é... sempre a ir, e chego lá.

F - Aham! Mas nesse período que não saltam no rio...

P - É frio!

F - Mas ainda assim gostam de viver à beira do rio? Mesmo quando tá inverno, quando tá frio?

V e P - Sim!

V - Porque podemos brincar e estar com os amigos (...).

P - E porque, às vezes no inverno tem uns dias de sol e às vezes as nossas mães deixam ir. (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020)

F - Qual que é a melhor altura do ano para estar aqui na Ribeira?

A e R - O verão!

F - Porquê?

A - Porque chove. Aqui chove muito e faz muito frio. No verão vê-se muito mais gente, todos a brincar. Eles (referindo-se às crianças) saem de casa às 9 da manhã e depois nem vêm almoçar; temos que andar atrás deles para virem comer. Só querem ir para o rio e depois só comem uma sopa para poderem ir para o rio, para não terem a fazer as 3h de digestão (referindo-se ao hábito local de esperar 3h após comer para ir ao banho). Comem só uma sopa e tá bom.

R - Ou então uma maçã para ser rápido e já tá no rio outra vez.

F - A ideia é aproveitar o dia ao máximo, né!?

A - Eles aproveitam.

R - Aqui é bom é o verão.

A - Depois à noite eles andam todos de bicicleta...

R - E nós também, pronto, também vamos pra rua. Tá calor, andamos aí na rua até às 2, 1. Tá calor a gente não vai ficar dentro de casa fechados com o calor que tá. Acabamos por unirmos sempre (...) De verão, sim, sim. (ENT Rita e Ana: 13 de dezembro de 2020)

Por outro lado, a agência do rio na vida das crianças ribeirinhas torna-se presente nos relatos sobre as experiências vividas e nas alegrias que envolviam a brincadeira com o rio para além do verão, com o período das cheias, comuns ao inverno.

Embora as cheias já aconteçam em menor frequência hoje, e com menor volume de água, continuam a ser um importante agente nas experiências adultas e infantis desta comunidade:

F - Como é uma cheia?

R - As barragens abrem e o rio sobe. E sobe até (...) e estraga muita coisa, não é... entra nos restaurantes, mas acaba que é bonito... tipo, pra nós é bonito a gente ver, o rio sobe todo.

A - É uma coisa normal.

R - É uma coisa normal porque a gente já tá muito habituado que isso aconteça. Por exemplo, o Pedro nunca tinha visto uma (...) ano passado.

A - O Vasco (...) foi a primeira vez que viu...

R - O Pedro estava eufórico... andava com o meu telemóvel a filmar (...) tudo na Ribeira. A ver o rio a subir e nos passeios onde a gente andava, ou que anda, o rio tapou aquilo tudo. Aquilo, pra ele foi uma maravilha porque ele nunca tinha visto uma cheia. (...) Aqui, quando desce as escadas junto ao largo, aqui do teu lado esquerdo, tem as marcas das cheias e os anos das cheias (...)

A - No tempo da minha mãe, a cheia subiu... quase até a ponte de baixo. (...) tiveram que cortar a ponte na altura dela porque na altura não haviam as barragens. No meu tempo também havia muitas. Nós éramos miúdos e íamos roubar as galochas aos trolhas... E andávamos aí pelo rio afora a brincar uns com os outros. Não tínhamos mais nada para brincar (...), com três pares de meias à frente pra galocha não sair e andávamos todos contentes. Pra nós era normal.

R - Era normal porque era o que a gente via... (ENT Rita e Ana: 13 dezembro de 2020)

F - Há poucos dias aconteceu [uma cheia], não foi?

M - Mas essa não chegou a subir. Existe um sítio sagrado aonde as águas do rio chegam primeiro, é no Postigo do Carvão ali na Muralha Fernandina, quando a água chega lá é sinal de que vai haver cheia. (...) Os miúdos iam para lá pedir para as águas subirem, e subirem por quê? Porque depois ajudávamos os comerciantes aqui e ali a tiraram as coisas, e sempre vinha uma gorjeta. Havia uma fábrica de chocolates aqui atrás, e quando a água subia molhava os chocolates e nós ajudávamos o dono e só comíamos os chocolates molhados. Primeiro ajudávamos a arrumar o que podia ser salvo, e depois comíamos os chocolates molhados que não podiam ser vendidos. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

As experiências de uma infância passada, mas também atual, em que o rio, na sua potente materialidade interfere nos territórios habitados por esta comunidade, convoca-as a mobilidades e novas formas de ocupação dos espaços, seja para proteger suas casas e comércio que são inundados pelas águas, seja para redirecionar o olhar para o fenómeno, encontrando neste, vias lúdicas de imersão na experiência e construindo, com isso, um modo peculiar de se viver a infância a partir da atuação dessas novas materialidades peculiares do seu contexto de vida.

1.2. Ribeira urbana

As inter-relações entre agência das crianças e do rio na construção de emaranhados característicos de uma identidade local no que tange às vivências dos espaços e tempos de lazer são agora ampliadas.

As atividades de lazer, como andar de bicicleta, estar na rua com os amigos, jogar

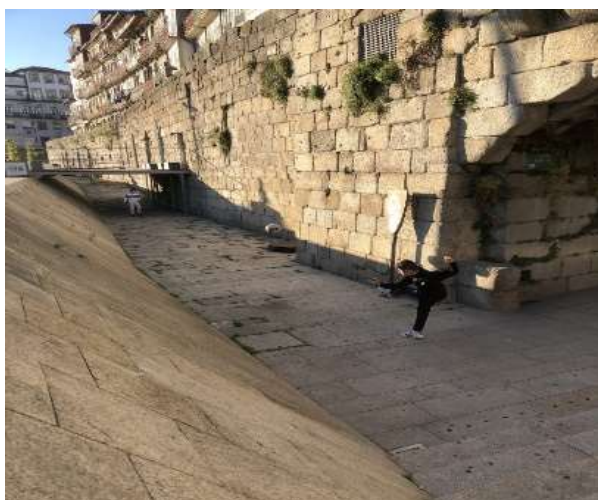


Foto 3: Meninos na rua a jogar a bola - próximo da Praça da Ribeira (cf. Figura 2) - (NT: 26 dezembro de 2020)

à bola, nos convida a destacar este mesmo tipo de experiência cotidiana sob um outro aspecto: o da autonomia da mobilidade das crianças na Ribeira urbana, àquela Ribeira que também co-existe com o rio, e que com ele instiga e abriga as idas e vindas e as ocupações vividas nas suas vielas, praças e escadarias (cf. Fotos 3, 4 e 5).



Foto 4: Meninos na rua a jogar a bola, próximo Rua Nova da Alfândega (cf. Figura 2) - (NT: 20 de março de 2021)

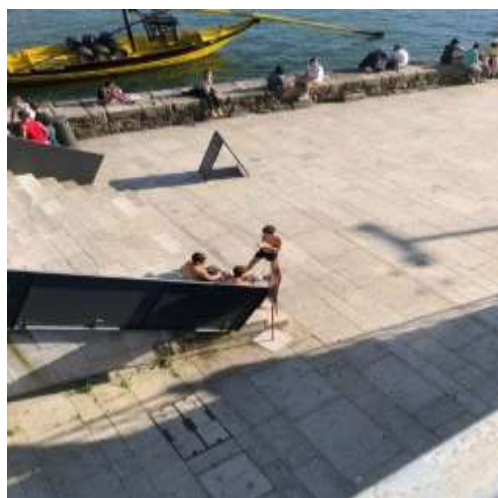


Foto 5: Depois do banho de rio, meninos a lançarem na escadaria do Cais da Ribeira (cf. Figura 2) - (NT: 30 de maio de 2021)

Essa mesma autonomia na mobilidade, advinda das experiências nas ruas é ainda destacada em peripécias outras vividas e, provavelmente, só possíveis de existirem pelo facto de estas acontecerem de forma livre, não pré-formatadas e “longe” da tutela dos adultos familiares:

(...) Há ali um café que vende baldes assim de cola e de bebidas. Na segunda à noite... segunda... sempre vamos! Se você sair daqui desta rua vai ver um banco. Tem um banco e tem depois um bocadinho mais abaixo na parte... você vai e tem uma parte para encostar... ao lado tem uma tábua partida com fita cola. Nós sempre que

távamos lá à noite, sempre aí. Já queimamos um rato, queimamos uma garrafa de *summers beer* que ganhamos de brinde. (ENT Pedro: 13 de dezembro de 2020)

Nesta narrativa, Pedro nos conta sobre a importância das materialidades presentes no espaço aberto da rua como elementos que influenciam diretamente na experiência deles/as: “ao ar livre é melhor porque assim temos os bancos, os postes para esconder (ENT Pedro: 13 de dezembro de 2020).

Entre depoimentos e observações de muitas crianças/jovens a circularem e brincarem “livremente” e desacompanhadas de adultos, pelas ruas da Ribeira, encontramos também relatos de mães que dizem não achar seguro as crianças andarem sozinhas pelas ruas da zona que sejam muito afastadas de suas casas. Este sentimento de insegurança está diretamente associado ao crescimento turístico da região, com um grande volume de pessoas diariamente a circularem, e ao impacto causado pelos *mass media* - um novo fenômeno que parece incorporar as novas formas da comunidade ribeirinha viver as espacialidades nos tempos atuais, que não sentiam quando eram crianças:

[Ana e Rita relataram episódio em que alguém tentou levar uma menina no meio da multidão da Ribeira]

F- Mas a insegurança de vocês, qual que é o medo? De rapto de crianças...

A - É o que se fala hoje em dia. (...)

R - Pra roubar, fazer mal ou vender os órgãos. A gente já tem medo de tudo nesse momento. (ENT Ana e Rita: 13 de dezembro de 2020)

F- Então você acha que essa relação de segurança com a cidade mudou?

Fi - Mudou! Hoje não é mais essa confiança. A minha mãe (...) dentro de casa, vai ao supermercado comprar isto, vai ao pão (...) vai à rua buscar presunto e eu, catraia... Hoje em dia não se pode, eu falo por mim, eu não sinto essa confiança, (...) tenho medo... e às vezes digo: “oh Patrícia, dá a mão à mãe porque às vezes pode passar alguém e, olha... - Diz-me as horas” ... e enquanto a mãe vai buscar o telemóvel e te larga para ir dizer as horas, pegam em ti e põem-te num carro”... Não te digo muitas vezes? (pergunta à filha que está ao lado) Não tenho confiança assim... (ENT Filipa: 04 de fevereiro de 2021)

Por outro lado, esse medo facilmente parece ser contornado com o incentivo de que os/as miúdos/as andem em grupo quando desacompanhados de adultos, denotando a crença de união em que todos protegem todos, assim reforçando outros discursos de união entre a comunidade:

F - Mesmo não tendo um adulto por perto, tendo uma malta assim andando juntos...

A - Andando juntos é melhor! Isso, eles juntos... se alguém se meter com eles (...) um que se mete com um, vai logo tudo! Para mim eles aqui com isso são muito unidos (...) (ENT Ana e Rita: 13 de dezembro de 2020)

Esse mesmo sentido de coesão e cuidado entre todos/as da comunidade pôde ser percebido também na fala abaixo:

Outra coisa que esta comunidade tinha, era sempre as portas abertas, nunca estavam fechadas, e todos tinham uma cancela que era meia porta, para as pessoas verem para dentro de casa e os que estavam dentro verem para fora. Saíam para trabalhar ou para comprar qualquer coisa na mercearia e não fechavam a porta, (...), existia uma grande confiança entre a comunidade, mas também ninguém entrava, as pessoas estavam sempre muito atentas e se vissem estranhos perguntavam logo, “o que vais fazer aí? Vá mas é andando porque não mora aí”. Guardavam-se praticamente uns aos outros no bom sentido do termo, não é!? (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

Por outro lado, condizente com a complexa teia de relações que produz uma comunidade, é possível perceber que mesmo havendo núcleos de amizades entre famílias e relações de vizinhança estas podem não ser assim tão amistosas:

Pergunto (ao Pedro) se não tem encontrado os outros meninos e ele diz que não. Falo que queria também combinar para fazer a entrevista com ele e os meninos. Ele diz que consegue falar com o Vasco (eles moram bem perto), mas com os outros meninos não. Pelo jeito que ele fala pergunto se eles não são muito amigos e ele demonstra com a fisionomia que não, mas também não fala muito. Sinto que há ali alguns constrangimentos nessas relações, mas não avanço (NT: 28 novembro 2020).

Ainda assim, nada parece invalidar o sentido de proteção da comunidade com “a sua gente”:

Somos todos moradores, mas quando há uma guerra, entre aspas... sai tudo à rua para se defenderem uns aos outros. (...) como família mesmo! Imagina, a menina mora aqui, um exemplo... eu vou lhe dar por mim... eu tô aqui, tô ao barulho... imagina tá aqui esta moça que é minha vizinha, vem logo tudo... tudo defender... sem saber o que se passa. Sempre foi assim e acho que continua a ser (ENT Alice: 28 de março de 2021).

Ao mesmo tempo que há uma insegurança dos adultos acerca da livre circulação das crianças pelas ruas, praças e vielas da Ribeira urbana, há também uma certeza de que a comunidade está lá e cuida “da sua gente”. Nesse sentido, quando estão miúdos/as em companhia de outros miúdos/as o sentimento de insegurança materno

parece diminuir e já não se torna imprescindível a presença adulta à beira deles, o que viabiliza um “livre” transitar dentro de determinado perímetro da zona.

S- Eu neste verão sai sozinho com ele ao banho, porque já estávamos maiores, demasiados e podíamos sair sozinhos.

D- Eu avisava ao meu avô. Meu avô ficava ali mas tipo não ficava à nossa beira.

F- Sim, sim, mais distante, mas cuidando de vocês.

D- Não sei se ele ficava a olhar mas... mas quando fosse embora eu ia ter com ele...

(ENT Dinis e Sergio: 28 de março de 2021)

1.3. A cidade

As experiências de livre mobilidade das crianças pela cidade do Porto nos deslocamentos para a escola, bem como para atividades de lazer pela cidade, mostraram outras facetas acerca da mobilidade destes miúdos e miúdas e suas agências no espaço e tempo.

Dos 8 miúdos/as entrevistados/as, 5 vão para a escola caminhando, sendo estas localizadas nas proximidades das suas residências (cf. Cap III), e 3 vão de transporte público. Nestes percursos a pé, 3 crianças/jovens (12, 13 e 16 anos) vão sozinhos ou acompanhados por amigos e apenas 2 (5 e 10 anos) acompanhados de um adulto/a.

Os percursos de autocarro e metro de 2 deles (10 e 11 anos) vão na companhia de um adulto/a e, apenas, 1 deles (16 anos), vai sozinho/a. Nestas diversas modalidades de deslocamento, o fator maior idade parece ser condição para que possam acontecer sozinhos e com maior frequência, e que a idade a partir dos 12/13 anos parece ser o passaporte para um maior ganho de autonomia de mobilidade, incluindo as meninas que circulam sozinhas pelas ruas. Uma tal conquista social e geográfica implica contrapartidas: as crianças mais velhas servem de companhia aos menores porque aos 15 anos já se é um “homenzinho”:

Só que, por exemplo, há dias em que eles querem ir ver o Porto, ao Dragão (...) eu gosto, adoro, mas já não deixo ele ir sozinho. Eu ia na minha altura, mas ele eu já não deixo porque tenho medo. Ele vai com o primo dele, já tem 15 anos é homenzinho e vão os dois. Mas de 5 em 5 minutos estou a ligar, “olha onde é que estás?” E ele diz, “ohhh mãe, tas me sempre a ligar!”, qualquer coisa eu ligo. Antes a gente ia para todo lado, agora não. (ENT Ana: 13 de dezembro de 2020)

F - Desde que idade você caminha sozinha, que vai para a escola sozinha?

S - Desde os 12, por aí.

F - De metro sempre?

De entre os espaços fora da Ribeira, sinalizados pelas crianças/jovens como aqueles que conheciam e que frequentavam para lazer, estão o Estádio do Dragão, Avenida dos Aliados, Rua das Flores, São Bento, a loja Mc Donald's dos Aliados e agora a nova que abriu na Ribeira, o shopping Via Catarina e o Gaia Shopping, Cais de Gaia, Fontainhas, Jardim das Pedras, a Cordoaria, a praia de Matosinhos e alguns bairros. A maioria destes lugares localiza-se na região da Baixa, centro do Porto, num perímetro de muita proximidade com a zona denominada de Centro Histórico, e a sua nomeação mais do que as experiências neles vividas para indiciar visitas mais pontuais do que frequentes, sendo que o espaço de lazer de todos/as, aquele que melhor conhecem e onde passam a maior parte do tempo, é mesmo a Ribeira. Este conhecimento e experiências dos/as miúdos/as de hoje, reitera e repercute as experiências de infância no passado pelos próprios adultos/as do presente, quando afirmam conhecer poucos lugares da cidade, inclusive pela questão financeira envolvida nesses deslocamentos:

F - O Porto hoje tem algum lugar que a senhora acha que seja interessante para as crianças? Existe? Aqui a senhora disse que não há...

A- Se eu lhe disser assim... eu às vezes digo à minha patroa... eu sou daqui e há muita coisa aqui que eu não conheço e menina diz assim... não é possível? E é verdade... como eu não conheço as caves do vinho do Porto, na altura que eu quis conhecer, acho um preço exorbitante para entrar lá dentro... (ENT Alice: 28 de março de 2021)

As falas acima apontam para similaridades entre as crianças/jovens da Ribeira de hoje com as crianças/jovens da Ribeira antiga nas experiências que envolvem a mobilidade na cidade mais ampliada. Este parece ser mais um fator que atravessa a construção da identidade local através da partilha de condições adversas representada por similares condições sociais de pobreza aliada a ausência de lugares de recreio e lazer para as crianças na comunidade.

Essas limitações, que seguem como uma realidade do passado e do presente, parecem revelar-se como fatores importantes no fortalecimento do sentido de pertencimento à Ribeira, potenciando sua ocupação e exploração do que é possível encontrar como recursos e materialidades ali presentes.

2. A circulação de saberes, práticas e sentires ribeirinhos - a tradição de saltar ao rio e as suas releituras

A construção social da infância na Ribeira e as relações das crianças com o rio (cf. Capítulos I, II e III) são profundamente afetadas por processos de geracionalização (Alanen & Mayall, 2001), já que se trata de uma comunidade que, explicitamente, mantém ativa uma tradição secular de atividades e brincadeiras de saltar e banhar-se no rio. Parece haver um orgulho partilhado em fazer parte dessa tradição, refletido principalmente na satisfação e animação das crianças ao contarem suas experiências e na muita emoção, por parte dos adultos, ao repescarem as suas boas memórias e ao consentirem a participação dos seus filhos/as nessas relações com o rio:

Esse é o tal que se atira do terceiro sítio lá... (fala orgulhosa de Filipa, no momento exato em que chega o seu filho Miguel, para a nossa entrevista) (ENT Filipa: 04 de fevereiro de 2021)

A compreensão dos processos de geracionalização entre adultos e crianças que se auto-identificam como sendo “da Ribeira”, requer atentar aos modos como essas relações se processam, ou seja como os adultos transmitem e ensinam o património da cultura local às crianças e como estas se apropriam dela, num processo de circulação de determinados saberes e práticas entre gerações e dentro da mesma geração, naquilo que são os seus traços mais permanentes e aqueles que, enquanto inovações, contribuem para manter viva a tradição, como acontece com o significado e as práticas de saltar ao rio.

2.1. “Sina das tartarugas” – a tradição de saltar ao rio como um traço da cultura local

Ao destacar a brincadeira de saltar no rio como uma tradição local e como um modo de vida das crianças desta comunidade ribeirinha, falamos da ideia de uma cultura local, que, de acordo com Rosa & Ferreira (2019),

Ao falarmos de cultura(s) queremos sublinhar um conjunto de práticas materiais e simbólicas geradas nas redes de relações sociais estabelecidas entre seres humanos, adultos ou crianças, e que, dando-lhes significado, são processuais e dinâmicas, transmitidas e aprendidas, resignificadas e (re)produzidas por e entre atores, sejam de diferentes ou da mesma geração. As dinâmicas interculturais entre crianças e adultos acontecem então no âmbito das suas relações de interdependência e dos processos de geracionalização (p.250).

Sob esse aspecto gostaríamos de chamar a atenção para a perspectiva da tradição da brincadeira seguir vivendo, ao longo dos anos, um processo de geracionalização (Alanen & Mayall, 2001), em que as experiências vividas e partilhadas entre as gerações passadas e as novas vão sendo transmitidas e aprendidas por via da observação, da experimentação, do treino, mas de modo dinâmico. Afinal, estas têm vindo a sofrer, por isso, processos de ressignificação, a partir da agência das novas gerações, que, situadas num outro contexto sócio-histórico, veem-se afetadas por outros fenômenos sociais e naturais nos seus processos de socialização.

Assim, a brincadeira de saltar no rio permanece ao longo de tanto tempo como um traço típico e característico deste contexto e desta comunidade, representando um importante aspecto da sua identidade local na cidade do Porto. Ou, como diz o senhor Manuel (70 anos): “As crianças que nasciam aqui na Ribeira/Barredo tinham a sina das tartarugas”:

As tartarugas quando nascem correm para água, têm aquela intuição, assim eram as crianças que nasciam aqui, na falta de parques ou locais de diversão só tinham o rio para o fazer. Não é como agora, as crianças aqui andavam à vontade, eram centenas de crianças. (...) Os pequenitos desciam as Escadas do Barredo e dirigiam-se logo para a água aqui nesta lingueta. (ENT Manuel, 70 ANOS: 19 de fevereiro de 2021).

Inúmeros documentos históricos, fotografias, reportagens de TV, relatam a secular tradição existente na brincadeira de saltar no rio Douro, por miúdos e miúdas da zona da Ribeira. O clássico filme *Aniki Bobó* (1944), do cineasta português, Manuel de Oliveira, retrata de forma audiovisual, talvez pela primeira vez, o cotidiano das crianças ribeirinhas nos anos 40 e sua relação com os espaços urbanos e o rio:





Fotos 6: Imagens do filme Aniki Bobó, Manuel de Oliveira (1944)¹¹

Profundo conhecedor dos costumes da região, segundo o senhor Manuel (70 anos), apesar de fictício, o filme retrata aspectos da cultura local das crianças moradoras da zona da Ribeira: “Esse filme retrata bem a vida desta comunidade. Aliás o Manuel de Oliveira conhecia muito bem isto e era um homem que andava sempre por aqui.” (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021).

Com o rio à beira das suas casas, essa materialidade de fácil acesso para todos, foi sendo usada de inúmeras formas, ora como recurso económico (cf. Capítulo III) por gerar trabalho para a população local através do descarregamento dos barcos que ali chegavam e hoje, embora, numa outra dimensão, continua a gerar trabalhos, agora, mais voltados ao setor turístico (feira de artesanatos, empregos em bares, restaurantes e lojas locais), ora como propiciadora de lazeres e sociabilidades, mas também como fonte causadora de acidentes para os que não sabiam nadar:

A minha mãe não nos deixava muito, eu não contei à menina... a minha mãe tem aflição ao nos ver a nadar... como ela teve aquele pânico de três vezes de morrer afogada, como a mãe desta moça que estava aqui... que a minha mãe estava a lavar no rio...deu-lhe qualquer coisa assim na cabeça e ficou atordoada e caiu... a lavar as fraldas do meu irmão que já tem 54 anos, do mais velho... foi nessa altura (...) e a minha mãe nunca quis aprender a nadar e teve sempre medo. (ENT Alice: 28 de março de 2021)

Em razão dos acidentes no rio serem algo cotidiano, muitos adultos da região possuem o título de salvadores, como aquelas pessoas que estão sempre a vigiar o rio para o caso de algum acidente acontecer, ou até mesmo ir resgatar os casos, não raros,

¹¹ Fonte: <https://youtu.be/lhJw8fMKLE0>

em que pessoas se suicidavam atirando-se do tabuleiro de cima da ponte. Um desses salvadores, o Duque da Ribeira, ficou muito conhecido na região:

O Duque da Ribeira era a pessoa mais importante da comunidade e uma das mais importantes do séx. XX tanto no Porto como no país, na Ribeira era a pessoa mais importante e conhecida, e era conhecido por quê? Por salvar pessoas que caíam ao rio, salvava os que caíam e os que se atiravam da ponte, havia alguns que de mal com a sua vida punham-lhe fim atirando-se da ponte, depois de irem ao fundo e desaparecerem era o Duque que os ia buscar. Ele fez isso durante toda a sua vida e fez o seu primeiro salvamento com 11 anos de idade, daí para frente fez disso o seu modo de estar na vida até os 94 anos quando morreu (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021).

Ora bem, isto salvador, não é, porque o barco que eu tenho, (...), que eu comprei pra pesca, já há 25 anos e então o que é que acontece... as pessoas que se atiram da ponte, ou alguém que caia, eu estando aqui vou lá com o barco salvar as pessoas. Já faço isso há quase 26 anos (ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020).

Ali nas Escadas das Padeiras (...) foi o local onde eu aprendi a nadar, foi também ali que estive para morrer afogado aos 4 anos, e fui salvo pelo M.(...), meu vizinho que morava no último andar que me foi buscar, quando caí ao rio não sabia nadar e já estava no fundo quando ele me foi buscar, só soube quem me salvou quando saí da água. Mas também foi nessas escadas que fiz os meus primeiros dois salvamentos, um quando tinha 14 anos e outro quando tinha mais ou menos aos 18 anos. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

Conviver com o rio era uma realidade e saber lidar com ele era algo de tamanha importância. Assim, aprender a nadar era algo mesmo urgente para muitas famílias, pelo que, entre a funcionalidade desta aprendizagem e o seu aspecto lúdico e de entretenimento, foi-se delineando um modo de vida na região bastante identificado e íntimo do rio.

E assim seguem os meninos e meninas na brincadeira de saltar ao rio, mantendo viva esta tradição secular que muito revela sobre sua história enquanto comunidade e identidade de uma cultura local.

A cultura, apesar de tudo, continua a mesma: fazer novos amigos, aproveitar o sol de Verão, organizar competições de “bombas”... até ao momento em que o sol se põe, atravessando a linha de horizonte. Aí, sob os tons esmaecidos do pôr-do-sol, amigos combinam encontrar-se no dia seguinte. (*Público*, 23 de agosto de 2015)¹²

¹² Fonte disponível em: <https://www.publico.pt/2015/08/23/fotogaleria/salto-para-agua-352169>. coletado em 18 de janeiro de 2021

2.2. Inter e intrageracionalidade nas “continuidades” e renovações da tradição

A “sina das tartarugas”, traduzida na naturalização das práticas e dos desejos de manutenção da tradição de nadar e saltar para o rio entre as velhas e as novas gerações, como se de algo inerente a esta comunidade se tratasse, à semelhança de uma transmissão da herança genética, realiza-se segundo um repertório de memórias e experiências de infância individuais e coletivas, familiares e comunitárias que se atualizam pela sua contínua reprodução:

A - Isso já vem de pai pra filho... isso já vem da minha vó... antigamente ali tinham umas escadinhas que elas lavavam as roupas no rio, depois elas mergulhavam e andavam ali sempre a nadar. A minha mãe e depois o meu irmão como é mais velho... eu andava sempre atrás dele, eu era miúda e só queria andar atrás dele. Ele: então anda, vais comigo pra o rio... e começamos a todos pra o rio. Os meus primos todos... também éramos muitos... e ele: tu sabes nadar? Vais aprender! Pegaram em mim e mandaram-me pra o rio. Safa-te!

R - É o mesmo quase que eu fiz ao Pedro e ao Diogo (irmão mais velho do Pedro). Meti-lhes a braçadeira... (ENT Ana e Rita: 13 de dezembro de 2020)

Depois, conversando com Rita descubro que aqueles que chegaram são seu irmão, cunhada e sobrinhos. Que eles também vivem na Ribeira e costumam ir ao banho ao rio também. A família dela chega com os miúdos cheios de bóias para os mais pequenos. O Pedro parece animado para o banho e incentiva os primos menores a banharem-se. Da escada o Pedro dá saltos e convida os primos a saltarem. (NT: 12 de junho de 2021)

Numa trajetória, a maioria das vezes iniciada por um familiar adulto/a, amigo/a ou irmão/irmã mais velho/a, tudo parece começar, pelo menos para muitos, com um “safa-te!” (ENT Ana e Rita: 13 de dezembro de 2020; ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020), seguido de arremesso do/a miúdo/a na água.

Fb - E tu disse que começou a saltar no rio quando? A se banhar no rio?

D - Eu não lembro-me muito bem... quando eu aprendi a nadar... eu acho que eu já sabia, eu antes ia com uma bóia e tipo... eu tava ali com meu irmão (risos). O meu irmão disse assim: “Tira a boia!” Ele queria ver se eu sabia nadar...então ele disse: “Tira a bóia!” e vamos eu e tu e ele fingiu que ia e tipo, deixou-me só eu... mas tipo... acho que não ia acontecer nada de mal porque ele tava ali à beira. Ele deixou-me ir e pronto e pensava que não ia saber nadar, mas já sabia porque eu andava na natação, mas depois eu parei a andar e acho que foi aí que eu comecei a aprender melhor. (ENT Dinis e Sergio: 28 de março de 2021)

A - Andava a nadar... elas (referindo-se às amigas mais velhas) viam-me sempre ali dentro da lingueta mas com o pé. E elas já viam que eu nadava bem e uma ocasião chegaram lá à minha beira e disseram assim: Ohh pirralha, hoje vais sair daqui e

aprender a nadar fora do pé. E eu... ahh, mas eu não quero ainda não sei nadar, e elas, não, mas sabes, nós estamos aqui e não morres afogada. E então... eu subi assim um bocadinho a rampa e atirei-me dessa altura pra aqui pra fora do pé, fora do pé quer dizer...

F - Sim... muito fundo.

T - Podia morrer afogada, não é... não dava para estar ali a nadar e eu disse assim... bom, aí se eu morro afogada, vou logo ao fundo e não sei vir pra cima... olha não sei o quê que meu... atirei-me... ohh Chica (referindo-se à amiga), vou me atirar! E elas, 'pera aí que a gente vai pra tua beira... uma atirou-se pra água e outra ficou na pedra... se houvesse algum caso, ela atirava-se também para ajudar. Eu atirei-me e até hoje! (ENT Alice: 28 de março de 2021)

Atitude que fora do contexto poderia ser vista como uma violência, arremessar uma criança de 5/6 anos na água para aprender a nadar sozinha, dentro da cultura da Ribeira é profundamente reveladora de sua identidade, e de quem, por proteção aos seus, devido às muitas histórias de afogamento no rio, entende o grande valor que é fazer as crianças aprenderem a lidar com aquilo que é uma entidade viva e atuante naquela realidade: o rio. E que é muito bem representado no excerto abaixo partilhado por senhor Alípio, em um momento da nossa entrevista-conversa:

A - (...) Então quando aprendi a nadar, aquilo ali, (...) ali em Gaia era areia, era uma praia, pronto, aquilo era areia e eu como andava, e era pequenino e andava sempre no barco e ele pegou (referindo-se ao pai), quando eu já sabia mais ou menos, um bocadito, ele obrigou-me a atirar, a atravessar o rio. Ora bem... na primeira vez, eu fui com aquela aflição, cheguei ali ao meio e já estava cansado. E eu, oh pai, estou cansado, oh pai, estou cansado! E ele pra mim, vai pra terra senão vais pra o fundo, e eu lá cheguei lá. Cheguei lá, aquilo lá era areia e nunca mais esqueço, cheguei ali e me deitei...

F - Quantos anos o senhor tinha aí?

A - Tinha pá' aí uns 9 anos, mais ou menos uns 9.

F - E ele ficava de onde dizendo: vai, vai? Daqui?

A - Ele tava no barco e eu do lado. (...) Pronto, cheguei ao outro lado, cheguei cansado. Depois virei-me pra ele: ó pai, eu vou pro ponto (...) e ele pegou no remo, vais o quê, (...) e quer um mimo? Vamos pra água! E eu pra cá já vim mais devagar e já não me cansei tanto. Deixa eu ir mais devagar... cheguei ali àquela lingueta que era onde ele tinha o barco e disse aí pra mim, agora salta pra o barco. Eu entrei pra dentro do barco e ele empurrou o barco pra o lado... agora safa-te... agora estás mais cansado. Por que? Porque eu pegava no barco e ainda não sabia nadar e ele tava sempre com medo... como eu fiz isto, pronto, agora safa-te! (ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020)

Relatos e imagens (cf. fotos 7, 8 e 9) são reveladores do quanto a tradição vem sendo, ao longo dos anos, passada entre gerações através de práticas de transmissão cultural, intergeracionais e informais, que seguem os princípios do “aprender por ver os

outros, mais velhos, a fazer” ou do “fazer com os mais novos o que lhes foi feito”, essenciais para a introdução das crianças numa relação de familiaridade com a água e de usufruto e de gratificação por estar no rio. Nestes processos, se cabe aos adultos darem o primeiro passo também é da sua responsabilidade zelarem para acautelar a segurança das crianças; esperando-se destas que dêem provas da sua agência, fazendo por se manterem à tona da água e comecem a nadarem.



Foto 7: Familiar da Rita nas escadarias à margem do rio - pai encoraja o filho a se banhar (NT: 12 junho 2021)



Foto 8: Familiares da Rita encorajam os filhos/as a tomar banho e mergulharem no rio (NT: 12 junho de 2021)



Foto 9: Familiares da Rita saltam à água (NT: 12 de junho de 2021)

Havendo pequenas variações nestas iniciações intergeracionais, ora mais bruscas, ora mais cuidadosas e com a introdução de tecnologias facilitadoras da flutuação dos corpos, as bóias, os coletes, as braçadeiras, aqui não podemos deixar de também destacar a importante agência intrageracional, com a atuação das próprias



Foto 10: Pedro mostra como saltar aos primos mais novos (NT: 12 junho 2021)

crianças e jovens nos processos de socialização entre seus pares:

M – Todos [saltam]! A avó, depois a mãe.... Todo mundo, todo mundo. Até agora as crianças que nascem agora... tipo a minha irmã, agora, que tem 5 anos, 6... já vai pra água há 3 anos a andar de coletes. (...) Eu comecei com umas bóias, depois fui... Não, comecei com um colete, depois fui às bóias e depois fui à ponte. (...) Fui eu que levei o Vasco à ponte desde o primeiro dia. (...) De pés e de cabeça.

V - No segundo dia eu já ia de cabeça. (ENT Miguel [com uma intervenção do Vasco]: 04 de fevereiro de 2021)

Principal, para não dizer, único, espaço de lazer para as crianças da região, o banho ao rio pode ser entendido como uma atividade construída como natural por via da valorização social de seguir passos das gerações mais antigas, que assim se constitui num modo de pressão tolerada e aceite. Estes modos de convivência inter/intrageracional nos espaços públicos abertos da Ribeira, de extrema significância nos processos de educação não formal das crianças (cf. Capítulo I, pt. 3), implica que meninos e meninas ribeirinhas aprendam a participar num percurso que inclui desde a iniciação do banho no rio, ao ir em busca das moedas até os saltos do tabuleiro de baixo da ponte Luiz I (cf. Figura 5), com etapas evolutivas para os níveis de dificuldade de altura.

M - (...) Os saltos na Ponte já vêm de longe e deve ter começado já no século XIX princípios do século XX. É provável que meu pai e com certeza o meu avô e muito mais pessoas antigas da comunidade já saltassem da Ponte. Antigamente eram só adultos que se lançavam da Ponte, alguns deles eram mesmo especialistas em saltos, era o caso do Berto (Rei Malvado), do Apóstolo (do Bem), do Romão, do Arnaldo e do Tino (Pidás). Alguns deles davam saltos mortais com diversas voltas e aprenderam isso sem instrutores de saltos. (...) Quando os turistas atiravam as moedas para o rio foi fácil de aprendermos a apanhá-las, porque as moedas quando caem na água não se afunda na vertical, vão na horizontal e em movimentos da esquerda para a direita e vice-versa e com a água limpa conseguimos ver bem as moedas, não é como ela está agora barrenta, a moeda cai na água e não mergulha assim (mostra com as mãos), mergulha assim (mostra com as mãos) e dá-nos algum tempo para mergulhar e agarrar as moedas. Na Ponte já foram portugueses e estrangeiros que começaram a lançar as moedas para o rio e a gente já na água mergulhava e apanhávamos as moedas antes de chegarem ao fundo, agora já não é nada assim, enquanto os miúdos se preparam para saltar da ponte, um deles vai pedir as moedas pelas pessoas que assistem, e só quando tem 10 euros ou mais é que eles se atiram. A relação das crianças com as águas do rio era muito próxima, só tinham este entretenimento e era também o único parque de diversões que tinham, não tinham mais nada a não ser o rio. Daí todos nós entendermos que o rio era também um familiar muito próximo, deixávamo-nos embalar nas correntes do rio como se estivéssemos ao colo da nossa mãe. A grande maioria das crianças estavam de manhã à noite na água, iam para a escola, mas mal acabasse voltavam para a água. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

L - (...) abaixo da última escada... mas eu... eu antes tinha medo de saltar! Eu é que fui olhar e eu vi a minha mãe agarrar-me nas minhas costas a mandar-me e eu: “Não!” E mandou-me! E eu pshhhh (barulho de caindo na água)

F - Ahh, daqui do muro?

L - Não! De baixo da rampa... da rampa. (...) Eu é que fui. Eu em uma semana cheguei ao muro, uma ou duas semanas. (...) Eu era... subia... duas coisas em cada dia... e cheguei ao muro.

F – Entendi. Foi ficando mais alto... mais desafiador aos poucos.

L - Já o meu primo, não. O meu primo demorou duas semanas e tal para ir... pra chegar ao muro. (ENT Dinis e Sergio: 28 de março de 2021)

Ontem como hoje, as etapas evolutivas do nadar ao saltar são socialmente valoradas como atitudes de coragem/medo entre os/as miúdos/as, assegurando-lhes o reconhecimento de um status de “bicho brabo” (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020); “o tal” (ENT Miguel, 04 de fevereiro de 2021) para aqueles que se aventuram a saltos mais ousados. Assim, as etapas evolutivas dos saltos, seguem mais ou menos um percurso que começa na rampa, depois sobe uns degraus da escada, chega ao muro, vai ao castelo e então o tabuleiro da ponte e suas duas alturas (cf. Fotos 11, 12, 13, 14, 15, 16) e, para os mais corajosos (atualmente feito apenas por Miguel), o terceiro X do arco da ponte (cf. Figura 5).



Foto 11: Trajetória saltos – rampa (NT: 28 julho de 2021)



Foto 12: Trajetória saltos – escada (NT: 28 julho 2021)



Foto 13: Trajetória saltos – muro (NT: 08 setembro 2020)



Foto 14: Trajetória saltos – rampa mais alta (NT: 28 julho 2021)



Foto 15 e 16: Trajetória saltos – castelo [em duas perspetivas] (NT: 28 de julho de 2021)



Aquela cena que, para um transeunte desavisado pode parecer que “(...) *somos malucos. Mandam-nos ir trabalhar!*” (ENT Miguel: 4 de fevereiro de 2021), revela-se como um fenómeno da cultura local imbuído de sentidos e conteúdos de aprendizagem adquiridos de maneira não formal que são de extrema relevância na construção das identidades partilhadas daquela população ribeirinha e que envolve ganhos de consciência corporal, conhecimentos acerca do rio, relações interpessoais na convivência com os desconhecidos, mas também nas imensas formas de organizações entre seus grupos de pares, além das aprendizagens intergeracionais já faladas.

Com efeito, as relações entre pares, as experiências infantis dos lugares da Ribeira e a instituição de práticas rotineiras de fazer usos diferenciados dos mesmos, ligam-se, indissociavelmente aos simbolismos e representações produzidos através das vivências infantis daquelas práticas culturais e espacialidades ribeirinhas (Ramos, 2021). Mais: permitiram às crianças (re)produzir lugares significativos bem como atribuir-lhes outras nomenclaturas sobrepostas aos espaços oficiais da Ribeira (cf. Capítulo III e figuras 2 e 5). Ou seja, as espacialidades na forma como aqueles espaços foram vivenciados ao longo do tempo nos processos de geracionalização (cf. Capítulo I, pt 3) das experiências locais e hoje estão corporificadas e inter-agem no seu cotidiano.

Figura 5 - Zona da Ribeira: espacialidades nomeadas pelas crianças



Fonte: Google Maps com marcações espaciais feitas pela pesquisadora manualmente

Legenda

1	Lingueta dos Afogados	5	Feira de artesanatos	8	Tabuleiro de baixo
2	Muro	6	Escadarias	9	Tabuleiro de cima
3	Rampa	7	Castelo	10	Terceiro X do arco
4	Escadas				

Simultaneamente aos processos de socialização inter/intrageracional que envolvem o nadar, apanhar moedas e saltar, subsistem modos particulares de vivenciar e significar subjetivamente tais experiências. Assim sendo, tais aprendizagens socioculturais do fazer são acompanhadas de aprendizagens dos modos de sentir, ou seja da expressão visível de comportamentos socioafetivos capazes de gerir e dominar medos, angústias, e de retirar prazer de taquicardias, “sentir meu coração bater”, e da adrenalina. “Gostar” de saltar é, pois, uma aprendizagem que não é imediata nem natural e que requer provas públicas dadas:

A - E tu precisou ser jogado também ou você foi sozinho?

A - Eu fui sozinho!

F - Quando tinha 5 anos? Também? Sim? Entendi.

L - Eu gosto... eu tenho, à vezes, impressão de saltar do “castelo”.

F - Do quê?

L - Do castelo. Dá a impressão!

F - Como assim? Não entendi...

L - Dá impressão! Tipo: Salto ou não salto? Salto ou não salto?

F - Ahh, dá um certo medo, assim... você fica na dúvida? Eu já vi que muitos meninos fazem assim (mostro sinal da cruz) quando vão saltar...

L - É!

F - Vocês fazem também? Porquê? O que é que é isso? O que significa esse movimento?

L - É tipo... mais ou menos uma proteção. Pra desejarmos a nós próprios uma boa sorte, pra não nos acontecer nada. (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020)

A atividade de saltar embora entendida como lazer, é também, para os mais crescidos, uma forma de arranjar dinheiro (tendo em conta a baixa condição socioeconômica dos moradores nativos da Ribeira), que favorece a realização de pequenos outros gostos do dia a dia, como, ocasionalmente ajudar a família, fazer um lanche na Mc Donald's, *“juntamos e muitas vezes vamos comer fora... ou é para nos divertir”* (ENT Sofia: 12 de junho de 2020).

F - Mas então pra você, essa brincadeira no rio é como se fosse um trabalho também, que você ganha dinheiro ou... ?

M - Metade, metade. Faço para ganhar dinheiro também mas também faço por diversão! Por isso é que é metade, metade. Pra nós aquilo é um trabalho... como nós não podemos trabalhar, tipo, num restaurante... e isso... fazemos da ponte o nosso trabalho no dia a dia. Ganhamos o nosso dinheiro e temos o nosso dinheiro.

F - Entendi. Esse é um dinheiro que fica pra vocês? Vocês partilham com a família?

M - Fica pra nós... e às vezes damos. (ENT Miguel: 04 de fevereiro de 2021)

Esta dupla significação do saltar para o rio pelas crianças, como um traço da infância ribeirinha, ganha outros contornos com as transformações introduzidas pela acentuação dos processos de turistificação da Ribeira, como se verá adiante.

2.3. A importância de outros e da cultura mediática na construção de imaginários locais

Este mesmo rio, embora importante espaço de lazer, compõe, juntamente com a arquitetura do centro histórico, um cenário de interesse turístico que acaba por afetar a relação dos miúdos e miúdas da região, a partir de todos os movimentos de transformação que ocorreram e seguem a ocorrer naquela zona. Ou seja, o rio, praticamente o único local de lazer para as crianças e famílias ribeirinhas, foi ganhando novos contornos ao inserir e ver inseridas nas suas brincadeiras o comportamento de visitantes da região, portugueses e estrangeiros, não apenas para os observar a saltar e a nadar no rio, mas também a atirar moedas ao rio para ver “os putos” (expressão usada para denominar os miúdos que se banhavam no rio), a irem buscá-las:

As crianças que se atiravam à água para apanharem moedas, era obrigatório já saberem nadar e a moda de atirarem moedas para o rio não veio com os estrangeiros. Eu era ainda miúdo e já os portugueses que vinham da cidade, e fora dela, atiravam as moedas ao rio só para verem as crianças a mergulhar e a nadarem vestidos e nus (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021).

Na nossa altura eles atiravam! Também na altura era escudo, a moeda era muito maior. (...) Ela cai na água e vai assim (mostra com as mãos o movimento da moeda descendo lentamente). E a gente punha as mãos assim e ela caía e depois metíamos na boca. (...) Às vezes ficávamos assim com a boca cheia de moedas (ENT Ana: 13 de dezembro de 2020).

A presença continuada de uma assistência interessada e desafiante alimenta assim as práticas natatórias das crianças de várias gerações, ao mesmo tempo que, entre elas, estimula as suas performances de nadar, saltar e mergulhar, e a instituição de rotinas e regras, bem como dos significados dos lugares para tal.

A compreensão de que as crianças/jovens estão sujeitas a princípios socializadores bastante diversificados (cf. Capítulo I), e que inclui ainda a profunda atuação das tecnologias e medias na construção das suas identidades e imaginários, também é aqui destacada no sentido de que, nos tempos atuais, a tradição secular já ganhou o interesse dos *mass media*, tornando-se, de alguma forma, produto, mas

também produtora e promotora de interferências. Tecnologias e medias constituem-se igualmente em parte das materialidades diversas que atuam nas releituras hoje construídas pelas crianças/jovens acerca da secular tradição.

M - Nós também temos um filme...

F - Ahh... que foi com o Javier Macipe, um espanhol?

M - É.

F - Eu já tive conhecimento... eu já conversei com ele também.

M - Eu apareci. (ENT Miguel: 04 de fevereiro de 2021)

Neste excerto da entrevista com o Miguel, podemos ver o orgulho em revelar a sua participação num filme, assim como, em outro momento, confunde o meu papel com a de uma jornalista - afinal já havia dado outras entrevistas sobre o tema.

A construção social de heróis e protagonistas dos saltos no rio encontra outras formas de expressão, como acontece em “um salto voador”, narrativa dos feitos destes miúdos/as como se de um verdadeiro espetáculo se tratasse:

É do tabuleiro da ponte Luís I entre o Porto e Gaia, que jovens desenfreados se lançam para as águas do rio Douro, de uma altura de cerca de 20 metros. Esta que é uma "habitué" que vem percorrendo gerações e que prende o olhar dos turistas nas duas margens. Entre os que ficam na margem e os que no momento saltam, pedem aos turistas 1€ para saltarem e, quando angariados 10€, lá vai mais um salto voador culminando num mergulho na água. (In Olhar D'Ouro, blog de fotografias de Rui Jorge Pires, 29 de setembro de 2018)¹³

Os trechos acima revelam como, com o passar do tempo, a centenária brincadeira de saltar e apanhar moedas foi ganhando novos contornos, passando de prática cultural local a formas de espetáculo público, exótico e bizarro, para turistas e transeuntes diversos, muitas vezes partilhado nas redes sociais e canais televisivos.

Com tantos holofotes virados para esta atividade, nos perguntamos acerca de qual imaginário se constrói e se propaga pelos meios de comunicação, sobre esses meninos e meninas e sobre essa comunidade, de um modo geral. A quem serve essa propagação de uma infância ribeirinha, talvez romantizada na imagem da criança “bom selvagem”, numa idealizada relação natural, espontânea e de hipervalorização da liberdade na/com a natureza, quando, por outro lado, vemos uma realidade cotidiana

¹³ Fonte disponível em: (<https://lamegoimage.blogspot.com/2018/09/os-meninos-voadores-do-rio-douro.html>). Coletado em 28 de dezembro de 2020

de meninos e meninas encerrados numa bolha social e cultural que reiteram a sua segregação face a outras infâncias e limitam, por diversas razões, o seu acesso a outros lugares da cidade?

Esta valorização externa da relação das crianças da Ribeira com o rio representa hoje um dos importantes elementos na ressignificação da tradição, numa espécie de divertimento e “trabalho” por parte das crianças/jovens:

F - Qual a importância desse rio pra vocês?

P - Podemos nadar.

V - Podemos ganhar dinheiro!

P - É! O máximo que eu ganhei foi 8 euros.

V - Só? (...)

P - Mas tu vais à ponte, é outra coisa... e eu ganhei 5, uma nota de 5 porquê? Porque o Gil (referindo-se ao primo)... um senhor chegou e nós pedimos dinheiro e nós saltamos. O Gil, nessa altura tinha medo de saltar do muro, daqui da rampa e eu, e nós saltamos e o senhor: “Dou-vos 5 euros e saltam os dois, 2 euros e meio para cada um!” E nós: “Está bem!” Eu salto, fico pra aí 2 minutos à espera do Gil e eu: “Salta!” E ele: “Já vou!” E eu: “Se eu for aí e eu saltar outra vez, o dinheiro vai ser todo pra mim!” e ele: “Ah, é?!” E o senhor: “Se saltares outra vez, os 5 euros vão todos pra si!” E eu saltei e ganhei 5 euros.

F - E tu, Vasco? Já ganhou quanto?

P - Xiii, ah!

V - 100!

P - Mais do que 100! Mais!

F - É mesmo? Aí tu salta da ponte?

P - É por isso! É por isso!

F - Ahh! E como é que funciona isso de ganhar o dinheiro. Como é que...

P - Nós pedimos e saltamos. Alguns dão e outros ignoram e continuam a andar (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020).

A espetacularização dos saltos viveu um movimento de *boom* com as câmeras de telemóveis cada vez mais à mão das pessoas, associada ao surgimento das redes sociais. Embora a atividade tenha se iniciado com o ganho de “uns escudos” (moeda da época), jogados à água em troca de entretenimento ao visitante, a crescente espetacularização traz com ela o surgimento de outras modalidades de organização dos meninos/as em busca de novas formas de se conseguir maiores quantias. Os meninos e meninas falam do dinheiro que ganham com alegria e orgulho e se referem à atividade como divertimento, mas também como uma espécie de trabalho mas em que dão *show* e se tornam vedetas aos olhos das outras crianças, das pessoas da Ribeira e dos forasteiros. E desse modo, revelam muito das aprendizagens obtidas nesse convívio

comunitário que une o 'útil ao agradável', encontrando saídas para driblar uma realidade de poucos recursos financeiros e que os limitam na realização dos seus desejos legítimos de divertimento e consumo.

O significado dos saltos como espetáculo com o intuito de ganhar dinheiro, sendo algo muito comum e de que os meninos e meninas que saltam hoje estão bem cientes, não é, no entanto, unânime enquanto principal interesse de todos/as:

F - E tu já ganhou moedas também com essa brincadeira de saltar?

D - Normalmente não... às vezes. Mas não costumo. Tipo... alguns pedem, tipo da ponte costumam pedir, mas...

S - Ficam lá à espera, quando tipo... os da ponte e quando der pra aí 50 euros é que eles saltam.

F - Vai juntando, chama, chama e quando tiver então a gente salta, não é?

S - Eles rendem muito dinheiro ali a saltar, eles rendem muito dinheiro. (...)

D - É... se eu fosse saltar (referindo-se a saltar da ponte) eu não ficava ali à espera pra me darem dinheiro... Eu queria saltar mesmo para me divertir, porque ia ser a primeira vez... Alguns pedem ali no muro... dá-me, sei lá, 2 euros e eu salto de cabeça. Às vezes dão, às vezes não, mas é raro... É raro darem porque... eu e ele nunca pedimos... (ENT Dinis e Sergio: 28 de março de 2021)

Desse modo, e com o devido entendimento da complexidade que envolve a análise desta realidade, buscamos aqui destacar a riqueza e diversidade das experiências vividas por estas crianças/jovens, revelando as muitas facetas que uma mesma realidade pode nos apontar, evitando sempre interpretações rasas e homogeneizantes.

3. Entre a tradição, os desafios contemporâneos e as expectativas futuras

3.1. Um sentido de comunidade

Os documentados escritos e relatos de testemunhas vivas da Ribeira antiga (cf. Capítulo III) nos conta de uma comunidade fundada numa história de violências (também reflexo do período da ditadura), precarização da vida em muitos níveis e pobreza extrema:

No meu tempo de criança (...) não se podia estar dentro das casas porque se o agregado familiar estivesse todo dentro de casa não cabiam, as casas eram pequeníssimas e não tinham condições de habitabilidade absolutamente nenhuma. (...) a minha casa tinha mais ou menos 15 m² (...) tinha sido um armazém de artes de pesca do rio, o chão era em terra, não tinha luz, nem água e nem casa de banho e o

meu pai viveu nesta casa 55 anos e eu vivi até aos 30 anos, e só tivemos luz quando eu já tinha 18 anos (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021).

Foi dentro dessas condições, e até mesmo em razão dessas condições, que o sentido de comunidade se fundou, pois, apesar dos residentes dessa região terem fama de maus, *“a cidade não só não dava emprego como não queria nada com as pessoas da Ribeira”* (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021), havia um sentimento interno, entre moradores, de união e forte coesão que tornava possível ultrapassar as adversidades comuns a todos/as.

Fomos sempre muito unidos porque as dificuldades da vida a isso nos obrigavam. Quando alguém fizesse mal a um qualquer de nós, era como se fizesse mal a todos, estava tramado porque íamos muitos na sua defesa. Em linguagem futebolística era, todos atacam e todos defendem (...) Esta comunidade era muita genuína e solidária. As crianças aqui praticamente não cresciam debaixo da alçada dos pais, mas sim da comunidade. Especialmente as mães, pediam aos vizinhos para ficarem com os filhos enquanto iam trabalhar, ou fazer uns carretos, ou qualquer recado. “Olha fica aí com o meu filho ou sobrinho, enquanto vou comprar carvão, ou vou à mercearia, era assim (...) e a comunidade tratava deles até as mães chegarem. Não havia ninguém que os machucasse e também não havia os problemas que há hoje, não é. Hoje as crianças praticamente não podem andar na rua, mas nós também não as deixamos, estamos sempre de olho em cima deles...” (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

Esta interpretação do sentido de pertença a uma mesma comunidade entre moradores da Ribeira, também partilhado por muitas mães das crianças, e que ainda hoje continua a olhar e cuidar de si e dos seus, debate-se com quem considera que tal já não existe ou que é resquício do passado, sobretudo depois da abertura da zona ao turismo. E no entanto, todos os dias há exemplos desse cuidado da rede comunitária quando as crianças circulam na rua (cf. Cap IV, pt 1.2.) ou quando dois miúdos ao jogarem a bola numa viela próxima ao rio, veem a bola cair na água:

A - Olha... vocês vão cair. Olha, a bola já está outra vez na água. (Alípio vai até perto dos meninos e ralha com eles porque estão de novo a tentar pegar a bola no rio) (...) O quê que eu vos disse? Pra acabar com essa bola aí... já desamarrei o barco para ir buscar a bola. Ahhh, filhos da... vê se apanhas aí. Então vamos (...) (mesmo reclamando muito, ele ajuda os meninos) (NT Alípio: 26 de dezembro de 2020)

É nesta coletivização das práticas de cuidar, em que adultos não familiares ajudam a cuidar, direta ou indiretamente, de outros adultos e crianças da comunidade que suas redes de solidariedade e sua história são edificadas e, apesar das muitas transformações sofridas ao longo do tempo, representada especialmente pelo processo

de saída de muitos moradores e processo de gentrificação local (cf. Capítulo III, pt 2.2), um sentido originário de comunidade parece se manter entre aqueles que ali nasceram e vivem ainda hoje:

A - Quando me deram casa eu avisei logo que não saia daqui. Completamente diferente (referindo-se a viver em outro lugar), é a minha raiz. Isto aqui é meu, como a gente costuma dizer, é o nosso povo. Somos todos moradores, mas quando há uma guerra, entre aspas... sai tudo à rua para se defender uns aos outros. (...) como família mesmo! (...) vem logo tudo defender sem saber o que se passa. Sempre foi assim e acho que continua a ser. (...) ainda há essa união. (...) quando se mora num sítio onde se sente seguro e onde se sabe que as pessoas são afáveis... amigas, amigas de se unir mesmo, é maravilhoso sentir isso (ENT Alice: 28 de março de 2021).

Nessas experiências de cuidado coletivizado vemos, portanto, ainda hoje a ação de atores locais (nesse caso, um ex-morador e visitante assíduo) que mesmo já não morando mais na zona segue implicado em fazer-se presente na vida dos miúdos e miúdas nas atividades de lazer no rio.



Foto 17: Meninos e meninas no barco do Alípio - (NT: 12 de junho de 2021)



Foto 18: Pesquisadora e família da comunidade no barco do Alípio - (NT: 12 de junho de 2021)

Quando volto a me aproximar das escadas, vejo o barco do Alípio a passear cheio de miúdos/as. Quando os vejo, ele já está a voltar. Nesse momento, uns/umas miúdos/as descem na escada e outros/as entram. Alípio organiza esse embarque e desembarque com voz firme e todos/as obedecem. Lá vão eles para mais uma volta (...) Quando essa malta retorna e já há poucos meninos, a Rita pede para ir e eu aproveito e peço para ir também. Pergunto se ele lembra de mim, ele confirma e me autoriza a entrar no barco. Assim ganho, feliz da vida, também a minha voltinha no Douro embarcada no famoso barco do senhor Alípio. Logo perto do barco sair, um rapaz com uma máquina fotográfica na mão, pede para ir também e o Alípio autoriza. No barco estou eu, o fotógrafo, Rita, a cunhada, o Pedro, uma menina e os dois

sobrinhos mais pequenos da Rita, junto com Alípio que conduz com alegria e orgulho. (NT: 12 de junho de 2021).

3.2. Convivência em comunidade na Ribeira contemporânea e com outros atores

O contacto das crianças da Ribeira com muitos outros de fora desta comunidade também acontece nas festas de S. João, sendo as tradições brincadas pelos hoje adultos/as nas suas infâncias repassadas para os mais novos:

A - Há fogos de artifício aqui no rio... nós, miúdos, fazíamos assim um monte de areia com os santos todos, e as pessoas passavam e deixavam uma moeda. (...) partíamos a parte de baixo e andávamos com a cabeça na mão, a pedir... e muita gente... e a parte de baixo? Partiu! É pra gente comprar outro. (...)

R - (...) O Pedro há dois anos fez quase 200 euros a pedir aos senhores... às pessoas que não conhece... “Oh, dê-me uma moedinha!” Eles tão a ver que são miúdos mais pequeninho e as pessoas dizem... “Toma lá!” Às vezes é 1 euro... houve um senhor que deu 5 euros, ou 20 euros assim...

A - (...) O ano passado eu tinha ali minha barraca, que a gente no S. João vende cerveja... e eu tinha os martelos, que a gente tem a tradição dos martelos, é o martelo de S. João. Eu pus uma mesinha e pus o Vasco a vender pra ele. As pessoas achavam uma piadona...

R - É que atraí-os!

A - O martelo a 1 euro e davam-lhe aos 5 euros. E ele todo contente metia os 5 euros na carteira... Fez dinheiro, fez mais que eu, quase!

F - E os miúdos gostam?

R - Eles gostam! Há muitos que gostam, outros já não gostam por...ahhh, tenho vergonha! E já não fazem. O Pedro primeiro tava com vergonha, e eu disse: anda lá, vai vender os martelos, anda lá, opá! Então ele vai lá e pede! Pegavam os copos da cerveja, de plástico e andavam: Ohh, dê-me uma moedinha! Pronto! E as pessoas davam. Quem dava, dava e quem não dava, não dava! (ENT Rita e Ana: 13 de dezembro de 2020).

Os processos de socialização intergeracional das brincadeiras tradicionais de rua e da venda dos martelos pelas crianças enfrentam agora aqueles/as que se recusam “por vergonha”; ou seja, que mesmo sendo da comunidade uma tradição, também relacionada a uma forma de ganhar dinheiro e ao mesmo tempo se divertir, já não ressoa nas crianças com a mesma espontaneidade de outrora, revelando outras posturas na relação com o mundo e com algumas das tradições vividas pelos seus pais/mães.

Outras facetas das diferenciações geracionais expressas pelas crianças/jovens referem-se aos usos quotidianos das tecnologias e aos sentidos subjetivos que

imprimem a determinadas situações como se assinalou a propósito das cheias (pt 1.1) em que o Pedro (menino do rio, morador da Ribeira e recente expectador do fenómeno das cheias) vive aquilo que para os adultos, no passado, era uma tragédia, como uma peripécia para filmar com o telemóvel; dos saltos para o rio registados em fotos e vídeos e partilhados nas suas redes sociais com um claro intuito de dar visibilidade aos seus feitos expressando um envahecimento típico da gerações que buscam visualizações e *likes* nas redes sociais. E que pode ser confirmada no excerto de uma nota de campo de uma das primeiras conversas entre a pesquisadora e alguns meninos do rio (cf Cap II. pt 2.2) onde um dos miúdos pergunta se com a pesquisa eles vão ganhar seguidores (referindo-se às redes sociais).

3.3. O turismo e suas ambiguidades

F- E o que vocês não gostam dessa zona?

P - Daqui? Os turistas.

V - Os turistas. (...)

P- Ocupam o espaço todo, não nos deixam quase fazer nada. Não nos deixam andar de bicicleta porque tá tudo junto e não nos deixam andar e às vezes vamos de encontro a elese... depois reclamam. (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020).

As opiniões de Pedro e Vasco trazem as questões atreladas ao investimento turístico da Ribeira e significativas transformações ocorridas nas espacialidades vividas pela comunidade local. E como bem analisa o senhor Manuel:

Não foi o turismo que fez mal à Ribeira/Barredo, foram as políticas inseridas de facilitismo para o turismo, isso é que fez mal. (...) A reabilitação dos prédios degradados era muito importante, mas com peso, conta e medida, ou seja, não podia ter um sentido só, deviam ser acautelados os interesses das populações equilibrando assim os seus interesses com os do turismo, até para não “matar a galinha dos ovos d’ouro”. Se reabilitassem prédio sim, prédio não, um para servir o turismo e outro para habitação dos locais seria bom para toda a gente, porque na época baixa, ou como no caso de uma catástrofe como é a pandemia, se não houvesse turistas existiam moradores, e o negócio rolava sempre, assim como reabilitaram tudo para o turismo está tudo a penar, a hotelaria e a restauração sem turistas e sem locais não resiste (...) (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021).

A presença do turismo na região e as ambiguidades deste fenómeno gera impactos na vida das pessoas ribeirinhas, incluindo as crianças. Um ponto de

significativa importância diz respeito à “perda” dos espaços de rua para a brincadeira das crianças e jovens:



Foto 19: Nova Mc Donald's construída no antigo largo de jogar a bola (NT: 30 de maio de 2021)

Eles vão a tirar tudo às crianças. A criança não pode jogar uma bola na rua porque chamam a polícia para eles. (...) Andamos sempre a chatear com esse pessoal daqui por causa das esplanadas. Há dois anos chatee-me (...) porque ele partiu dois copos, porque a bola bateu nos copos e partiu (ENT Ana: 13 de dezembro de 2020).

O Sergio, assim que me vê, diz: você viu que lá já está a Mc Donald's? (...). Digo que sim, que foi rápido mesmo e pergunto onde eles estão a brincar agora. O Dinis responde que próximo à igreja que tem lá perto, mas que não é muito bom porque a bola cai sempre ao rio. (NT: 28 de julho de 2021)

Persistem relatos sobre confrontos efetivos entre miúdos/as e proprietários de restaurantes e turistas que incomodados com os pulos no Castelo, região ocupada pelos miúdos/as para grandes saltos, também é onde há um restaurante:

V - Nós já andamos à porrada por causa deles. Mandou num amigo nosso e ele caiu mal e ele quase ia ficando lá e nós começamos a andar à porrada com os turistas. (...) Depois chegou lá um grande que era, que era dos nossos amigos aqui e depois resolvemos tudo.

P - Porque os turistas pensam que eles vão lá e é tudo deles. É deles e não podemos tomar, não podemos fazer nada. (ENT Pedro e Vasco: 13 de dezembro de 2020)

Por outro lado, ao mesmo tempo que o turismo tem trazido consequências negativas nas vivências de meninos e meninas da região, facilmente percebemos também que o sentido do espetáculo com os saltos ao rio ganha uma outra dimensão e recompensa financeira por conta da presença dos turistas. Há uma relação de espetáculo vivida por muitos meninos e meninas do rio que agem com naturalidade e exibição na presença dos turistas:

Imediatamente começam a juntar-se muitos turistas à beira do rio para olhar os meninos a saltarem, fotografarem e filmarem. Os meninos, já acostumados com aquele movimento, saltam sem parar, um atrás do outros, com movimento dos mais simples aos mais elaborados. Eles têm mesmo uma platéia a assistir. (NT: 28 de julho de 2021)



Fotos 20, 21, 22: Meninos a saltar da ponte (NT: 12 de junho de 2021)



Foto 23: Fotografia antiga familiar dos filhos da Alice a saltarem da ponte (Recohida no dia da ENT Alic: 28 de março de 2021)



Foto 24: Turistas aguardam salto do jovem (NT: 12 de junho de 2021)

O que se vê com o crescimento turístico e alcance das redes sociais na publicização dos saltos ao rio é o surgimento de cada vez mais turistas ou moradores de outras localidades do Porto interessados em banhar-se no rio e até mesmo saltar da ponte. Estas são situações que todos os miúdos/as têm muitas histórias para contar e que envolvem até mesmo acidentes de mergulhos mal-feitos e que levaram a machucados mais graves nos inexperientes visitantes. Essas quedas desajeitadas têm também sido alvo de piada entre os moradores, além do *topless* das turistas estrangeiras à beira do rio, que de alguma forma trazem graça e entretenimento aos jovens moradores locais.

3.4. Entre ficar e partir

No seguimento das linhas geracionais de bisavós que ensinaram os avós a nadar e saltar no rio, que ensinaram os pais, que ensinaram os filhos (hoje, as crianças/jovens participantes), os discursos das crianças oscilam entre a certeza de que passarão a tradição adiante às suas gerações futuras e os desejos de saírem da Ribeira para irem viver em outro lugar, de “melhorar de vida”, de conhecer outros países:

F - Se um dia você tiver filho... vai deixar que salte no rio também?

M - Vou! Óbvio! Até eu lhes ensino, vou!

Fi - Nós próprios, os pais temos o incentivo, desde pequeninos, uns 3 anos... levá-los já para o rio, habituá-los. Tanto é que eles já chegam ali com 4, 3 anos... e chegam ali com bóias e sentem-se protegidos e atiram-se logo. (ENT Miguel [com intervenção de Filipa, mãe]: 04 de fevereiro de 2021)

F – (...) se vocês tiverem filhos... vão deixá-los saltarem também no rio?

I - Sim.

S - Sim, se morar aqui...

F - Você pretende continuar a viver aqui?

S - Quando crescer? Não!

I - Porquê? Vai mudar-se pro Brasil?

A - Vai.

S - É, vou!

F - Vai mudar para o Brasil?

A - Eles não sabem o futuro deles... depende...

F - Mas assim: hoje, quando você hoje imagina a sua vida pensa em continuar aqui ou viver em outro lugar?

S - Viver em outro lugar.

I - É!

F - Porquê? Porquê em outro lugar? Porque não é bom continuar a viver aqui, a criar os filhos aqui?

S - Já passei minha vida toda aqui, em criança... gostava de conhecer novas coisas, outros sítios. (...) Eu gostava de viver fora do país, talvez França, Itália...

A - Nunca se sabe... (ENT Sergio e Isaac [com intervenção da Alice, mãe do Sergio]: 28 de março de 2021)

Os dados demográficos da região apontam para uma significativa saída de moradores nativos da Ribeira ao longo dos anos¹⁴. Tal movimento parece ficar a dever-se ao envelhecimento da população e crescente êxodo dos moradores mais jovens para outras zonas da cidade diante do processo de gentrificação local que tem levado ao aumento dos preços das rendas das casas, escassez de escolas na região e o incômodo

¹⁴ Fonte: <http://www.uf-centrohistoricoporto.pt/pages/556>

gerado pelo excesso de turistas nas ruas, que modificam o dia a dia do morador, inclusive com barulhos dos bares e restaurantes.

F - Agora isso que a senhora me conta de ter essa sensação de pertencer à Ribeira... isso não tem se passado pros filhos dessa geração como o de senhora, por exemplo... os filhos dessa geração não ficam aqui. Porque não ficam?

A - Não ficam porque a Câmara não dá! A Câmara prefere vender prédios para fazer (...) e alojamentos locais e hotéis e vender os prédios e fazer isso do que dar à geração seguinte... tá a entender o eu quero dizer?

F - Sim.

A - Eu tenho a minha filha que tá em Gaia, ela tem 32 anos... foi nascida e criada aqui. Ela só saiu daqui quando foi para casar, pronto, tem a casa dela em Gaia, maravilhosa, uma vivenda moradia, espetacular, com espaço para minha neta e pra cadelas e tudo... e eu já lhe disse assim, “oh, Joana” (referindo-se à filha), estávamos assim a falar... “imagina que tu concorrias a uma casa da Câmara, tinhas a sorte de ter uma casa aqui de (...)” e ela “não, mãe porque a Ribeira já não tem nada a ver com aquilo que me lembro dela”. Não há jovens, a população é toda de idosos, não há jovens... os únicos jovens da minha rua, a começar aqui até acabar, é aqueles dois que estão aqui, o meu filho e o Dinis... não há nada, porquê? Nós temos a freguesia, se a menina for ver isso aos censos, a freguesia de São Nicolau é a população mais idosa que nós temos... não há crianças, não há nada porque eles também nunca se deram ao trabalho de conservar aqui as gerações... fizeram o que fizeram... (ENT Alice: 28 de março de 2021)

E nesta linha da vida que nada tem de reta e contínua, mas sim, complexa e atravessadas de forma multi-referencial, vemos seguir as histórias dos meninos e meninas do rio contemporâneos com aspirações de futuro diversas e que devem ser respeitadas nos seus desejos e direitos legítimos de ter sempre a possibilidade de ampliar os seus mundos seja nas escolhas por ficar ou até mesmo de partir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada com crianças, meninos e meninas, e adultos, familiares e outros membros da comunidade da Ribeira, mesmo com todas as suas contingências (cf. Capítulo II), permite identificar alguns contributos para repensar as infâncias contemporâneas, nos constrangimentos que as afetam e nas potencialidades de que dispõem. Este exercício de reflexividade é também extensível à experiência etnográfica vivida, não apenas na consciencialização dos seus limites, mas na atenção às possibilidades e às transformações que se abriram. Assim, neste capítulo apresentamos as nossas considerações finais construídas após o percurso realizado dentro da comunidade e contextualizadas nas confluências das materialidades locais e globais que envolvemos e que fomos envolvidos/as (a pesquisadora e os atores da pesquisa) num espaço e tempo específico, que foram esses últimos meses de reflexões e estadia no terreno.

1. Pesquisar em tempos de pandemia: converter os limites em possibilidades

Ao longo de um ano, embora espaçado no tempo (cf. Capítulo II, Apêndice VIII), pude ficar a conhecer um pouco mais acerca do cotidiano de um grupo de meninos e meninas, seus familiares e outros atores da comunidade, moradores/frequentadores da zona da Ribeira, cidade do Porto, Portugal. Este não havia sido, *a priori*, o cronograma pensado para a realização da pesquisa de terreno, já que imaginávamos menos tempo; porém, com uma inserção mais contínua. A realização da presente dissertação e o respetivo trabalho de campo foram, portanto, os possíveis diante do cenário agravado de pandemia mundial que vivíamos e que, em menor medida, ainda vivemos no momento em que escrevo essas linhas finais.

No driblar das adversidades encontradas e, em certa medida aceites como imprevisibilidades de uma pesquisa realizada num espaço urbano público e aberto, fomos encontrando brechas para estar com a comunidade (cf. Capítulo II, pt 2.3.2), e mesmo para observar os diferentes cenários das quatro estações do ano no cotidiano da comunidade da Ribeira e para escutar relatos da história local pelos meninos e meninas do rio do passado. Tratava-se de tentar perceber os impactos das



Foto 25: Cais da Ribeira vazio (NT: 14 de novembro de 2020)

temporalidades e mobilidades nas relações dos meninos e meninas de hoje na construção das suas espacialidades com o rio e o ar livre, e se em muitos dias de minhas idas ao terreno o cenário encontrado foi o de uma Ribeira deserta (cf. Foto 25) e

desoladora, como expressou um antigo morador local: *“Temos tido aqui dias e*

dias que não se vê viva alma” (ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020), também os dias de confinamento obrigatório interferiram na busca por uma maior clareza destas mútuas interdependências e significações. Entendemos inclusive que, ter realizado as entrevistas no espaço da rua trouxe riqueza ao processo, tendo em vista a possibilidade de estar com os atores nos seus contextos de forma menos artificializada, o que contribuiu para encontros mais abertos e espontâneos com estes e com as materialidades vivas que estão presentes. A ocupação do chão, escadas e bancos das ruas e largos em que sentámos para fazer as entrevistas; a interrupção de vizinhos que davam um recado ou pediam alguma ajuda, ou simplesmente passavam a cumprimentar e desejar bom dia; os amigos dos miúdos/as que vinham chamá-los/as para brincar... tudo isso contribuiu para minimizar o impacto que a presença da pesquisadora causava no ambiente e respeitar a dinâmica da vida cotidiana daquela comunidade.

2. Os impactos do turismo na reconfiguração da cultura local

A novas demandas econômicas e turísticas na região da Ribeira, Porto, Portugal, associadas ao processo de gentrificação das zonas do centro histórico que se fizeram sentir a partir do início dos anos 2000 até os dias de hoje, aparecem ao longo da pesquisa como um fator de impacto, nas experiências do estar e ser criança, particularmente visível nas espacialidades, temporalidades e mobilidades vividas pelos meninos e meninas e comunidade de um modo geral (cf. Capítulo IV, pt 1), influenciando os modos de viver a tradição dos saltos ao rio e afetando, inclusive, na construção de imaginários acerca daquela população.

O compromisso ético colocado por esta investigação nos convoca a olhar para tal fenómeno e seus impactos de forma crítica, impedindo uma visão simplista e dicotômica ao atribuir a este fenómeno do turismo um *status* de bom ou mau, mas construindo uma análise com a devida complexidade que o tema nos pede. Não se pode negar que o interesse turístico trouxe investimento local em prol de uma renovação urbanística; movimentação económica com benefícios para moradores, além da renovação da imagem da comunidade local, agora valorizada, pois como nos conta o senhor Manuel:

Depois da reabilitação tudo foi diferente, aqueles que sempre estiveram de costas voltadas para este lugar, passaram de um sentimento de repulsa pelas pessoas e pelo lugar, para um sentimento de elogio e admiração pela beleza e magia que a Ribeira/Barredo ostenta. Neste momento todos os que visitam a Ribeira/Barredo dizem-se naturais desta terra, já não têm vergonha do lugar nem das pessoas da comunidade que ainda mora cá. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

Por outro lado, é também inegável perceber o quanto todo o investimento turístico chegou para diminuir e/ou limitar o uso de espaços públicos pela comunidade como um todo, mas principalmente pelas crianças/jovens, alterando mobilidades e ocupações espaciais:

Pergunto porque estão brincando naquela região (em ruas mais distantes da casa deles) e Pedro diz que ali não tinha gente e dava para brincar. (...) Mesmo nesta rua que o Pedro afirma poder brincar por não ter turistas, enquanto observo a brincadeira deles, eles têm que parar em dois momentos para as pessoas passarem (NT: 26 de dezembro de 2020)

Custa-me ver as ruas cheias de estrangeiros, e quando transporto algo na mão ou os sacos das compras, e para passar tenha que pedir licença aos (turistas) e eles olham com desdém como se este chão fosse deles. (ENT Manuel: 19 de fevereiro de 2021)

Junto com este movimento de crescimento turístico, de mais pessoas a circularem por espaços antes “reservados” a um convívio em comunidade onde todos/as se conheciam, vemos o surgimento de um sentimento de insegurança generalizado que, aliado aos *mass media*, tomam, por vezes, proporções maiores do que a realidade contaria. Como afirmam Rosa & Ferreira (2019),

Esta nova configuração [de limitação dos espaços públicos]¹⁵ responde aos processos criativos e culturais das intervenções sobre o espaço urbano na contemporaneidade, as quais, igualmente subordinadas aos processos de globalização, proporcionam, entre outras consequências, uma maior circulação de pessoas do país e do mundo inteiro dentro da comunidade (p.268).

Este é um sentimento partilhado por famílias entrevistadas (cf. Capítulo IV, pt 1.2), embora não tenha aparecido em nenhum momento como um medo revelado pelas crianças/jovens. No entanto, este fenómeno vai também desencadear alterações nas ocupações e dinâmicas comunitárias, que passam a restringir um pouco mais a livre circulação de meninos e meninas nas ruas da zona e/ou da cidade.

3. Cuidar, resistir e reinventar

Apesar dos fatores mencionados acima foi possível percebermos também nas crianças/jovens, atores resistentes, dinâmicos, criativos e construtores atuantes da sua história que, embora tenham claramente suas vidas impactadas pelas transformações advindas das demandas das “sociedades de risco” contemporâneas, inter-agem com esses novos modelos de vida, ressignificando-os e adaptando-os às suas demandas pessoais e coletivas. Assim, de modo a poderem continuar a viver alguma liberdade de movimento e relativa autonomia de circulação, criam novas estratégias, como por exemplo, andarem em grupos de pares como forma de minimizarem o impacto do sentimento de insegurança relatada pelas famílias.

Trata-se de uma busca para viverem experiências diversificadas, numa tentativa de garantirem a sua autonomia relativa e liberdade de viver a vida, num processo contínuo de produção cultural em diálogo intrageracional e intergeracional, tensionado e (re)negociado (Rosa & Ferreira, 2019: 268)

Um outro ponto que se revela como de resistência a esse impacto generalizante parece estar numa genealogia comum aos princípios de uma organização comunitária, e que aqui, o povo da Ribeira não foge à regra, que é a lógica do cuidado coletivizado em que as crianças são cuidadas por todos/as (cf. Capítulo IV, pt 1.2). Embora na pesquisa sejam admitidas perdas dessa qualidade ao longo dos últimos anos em

¹⁵ Grifo da pesquisadora.

detrimento da retirada do ‘povo da Ribeira’ pelo movimento de renovação urbanística, essa foi uma característica percebida em dias de observação.

A - Olha, tá a ver. Tô aqui e tô a olhar para aquela criança. Tá ali, já ia por ali fora de bicicleta. (risos) Tá a ver aquela criança... já ia sozinha a dar uma volta ali (...)

F - O senhor fica em alerta então o tempo inteiro... é um compromisso que tem, não é? (risos)

A - É! (ENT Alípio: 26 de dezembro de 2020)

Este cuidado adulto, enquanto manifestação do sentido de comunidade e sua pertença, é essencial para afirmar as capacidades de resistência e de reinvenção das crianças aos seus novos contextos, encontrando sempre brechas, por menores que sejam, para construir outras espacialidades em busca por vias para que possam a todo o tempo recriarem e expressarem-se dentro das suas culturas lúdicas, formadas por aspectos da cultura local mas também global. Como afirma Volochko, (2019)

“o espaço das cidades será, portanto, um espaço de enfrentamentos, de lutas, de conflitos, de embates. (...) A apropriação pelo corpo, a ocupação do espaço, é uma luta pela vida cotidiana” (p.522).

Assim, eles/as resistem e se reinventam quando mantêm ano após ano a tradição de ocupação do rio para saltos e banhos, quando ocupam os espaços “à força”, passando no meio dos clientes do restaurante no Castelo (cf. Capítulo IV, Foto 16) para irem até o muro saltar ou insistem em andar de bicicleta no meio da multidão gritando “sai da frente”. Resistem e se reinventam quando, mesmo sob olhares mal-humorados, jogam a bola no cais da Ribeira e quando, mesmo sob olhares de julgamento de seus “comportamentos inadequados” para o local, fazem suas asneiras de meninos na presença do turista em passeio com sua família.

Fico um momento aproveitando a sombra do balcão do vendedor de tickets para os passeios de barco e enquanto ele explica sobre o passeio aos turistas, os meninos do grupo de André falam alto, riem e arrotam. O vendedor fica “meio envergonhado”, sorri aos turistas tentando justificar: esses meninos! (NT: 28 de julho de 2021)



Foto 26: Meninos a brincarem com correntes dos barcos (NT: 12 de junho de 2021)



Foto 27: Meninos transitam entre barcos para pegar bola caída na água (NT: 26 de dezembro de 2020)



Foto 28: Meninos/a deitados/a no chão do cais a tomarem sol (NT: 12 de junho de 2021)



Foto 29: Meninos ocupam banco Cais Ribeira (NT: 28 de julho de 2021)



Foto 30: Meninos ocupam escadas para pousar seus objetos e irem ao banho (NT: 28 de julho de 2021)

Resistem e se reinventam até mesmo na construção de novos sentidos para as correntes e maquinários dos barcos, que agora servem de apoio para as brincadeiras na água do rio ou o até mesmo o chão onde as multidões de turistas circulam, que vira lugar para tomar banho de sol. Uma apropriação dos espaços desenhados para outros usos e funcionalidades, nesse caso o turístico, construindo/resistindo aos novos/velhos significados e “configurando uma geometria espacial (...) de luta por espaço na cidade” (Ramos, 2021: 14).

Outra coisa que me chama a atenção é quanto os meninos e meninas já incorporaram todo aquele maquinário dos barcos (cordas, âncoras, pontes de acesso aos grandes navios) à brincadeira fazendo assim uso em benefício próprio, seja como trampolim, seja como suporte para a brincadeira das caçadinhas... e assim as crianças, resilientes e criativas, ressignificam toda aquela invasão turística e seguem brincando. (NT: 12 de junho de 2021)

Assim, ao olharmos os encontros entre as crianças e as materialidades envolvidas no seu contexto de vida, aqui neste nosso caso, o rio, suas marés e biodiversidade, os maquinários dos barcos, os turistas, mesas e cadeiras dos restaurantes, a ponte, a própria ausência do parque estruturado feito para as crianças, as redes sociais, telemóveis... somos capazes de perceber o quanto que é neste emaranhado de afetação mútua entre seres humanos, não humanos, discursos e crenças que estas crianças constroem suas experiências e expressam-se através das suas culturas infantis, exercitando a sua agência no mundo e construindo ativamente as suas infâncias (Taylor, Pacinini-Ketchabaw & Blaise, 2012).

É desse modo que os meninos e meninas do rio, participantes com agência nas tradições de sua cultural local, atuam como aprendizes e ao mesmo tempo mestres nas inter-relações do seu dia a dia com os mais pequenos, os mais velhos, e com as materialidades envolvidas nas espacialidades experimentadas na dinâmica viva da Ribeira turística. E assim, na confluência entre as geografias reais e as imaginárias, surge o espaço vivido, induzindo experiências, modos de lidar com constrangimentos, relações, que, através de uma materialidade própria acaba produzindo efeitos nas culturas da infância (Lopes, 2019).

4. Da romantização da infância ribeirinha à uma infância contemporânea ressignificada

Um outro ponto de grande destaque no discurso de todos/as os/as adultos/as entrevistados foi a percepção romantizada e de supervalorização da infância vivida no passado e atrelada à ideia de que as crianças de hoje já não sabem mais nada e já não vivem as experiências da Ribeira de outrora:

Isso que antigamente era brincar, não é isto... o quê que eles brincam? Nada! O que eles sabem brincar? Nada! (ENT Alice: 28 de março de 2021)

Na minha altura eu acho que éramos mais de aproveitarmos porque víamos pra ruas brincar com as bonecas, os rapazes jogarem a bola ou juntávamos todos a brincar as caçadinhas... agora não... quer ver os miúdos... há um grupo aqui nos telemóveis, há um grupo ali, sabe? (ENT Filipa: 04 de fevereiro de 2021)

Embora sejamos capazes de reconhecer o lugar dessas percepções na vida das pessoas e o que as levam a uma visão romantizada e embebecida de uma memória

afetiva dos tempos passados, compreendemos que tal se deve a não percepção dos novos modos de se viver à infância, com as transformações dos modelos antigos de brincadeiras e modos de se relacionar, deixando de enxergar, na maioria deles/as, os pontos de resistência e criações dessa nova geração.

Com efeito, embora a nossa análise tenha sido construída a partir de um pequeno recorte de atores constituintes de uma comunidade local e embora tenhamos encontrado muita homogeneidade nos discursos registados procurámos destacar aqui que, enquanto infância contemporânea, as experiências das crianças/jovens com o rio e com outras vivências ao ar livre, no contexto da história dessa comunidade local co-existem e estão inseridas numa teia relacional multifatorial que também é atravessada pelas culturas mediáticas e tecnológicas, e, portanto, dotadas de grande complexidade na sua formação, tendo em vista a construção de uma identidade que aporta ressignificações da cultura local, agora também nacional e globalizada. Uma ressignificação construída tanto na rua, como no rio e no espaço virtual, nos espaços, tempo, atividades de uma educação não formal, prosaica, trivial e familiar, nos espaços de articulação de relações consigo mesmo, com os seus pares, com a comunidade e com o mundo (Canário, 2005).

Em suma: apesar de não podemos aqui afirmar que esta pesquisa representa as vozes de toda a comunidade, mas apenas de um grupo representativo desta e de um cenário muito pequenino, ela lança faíscas na discussão para cenários maiores e mais globalizados. Afinal, essa nova configuração social incutida nos grandes movimentos políticos e económicos que gerem os processos de ocupação das cidades contemporâneas e que impõem um sentimento generalizado de insegurança, trazem como premissa a ideia de que os espaços públicos não são mais adequados para as crianças (Rosa & Ferreira, 2019), e de que a sua segurança está condicionada ao uso de espaços institucionalizados feitos *para* elas e adequados ao seu lazer “seguro”.

Sublinha-se então a importância dos espaços abertos e públicos nos processos de educação das crianças/jovens e no exercício das suas competências de auto/heteroconhecimento da realidade envolvente, humana e não humana, e de autogestão de inúmeras situações, construindo aprendizagens na/com a rua, com os adultos e os seus pares e com toda a diversidade original de uma cidade viva. Portanto, embora percebamos a necessidade de criação de espaços institucionalizados para o

incentivo à cultura e ao desporto, o lazer, o brincar livre, o usufruto das ruas da cidade deve ser sempre um direito de todos/as e a garantia desses espaços uma política pública a ser construída, incentivada e participada também pelas próprias crianças. Uma política que repense os espaços urbanos para ocupação das crianças deve começar por conhecê-las em contexto e por escutar as suas opiniões e sugestões, e levá-las em consideração. Trata-se das demandas econômicas e turísticas não se sobreporem aos interesses da população e aos direitos destas a terem, a viverem e a usufruírem de uma cidade acolhedora através da garantia de espaços ao ar livre, múltiplos e potentes aos encontros das diferenças de idade, gerações, classes, etnias e género (Lopes, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alanen, Leena, Mayall, Berry (2001). *Conceptualizing child-adult relations. The future of childhood series*. RoutledgeFalmer. London and New York
- Alves, Ana C. (2021). *Barredo - Organização de um catálogo de fotografias locais a partir de imagens de arquivo*. <https://www.academia.edu/45545432/Barredo>
- Amado, João (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, João & Ferreira, Sônia (2013). A entrevista na investigação educacional. In Amado, João (Org.) *Investigação Qualitativa em Educação* (pp. 207-232). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Ed. 70
- Burgess, Robert (1997). *A pesquisa de terreno - Uma introdução*. Celta Editora: Oeiras.
- Canário, Rui (2005). *O que é a escola? Um "olhar" sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, Isabel (2014). *A Perspectiva das Pedras: Considerações sobre os Novos Materialismos e as Epistemologias Ecológicas* (pp.69-78). Universidade Federal de São Paulo. Retirado em Maio 2020 <http://www.researchgate.net/publication/291578530>
- Corsaro, William (2011). *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, Jorge B. D. da (2014). *As intervenções urbanísticas e a qualidade de vida no centro histórico do Porto (1975-2012). Políticas do CRUARB e da SRU-Porto Vivo*. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34260/1/Jorge%20Braga%20de%20Matos%20Dias%20da%20Costa.pdf>
- Duffy, B. (2004) *Análise de dados documentais*. In Bell, Judith. *Como realizar um projeto de investigação*, Lisboa Gradiva.
- Farias, Rhaisa N. P. & Müller, Fernanda (2017). A Cidade como Espaço da Infância. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 261-282, jan./mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654542>
- Ferreira, Manuela & Rocha, Cristina & Vilarinho, Maria Emília (2000). *Para uma sociologia da infância ao serviço de uma cidadania participativa das crianças*. IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/21517/2/85516.pdf>
- Ferreira, Manuela (2002). *"A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!" – As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no*

quotidiano de um jardim de infância. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal.

- Ferreira, Manuela (2004). *A gente gosta é de brincar com os outros meninos! - Relações sociais entre crianças num Jardim de infância*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Manuela (2009). “Branco Demasiado” ou... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. In Manuel Sarmento; Maria Cristina Gouvêa (orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais* (pp. 143-162). 2 ed. – Coleção Ciências Sociais da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferreira, Manuela; Nunes, Ângela (2014). Estudos da Infância, antropologia e etnografia: Potencialidades, limites e desafios. *Revista Linhas Críticas*. Brasília, v. 20. n. 41, 103-123. <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/12424>.
- Ferreira, Manuela; Rosa, Ivana M. da (2019). Ganhar acesso numa etnografia com crianças em espaços públicos abertos: dilemas de confiabilidade em tempos de risco. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v.21, n.40, p.249-275, set/dez., 2019. <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2019v21n40p249>
- Ingold, Tim (2000). *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- James, Allison (2008). Giving Voice to Children's Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials. *American Anthropologist*, 109. 261 - 272. Recuperado em 11 de janeiro de 2019. Doi: 10.1525/aa.2007.109.2.261.
- Lansky, S.; Gouvêa, Maria Cristina; Gomes, Ana Maria R. (2014). Cartografia das Infâncias em região de fronteira em Belo Horizonte. *Educ. Soc.*, Campinas, v.35, nº 128, p. 629-996, jul-set.
- Lefebvre, H. (2013[1974]). *La producción del espacio*. Madrid: Capitain Swing (Colección Entrelíneas.)
- Lopes, João T. (2019). *As crianças e a cidade. Uma reflexão sobre usos e contra-usos no espaço público*. <https://hdl.handle.net/10216/124069>
- Magalhães, Fabiano R. de (2020). A compreensão antropológica sobre a categoria Espaço: um possível diálogo interdisciplinar entre geografia urbana e antropologia urbana. *Espaço & Geografia*, Vol.23, No 1 (2020), 235:263 ISSN: 1516-9375
- Monnet, Nadjia (2013). Flanâncias femininas e etnografia. *Redobra*, año 4, nº 11, 2013, pp. 218-234. ISSN: 2238-3794. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_23.pdf.
- Motta, Renata S. (2020). *“Anda lá fora”: Um Olhar sobre as inter-relações crianças, natureza e educação*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Neto, Nécio Turra (2019). Corpo e Espaço: Algumas considerações. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, *Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades”* p. 02-08, jul-dez, 2019. ISSN: 2176-5774

- Nogueira, Rafael L.; Ramires, Diego; Souza, Mariana B. de; Santos, Jordana L. (2018). Espaço Praticado: Uma reflexão sobre a apropriação do espaço pelas crianças. *Revista da Faculdade de Educação e Meio Ambiente* – Editora FAEMA, Ariquemes, v. 9, n.2, p. 812-822, jul-dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31072/rcf.v9i2.715>
- Procter, Lisa; Hackett, Abigail (2017). Playing with place in early childhood: An analysis of dark emotion and materiality in children's play. *Contemporary Issues in Early Childhood*. 2017, Vol. 18(2) 213–226.
<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1463949117714082>
- Prout, Alan. (2011). Taking a Step Away from Modernity: Reconsidering the New Sociology of Childhood. *Global Studies of Childhood*. <https://doi.org/10.2304/gsch.2011.1.1.4>
- Queiróz, João (2013). Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia. *Análise Social*, 206, xlviii (1.º), 2013 issn online 2182-2999
http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_206_d02.pdf
- Ramos, E. C. M. (2021). O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. *Geosp*, v. 25, n. 2, e-181965, ISSN 2179-0892.
<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965>. doi:
<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.181965>.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Sarmiento, Manuel (2003). Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*. Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69.
- Sennett, Richard (2014 [1943]). *O declínio do homem público* [recurso eletrônico] - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record
- Spyrou, Spyros (2018). *Disclosing childhoods - research and knowledge production for a critical childhood studies*. London: Palgrave, MacMillan
- Taylor, Affrica; Pacinini-Ketchabaw, Veronica & Blaise, Mindy (2012). Children's Relations to the More-Than-Human World. *Contemporary Issues in Early Childhood*, 13(2), 81–85.
<https://doi.org/10.2304/ciec.2012.13.2.81>
- Vasconcelos, Teresa. Ao ritmo de um cortador de relva: “Entre o estar lá” e o “estar aqui”, o “estar com”. Dilemas e complexidades da etnografia em caminhos pós-modernos de multivocalidade. *Educação, Sociedade e Culturas*. 2000, s/v. N.14, 37-58.
<https://fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC14/14-3-teresa.pdf>.
- Volochko, D. (2019). Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, p. 506-524, dez. 2019, ISSN 2179-0892
- Aniki Bobó, Manuel de Oliveira, 1944. Filme disponível em <https://youtu.be/lhJw8fMKLE0>
- Os Meninos do Rio, Javier Macipe (2014). Curta metragem disponível em <https://vimeo.com/147111997>